

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS**

**LAÍS MANTOVANI VOLPE**

**OS IMPACTOS ECONÔMICOS DE MEGAEVENTOS ESPORTIVOS: OS CASOS  
DAS OLIMPÍADAS DE VERÃO EM BARCELONA, PEQUIM E RIO DE JANEIRO**

**CAMPINAS - SP**

**2025**

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS  
ESCOLA DE ECONOMIA E NEGÓCIOS  
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
LAÍS MANTOVANI VOLPE**

**OS IMPACTOS ECONÔMICOS DE MEGAEVENTOS ESPORTIVOS: OS CASOS  
DAS OLIMPÍADAS DE VERÃO EM BARCELONA, PEQUIM E RIO DE JANEIRO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Ciências Econômicas da Escola de Economia e Negócios da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, como exigência para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Dr. Izaias de Carvalho Borges

**CAMPINAS - SP**

**2025**

Sistema de Bibliotecas e Informação - SBI  
Gerador de fichas catalográficas da Universidade PUC-Campinas  
Dados fornecidos pelo(a) autor(a).

V931i	<p>Mantovani Volpe, Laís</p> <p>Os impactos econômicos de megaeventos esportivos: Os casos das olimpíadas de verão em Barcelona, Pequim e Rio de Janeiro / Laís Mantovani Volpe. - Campinas: PUC-Campinas, 2025.</p> <p>87 f.</p> <p>Orientador: Izaias de Carvalho Borges.</p> <p>TCC (Bacharelado em Ciências Econômicas) - Faculdade de Ciências Econômicas, Escola de Economia e Negócios, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2025. Inclui bibliografia.</p> <p>1. Panorama histórico e econômico dos jogos olímpicos . 2. Os jogos olímpicos de Barcelona e Pequim. 3. Os jogos olímpicos do Rio de Janeiro. I. de Carvalho Borges, Izaias . II. Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Escola de Economia e Negócios. Faculdade de Ciências Econômicas. III. Título.</p>
-------	--

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS  
ESCOLA DE ECONOMIA E NEGÓCIOS  
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
LAÍS MANTOVANI VOLPE**

**OS IMPACTOS ECONÔMICOS DE MEGAEVENTOS ESPORTIVOS: OS CASOS  
DAS OLIMPÍADAS DE VERÃO EM BARCELONA, PEQUIM E RIO DE JANEIRO**

Dissertação defendida e aprovada em  
\_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ pela  
comissão examinadora:

---

Prof. Dr. Izaias de Carvalho Borges  
Orientador e presidente da comissão examinadora.  
Pontifícia Universidade Católica de Campinas

---

Prof(a). Dr(a). Fabiola Cristina Ribeiro de Oliveira  
Pontifícia Universidade Católica de Campinas

## **AGRADECIMENTOS**

Ao Prof. Dr. Izaias de Carvalho Borges.

Orientador e presidente da comissão examinadora na Faculdade de Ciências Econômicas da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, pelo apoio, paciência e dedicação durante toda a orientação, contribuindo de forma essencial para o desenvolvimento deste trabalho.

Aos meus pais, Fábio Volpe e Déborah Mantovani.

Por estarem sempre ao meu lado em cada etapa desta caminhada, oferecendo apoio, amor e motivação nos momentos mais difíceis. Agradeço por acreditarem em mim e me ensinarem, com o exemplo, a importância do esforço e da perseverança para alcançar meus objetivos.

Aos meus amigos.

Pela amizade, compreensão e apoio nos momentos mais desafiadores, tornando esta trajetória mais leve e significativa.

## RESUMO

Esta pesquisa analisa os impactos econômicos e estruturais dos Jogos Olímpicos de Verão de 2016, compreendidos como um megaevento esportivo realizado no município do Rio de Janeiro, com o objetivo de verificar se os investimentos efetuados foram capazes de gerar benefícios duradouros para a economia e o desenvolvimento urbano da cidade. A realização de um evento dessa magnitude representa uma oportunidade de visibilidade internacional e de modernização da infraestrutura, mas também impõe desafios relacionados à gestão dos recursos, à continuidade das políticas públicas e à sustentabilidade dos resultados alcançados. A metodologia adotada tem caráter descritivo e analítico, combinando abordagens quantitativa e qualitativa. Foram utilizados dados secundários de fontes oficiais, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Ministério do Turismo (MTur) e a Secretaria Municipal de Turismo do Rio de Janeiro (SMTUR-Rio), abrangendo o período de 2006 a 2019, que inclui as fases de preparação, realização e pós-evento. As análises envolveram séries históricas sobre o fluxo de turistas estrangeiros, indicadores econômicos locais e dados de infraestrutura e mobilidade urbana, avaliados por meio de variações absolutas e relativas. Além disso, foi realizada uma comparação internacional entre o caso do Rio de Janeiro e as experiências de Barcelona (1992) e Pequim (2008), utilizando os mesmos eixos temáticos — infraestrutura, turismo, mobilidade, governança e sustentabilidade — para identificar padrões e contrastes nos legados deixados por cada cidade-sede. Os resultados demonstram que, embora os Jogos tenham promovido melhorias pontuais em transporte, turismo e urbanização, os efeitos positivos foram predominantemente temporários e concentrados no curto prazo. Fatores como restrições fiscais, falta de integração entre os níveis de governo e ausência de planejamento intertemporal limitaram a consolidação de benefícios permanentes. Conclui-se que os Jogos Olímpicos de 2016 geraram avanços simbólicos e estruturais momentâneos, mas não configuraram um legado econômico sustentável para o Rio de Janeiro. O estudo reforça a importância de que futuros megaeventos esportivos sejam integrados a estratégias de desenvolvimento urbano e econômico de longo prazo, baseadas em governança eficiente, transparência e continuidade administrativa, de modo que seus impactos se transformem em ganhos reais e duradouros para a população.

**Palavras-chave:** Jogos Olímpicos de Verão. Megaeventos esportivos. Impactos econômicos. Desenvolvimento urbano. Legado olímpico. Rio de Janeiro.

## ABSTRACT

This research analyzes the economic and structural impacts of the 2016 Summer Olympic Games, understood as a mega sporting event held in the city of Rio de Janeiro, with the purpose of verifying whether the investments made were able to generate lasting benefits for the city's economy and urban development. Hosting an event of this magnitude represents an opportunity for international visibility and infrastructure modernization but also imposes challenges related to resource management, continuity of public policies, and the sustainability of the outcomes achieved. The methodology adopted has a descriptive and analytical character, combining quantitative and qualitative approaches. Secondary data were used from official sources such as the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE), the Ministry of Tourism (MTur), and the Municipal Secretariat of Tourism of Rio de Janeiro (SMTUR-Rio), covering the period from 2006 to 2019, which includes the stages of preparation, implementation, and post-event. The analyses involved historical series on the flow of foreign tourists, local economic indicators, and data on infrastructure and urban mobility, assessed through absolute and relative variations. In addition, an international comparison was made between the case of Rio de Janeiro and the experiences of Barcelona (1992) and Beijing (2008), applying the same thematic axes — infrastructure, tourism, mobility, governance, and sustainability — to identify patterns and contrasts in the economic and urban legacies left by each host city. The results show that, although the Games promoted specific improvements in transportation, tourism, and urbanization, the positive effects were mostly temporary and concentrated in the short term. Factors such as fiscal constraints, lack of integration among government levels, and absence of long-term planning limited the consolidation of permanent benefits. It is concluded that the 2016 Olympic Games generated symbolic and structural advances of a temporary nature but did not constitute a sustainable economic legacy for Rio de Janeiro. The study reinforces the importance of integrating future mega sporting events into long-term urban and economic development strategies based on efficient governance, transparency, and administrative continuity, so that their impacts can translate into real and lasting gains for the population.

**Keywords:** Summer Olympic Games. Mega sporting events. Economic impacts. Urban development. Olympic legacy. Rio de Janeiro.

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Crescimento percentual de pernoites em cidades europeias (1990-2001) .....	20
Gráfico 2. Total de chegadas de turistas em Pequim (2007-2016) .....	29
Gráfico 3. Receita total do turismo em Pequim (2007–2016) .....	30
Gráfico 4. Gasto diário médio por visitante em Pequim (2008–2019) .....	31
Gráfico 5. Evolução do PIB per capita do Rio de Janeiro (2012–2015) .....	41
Gráfico 6. Impacto dos Jogos Rio 2016 no PIB (em bilhões de R\$).....	41
Gráfico 7. Impacto dos Jogos Rio 2016 na geração de empregos (2012-2016) .....	42
Gráfico 8. Evolução do número de turistas estrangeiros no município do Rio de Janeiro (2006- .....	47
Gráfico 9. Evolução do número de turistas estrangeiros no Rio de Janeiro, por continentes (2006–2019).....	51
Gráfico 10. Evolução do número total de visitantes no Parque Nacional da Tijuca (2007–2019).....	57
Gráfico 11. Número total de visitantes por setor de controle no Parque Nacional da Tijuca (2007–2019) .....	61
Gráfico 12. Matriz qualitativa de sustentabilidade por cidade-sede (1–5) .....	72

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Evolução da Estrutura Hoteleira e do Turismo em Barcelona .....	19
Tabela 2. Empregados versus desempregados .....	22
<i>Tabela 3. Impactos Econômicos dos Jogos Rio 2016 no Rio de Janeiro .....</i>	<i>40</i>
Tabela 4. Número total de chegadas de turistas estrangeiros no município do Rio de Janeiro (2006–2019) .....	48
Tabela 5. Número de visitantes estrangeiros por continente (anos selecionados, 2006–2019) .....	51
Tabela 6. Variação percentual (relativa) por continente .....	53
Tabela 7. Variação absoluta do número de turistas estrangeiros por continente .....	54
Tabela 8. Número total de visitantes no Parque Nacional da Tijuca (2007–2019) ....	58
Tabela 9. Número de visitantes por setor de controle (anos selecionados, 2007–2016) .....	62
Tabela 10. Variação relativa percentual por setor de controle (períodos selecionados .....	63
Tabela 11. Variação absoluta do número de visitantes por setor de controle (2013–2014 e 2015–2016) .....	64

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Evidências e implicações dos impactos estruturais e institucionais (Rio-2016) .....	67
Quadro 2. Modelos de gestão de equipamentos olímpicos (Rio-2016).....	68
Quadro 3. Comparação dos impactos ambientais de Barcelona-1992, Pequim-2008 e Rio-2016.....	71
Quadro 4. Comparativo entre cidades-sede olímpicas (Barcelona, Pequim e Rio de Janeiro) .....	74

## LISTA DE ABREVIações E SIGLAS

APO: Autoridade Pública Olímpica

BID: Banco Interamericano de Desenvolvimento

BOCOG: *Beijing Organizing Committee for the Olympic Games* (Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos de Pequim)

BRT: *Bus Rapid Transit* (Transporte Rápido por Ônibus)

BSFLP - *Beijing Speaks Foreign Languages Program* (Pequim Fala Línguas Estrangeiras)

CGU: Controladoria-Geral da União

COB: Comitê Olímpico Brasileiro

COI: Comitê Olímpico Internacional

COOB'92: Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos de Barcelona 1992

ESPM: Escola Superior de Propaganda e Marketing

FGV: Fundação Getúlio Vargas

FIFA: Federação Internacional de Futebol

HOLSA: Barcelona Holding Olímpica S.A.

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPEA: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

MTur: Ministério do Turismo

PIB: Produto Interno Bruto

PMRJ: Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro

PPP: Parceria Público-Privada

SETUR-RJ: Secretaria de Estado de Turismo do Rio de Janeiro

SIDRA: Sistema IBGE de Recuperação Automática

SMTUR: Secretaria Municipal de Turismo do Rio de Janeiro

TOP: *The Olympic Program* (O Programa Olímpico)

UNWTO: *World Tourism Organization* (Organização Mundial do Turismo)

VLT: Veículo Leve sobre Trilhos

WTCF: *World Tourism Cities Federation* (Federação Mundial de Cidades do Turismo)

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	1
1. PANORAMA HISTÓRICO E ECONÔMICO DOS JOGOS OLÍMPICOS .....	4
1.1. Economia do Esporte.....	4
1.2. Megaeventos Esportivos: Impactos, Desafios e Legados.....	6
1.3. História dos Jogos Olímpicos Modernos.....	8
1.4. Jogos Olímpicos de Verão: Impactos, Desafios e Legados.....	10
2. OS JOGOS OLÍMPICOS DE BARCELONA E PEQUIM .....	13
2.1. Barcelona: As Olimpíadas como uma Estratégia de Planejamento Urbano para Reposicionamento Global.....	13
2.1.1. Financiamento e Receita.....	15
2.1.2. Turismo .....	18
2.1.3. Impactos Estruturais e Institucionais .....	21
2.2. Pequim: A Olimpíada como Estratégia de Inserção Global da China .....	24
2.2.1. Financiamento e Receita.....	26
2.2.2. Turismo .....	28
2.2.3. Impactos Estruturais e Institucionais .....	32
3. OS JOGOS OLÍMPICOS DO RIO DE JANEIRO .....	35
3.1. Rio de Janeiro: Olimpíadas como Motor Transformações Urbanas e Disputas Sociais .....	35
3.2. Financiamento e Receita .....	38
3.2.1. Custos Ocultos e Renúncias Fiscais .....	43
3.3. Turismo .....	44
3.3.1. Evolução do número de turistas estrangeiros no município do Rio de Janeiro .....	46
3.3.1.1. Origem dos visitantes estrangeiros por continentes.....	50
3.3.2. Dinâmica da visitação total no Parque Nacional da Tijuca.....	56
3.3.2.1. Setores de visitação do Parque Nacional da Tijuca .....	60

3.4. Impactos Estruturais e Institucionais.....	65
3.5. Sustentabilidade e Legado Ambiental .....	68
3.6. Considerações Finais .....	73
CONCLUSÃO.....	76
REFERÊNCIAS.....	78
ANEXO.....	86

## INTRODUÇÃO

Os Jogos Olímpicos de Verão tornaram-se, nas últimas décadas, um dos principais megaeventos esportivos do mundo e um importante instrumento de política urbana e econômica. A dimensão desse evento mobiliza grandes volumes de recursos públicos e privados, transforma o espaço urbano e impulsiona temporariamente setores como o turismo, a construção civil e os serviços. Em geral, a justificativa para sediar os Jogos baseia-se na promessa de que os investimentos realizados trarão crescimento econômico, modernização da infraestrutura e maior projeção internacional para a cidade. No entanto, os resultados nem sempre confirmam essas expectativas: os efeitos de curto prazo costumam ser expressivos, mas, com o tempo, muitos benefícios se mostram passageiros — especialmente em economias emergentes, que enfrentam desafios estruturais para manter o ritmo de crescimento após o encerramento do evento. É justamente essa distância entre o potencial anunciado e o legado efetivo que motiva esta pesquisa.

O estudo parte das perspectivas da Economia Urbana e do Desenvolvimento Econômico, entendendo que megaeventos como os Jogos Olímpicos podem funcionar tanto como motores de investimento e transformação territorial, quanto como fontes de desequilíbrio fiscal e social. Avaliar seus impactos exige compreender o modo como políticas públicas, planejamento urbano e decisões econômicas se articulam durante o ciclo olímpico. Nesse sentido, o trabalho destaca o papel da governança pública, da eficiência dos gastos e da continuidade institucional na formação de legados que ultrapassem o curto prazo. O tema é relevante porque permite discutir se grandes projetos de infraestrutura associados aos Jogos realmente deixam benefícios permanentes ou se seus efeitos se limitam ao período do evento.

A literatura internacional oferece referências importantes sobre o tema. Os casos de Barcelona (1992) e Pequim (2008) mostram caminhos diferentes, mas igualmente estratégicos, de uso dos Jogos como instrumento de desenvolvimento urbano. Em Barcelona, o evento foi integrado a um projeto de requalificação e internacionalização da cidade, que diversificou a economia e consolidou o turismo como um de seus pilares. Já em Pequim, o objetivo central foi a afirmação política e tecnológica da China, com fortes investimentos em infraestrutura e imagem global. O Rio de Janeiro (2016), foco deste trabalho, representa uma realidade distinta: uma cidade de um país emergente que alcançou visibilidade mundial, mas enfrentou

restrições fiscais, problemas de gestão e descontinuidade de políticas públicas, fatores que dificultaram a consolidação dos legados olímpicos no longo prazo.

Dessa forma, o objetivo geral desta pesquisa é analisar os impactos econômicos e estruturais dos Jogos Olímpicos de Verão de 2016 no município do Rio de Janeiro, buscando compreender se os investimentos realizados foram capazes de gerar benefícios duradouros para a economia e o desenvolvimento urbano da cidade. De forma complementar, o trabalho procura avaliar a relação entre os investimentos públicos e privados e os resultados econômicos observados, investigar os efeitos das obras de infraestrutura e mobilidade urbana, analisar a evolução do fluxo de turistas estrangeiros entre 2006 e 2019 e comparar o caso do Rio com as experiências de Barcelona e Pequim, observando as semelhanças e diferenças nos legados deixados.

Metodologicamente, a pesquisa tem caráter descritivo e analítico, combinando uma abordagem quantitativa e qualitativa. Foram utilizados dados secundários de fontes oficiais, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) — especialmente as tabelas 2673 e 3665 do Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA) —, o Ministério do Turismo (MTur), a Secretaria Municipal de Turismo do Rio de Janeiro (SMTUR-Rio), a Fundação Getúlio Vargas (FGV) e a Organização Mundial do Turismo (UNWTO). O período de análise compreende de 2006 a 2019, incluindo as fases de preparação, realização e pós-evento, o que permite captar tanto os efeitos imediatos quanto a permanência dos resultados. Foram analisadas séries históricas relacionadas ao fluxo de turistas estrangeiros, à infraestrutura e à mobilidade urbana, observadas por meio de variações absolutas e relativas.

Além disso, realizou-se uma comparação internacional com as cidades de Barcelona (1992) e Pequim (2008), aplicando os mesmos eixos de análise — infraestrutura, turismo, mobilidade, governança, sustentabilidade e economia — para garantir a consistência entre os casos estudados. Essa metodologia possibilita integrar dados concretos e interpretação teórica, aproximando as evidências empíricas de reflexões sobre a efetividade dos megaeventos esportivos como instrumentos de desenvolvimento.

A partir dessa estrutura metodológica, busca-se compreender como os investimentos realizados para os Jogos Olímpicos de 2016 influenciaram o desempenho econômico e urbano do Rio de Janeiro e até que ponto esses efeitos se mantiveram ao longo do tempo. O estudo também pretende contribuir para o debate sobre o papel dos megaeventos esportivos em países de economia emergente,

questionando em que medida eles podem gerar crescimento sustentável e benefícios permanentes para a população.

Por fim, esta monografia está organizada em três capítulos. O primeiro capítulo apresenta o referencial teórico e discute as principais abordagens sobre os impactos econômicos e urbanos dos megaeventos esportivos. O segundo capítulo analisa as experiências internacionais de Barcelona (1992) e Pequim (2008), destacando os diferentes contextos, modelos de gestão e estratégias de legado. O terceiro capítulo concentra-se no caso do Rio de Janeiro (2016), trazendo a análise empírica dos dados e a comparação com as demais cidades-sedes, buscando identificar padrões, contrastes e fatores explicativos dos resultados. Por fim, são apresentadas as conclusões, nas quais se sintetizam os principais achados e reflexões sobre os impactos econômicos e estruturais dos Jogos Olímpicos de 2016 e suas implicações para o desenvolvimento urbano no Brasil.

## **1. PANORAMA HISTÓRICO E ECONÔMICO DOS JOGOS OLÍMPICOS**

Este capítulo tem como objetivo principal oferecer uma análise teórica abrangente da relação entre esporte e economia, destacando o papel estratégico que o setor esportivo desempenha no contexto contemporâneo. Ao explorar a economia do esporte, os megaeventos esportivos e a história dos Jogos Olímpicos modernos, busca-se compreender as dinâmicas econômicas, sociais e políticas envolvidas nesse universo, bem como os impactos e legados gerados por eventos de grande escala.

A estrutura do capítulo está organizada em quatro seções interligadas. A primeira seção aborda a economia do esporte, discutindo sua estrutura de mercado, fontes de receita e desafios relacionados à governança, sustentabilidade financeira e desigualdade entre clubes e modalidades. Em seguida, a segunda seção trata dos megaeventos esportivos, com foco em seus impactos econômicos, políticos e sociais, além dos desafios enfrentados na sua organização e dos legados que deixam para as cidades-sede.

A terceira seção apresenta um panorama histórico dos Jogos Olímpicos modernos, desde sua criação por Pierre de Coubertin até sua transformação em um espetáculo global marcado por interesses econômicos e geopolíticos. Por fim, a quarta seção analisa especificamente os Jogos Olímpicos de Verão, com ênfase em seus impactos estruturais e econômicos, utilizando exemplos concretos, como os Jogos de Barcelona (1992), Pequim (2008) e Rio de Janeiro (2016), para ilustrar diferentes modelos de organização e seus respectivos legados.

Ao longo do capítulo, adota-se uma abordagem crítica fundamentada em referências acadêmicas relevantes, com o intuito de refletir sobre o papel do esporte como fenômeno econômico e social, e de discutir os caminhos possíveis para sua inserção em políticas públicas voltadas ao desenvolvimento sustentável e à inclusão social.

### **1.1. Economia do Esporte**

A economia do esporte é um campo de estudo cada vez mais relevante dentro da ciência econômica, pois investiga a estrutura dos mercados, os padrões de consumo e os impactos financeiros das atividades esportivas. De acordo com Proni (2014), a chamada “indústria do esporte” engloba um amplo conjunto de atividades econômicas, desde a produção e comercialização de artigos esportivos, como chuteiras, bolas e uniformes, até a prestação de serviços especializados, como

academias e escolas de treinamento esportivo. Além disso, essa indústria inclui a organização e comercialização de espetáculos esportivos, como torneios e campeonatos.

O setor pode ser segmentado em dois grandes grupos de mercados: os primários e os secundários. Os mercados primários envolvem transações diretas com os consumidores, como a venda de ingressos, produtos esportivos e serviços relacionados à prática esportiva. Já os mercados secundários englobam relações comerciais entre empresas, incluindo patrocínios, contratos publicitários e licenciamentos de marcas (Proni, 2014). Esses dois segmentos possuem dinâmicas próprias, influenciadas por fatores como a popularidade das modalidades, o investimento em infraestrutura e as estratégias de *marketing* adotadas.

Dentro desse contexto, o futebol se destaca como a principal força motriz da economia do esporte, sendo responsável por uma parcela significativa da movimentação financeira do setor. Proni (2014) e Libânio (2016) apontam que a estrutura econômica do futebol é composta por diversas fontes de receita, como venda de ingressos, direitos de transmissão, contratos de patrocínio, exploração comercial de estádios e programas de sócio-torcedor. Entretanto, a mercantilização crescente do esporte tem gerado desafios, especialmente no que diz respeito à desigualdade financeira entre os clubes. Segundo Costa (2023), clubes com maior poder econômico concentram talentos e investimentos, reduzindo a competitividade entre as equipes e tornando o futebol um ambiente menos acessível para torcedores de menor poder aquisitivo.

Além disso, a governança e a sustentabilidade financeira do setor são aspectos fundamentais para garantir seu desenvolvimento equilibrado. Simões (2020) destaca que, apesar da expressiva geração de receitas, muitos clubes enfrentam problemas como endividamento excessivo, má gestão administrativa e falta de transparência financeira. O setor esportivo também tem sido alvo de práticas ilícitas, como lavagem de dinheiro e corrupção em negociações de atletas, reforçando a necessidade de regulamentações mais rígidas para assegurar a integridade do mercado.

Por fim, embora a economia do esporte represente um setor dinâmico e estratégico, sua estrutura não é homogênea e apresenta desigualdades significativas. Modalidades menos populares enfrentam dificuldades para captar investimentos, o que limita seu crescimento e profissionalização. Nesse sentido, torna-se essencial a implementação de políticas públicas e regulatórias que promovam um

desenvolvimento mais equitativo, garantindo que o esporte continue sendo um meio de inclusão social e crescimento econômico sustentável.

## **1.2. Megaeventos Esportivos: Impactos, Desafios e Legados**

Os megaeventos esportivos têm se consolidado, nas últimas décadas, como instrumentos estratégicos de grande relevância política e econômica, impulsionando uma acirrada competição entre governos pela oportunidade de sediá-los. A expectativa de benefícios como crescimento econômico, fortalecimento da imagem nacional e modernização da infraestrutura incentiva essa disputa. No entanto, estudos especializados indicam que os impactos projetados nem sempre se concretizam conforme o esperado. Segundo Matheson e Baade (2004) e Zimbalist (2010), as estimativas *ex ante* utilizadas para justificar investimentos públicos frequentemente superestimam os benefícios econômicos, enquanto avaliações *ex post* revelam que os efeitos positivos são muitas vezes limitados e distribuídos de forma desigual.

A definição do que caracteriza um megaevento é uma questão controversa, especialmente na literatura acadêmica nacional, em que a ausência de conceituações precisas gera dificuldades na mensuração de seus efeitos reais. Segundo Tavares (2011), o termo “megaevento” muitas vezes é utilizado de forma genérica, dificultando uma análise objetiva de suas implicações. O autor argumenta que um fator determinante na classificação de um megaevento é sua articulação com interesses políticos e econômicos. A crescente participação governamental na organização desses eventos está diretamente ligada ao desejo de consolidar projeção internacional e justificar investimentos vultosos, cujos benefícios nem sempre se concretizam para a sociedade como um todo. Além disso, Tavares (2011) destaca a importância da parceria entre entidades como o Comitê Olímpico Internacional (COI), a Federação Internacional de Futebol (FIFA) e grandes conglomerados de comunicação na expansão e consolidação desses eventos no cenário global. Esse envolvimento contribui para o aumento da audiência televisiva e do patrocínio corporativo, mas também influencia decisões governamentais sobre investimentos em infraestrutura e segurança.

Tavares (2011) e Preuss (2008) indicam que, apesar do potencial de transformação econômica e urbana, os megaeventos frequentemente favorecem mais os organizadores e patrocinadores do que a população local. Questões como a elevação dos custos públicos, processos de gentrificação e falta de transparência na

aplicação dos recursos são recorrentes e comprometem a sustentabilidade desses eventos a longo prazo.

Em países em desenvolvimento, Domingues, Betarelli Jr. e Magalhães (2011) observam que a necessidade de elevados investimentos em infraestrutura pode resultar em custos substanciais e endividamento público. Chalip (2004) e Horne (2007) acrescentam que a relação entre megaeventos e o aumento da prática esportiva entre a população é frágil, já que os maiores beneficiados costumam ser indivíduos com histórico prévio de envolvimento no esporte. Além disso, Domingues, Betarelli Jr. e Magalhães (2011) destacam que o retorno financeiro desses eventos é incerto, pois os altos investimentos públicos nem sempre geram receitas compatíveis, podendo levar a déficits significativos e problemas financeiros de longo prazo.

Preuss (2008) classifica os legados dos megaeventos esportivos como tangíveis e intangíveis. Entre os legados tangíveis, estão a construção de instalações esportivas e as melhorias na infraestrutura urbana. Já os intangíveis incluem a projeção internacional do país e o fortalecimento do turismo. O autor ressalta, contudo, que a efetividade desses legados depende diretamente da qualidade do planejamento e da gestão dos recursos investidos. Em muitas ocasiões, os megaeventos resultam em processos de gentrificação, remoção de comunidades e ampliação das desigualdades sociais, em vez de promover benefícios coletivos (Preuss, 2008). Em alguns casos, governos utilizam esses eventos como ferramentas políticas para projetar uma imagem positiva internacionalmente, enquanto problemas estruturais internos permanecem sem solução. Dessa forma, é essencial que a organização desses eventos seja pautada pela transparência e por uma abordagem sustentável, garantindo que os impactos positivos sejam duradouros e amplamente distribuídos.

A governança e a transparência são dimensões essenciais para o sucesso de megaeventos esportivos. No caso brasileiro, os desafios enfrentados na organização da Copa do Mundo de 2014 e dos Jogos Olímpicos de 2016 — especialmente os custos elevados, atrasos nas obras, denúncias de má gestão e desvio de recursos públicos — evidenciam fragilidades institucionais que comprometem a credibilidade e o legado desses eventos. Furtado *et al.* (2020) analisam auditorias da Controladoria-Geral da União (CGU) e identificam diversas irregularidades nos contratos e na execução de obras relacionadas aos Jogos de 2016, confirmando a necessidade de maior controle social e de mecanismos de governança mais eficazes. Assim, para que os megaeventos esportivos se traduzam em benefícios reais à sociedade, torna-se

indispensável uma gestão pública transparente, participativa e orientada ao interesse coletivo.

Domingues, Betarelli Jr. e Magalhães (2011) sugerem que, para maximizar os efeitos positivos e mitigar impactos negativos, é essencial adotar uma abordagem focada no desenvolvimento sustentável, na inclusão social e em mecanismos eficazes de monitoramento e avaliação. Dessa forma, torna-se fundamental assegurar que os recursos públicos sejam utilizados de maneira responsável e que os benefícios dos megaeventos sejam amplamente distribuídos, promovendo uma transformação social e econômica genuína.

### **1.3. História dos Jogos Olímpicos Modernos**

Os Jogos Olímpicos são hoje reconhecidos como o maior evento esportivo do planeta, reunindo atletas de todas as partes do mundo em uma celebração marcada pela diversidade cultural, pela excelência atlética e pela intensa cobertura midiática. No entanto, para compreender o significado atual dos Jogos, é necessário retornar à sua origem e às motivações que impulsionaram sua recriação no final do século XIX.

Inspirados nas competições realizadas na Grécia Antiga a partir de 776 a.C., os Jogos Olímpicos modernos foram idealizados por Pierre de Coubertin, um educador francês que acreditava no esporte como instrumento de formação moral, física e intelectual. Coubertin via nos Jogos uma oportunidade de promover valores universais, como o respeito, a superação individual, a paz entre os povos e o espírito de fraternidade internacional (Proni, 2008). Para ele, o esporte deveria ser praticado de maneira amadora e ética, distante de interesses políticos e financeiros, representando um verdadeiro “culto à prática atlética no mais puro espírito do verdadeiro esporte” (Proni, 2008, p. 5).

A proposta de Coubertin tomou forma em 1894, durante um congresso na Universidade de Sorbonne, em Paris, onde foi criado o Comitê Olímpico Internacional (COI). Dois anos depois, em 1896, os primeiros Jogos Olímpicos da era moderna foram realizados em Atenas, como símbolo de continuidade histórica e reverência à tradição grega (Mesquita, 2021). Desde então, os Jogos passaram a ocorrer a cada quatro anos, com a alternância entre os Jogos de Verão e os Jogos de Inverno a partir de 1924.

Nas primeiras décadas, os Jogos mantinham-se alinhados ao ideário do amadorismo, valorizando a prática esportiva como atividade educativa e formativa.

Entretanto, ao longo do século XX, esse modelo começou a ser desafiado por uma série de transformações geopolíticas, tecnológicas e sociais. Eventos como as duas guerras mundiais, o surgimento da televisão, o crescimento da indústria esportiva e a intensificação dos nacionalismos tiveram impactos profundos sobre a organização e o significado dos Jogos.

Segundo Mesquita (2021), a politização dos Jogos tornou-se evidente a partir da década de 1930, especialmente nos Jogos de Berlim, em 1936, utilizados pelo regime nazista como instrumento de propaganda. Mais tarde, durante a Guerra Fria, os Jogos passaram a simbolizar a rivalidade entre os blocos capitalista e socialista, com boicotes em edições como Moscou (1980) e Los Angeles (1984). A competição esportiva deixou de ser apenas uma disputa atlética, transformando-se em palco de embates ideológicos e de demonstração de poder entre nações.

Além do viés político, outro processo marcou profundamente a evolução dos Jogos: a sua mercantilização. A partir dos anos 1960, com a expansão das transmissões televisivas, os Jogos passaram a atrair um número crescente de patrocinadores, emissoras e investidores. Esse movimento culminou com os Jogos de Los Angeles, em 1984, organizados com forte apoio da iniciativa privada e sem financiamento estatal direto — um marco na transformação dos Jogos em produto de consumo global (Próni, 2008).

Desde então, os Jogos Olímpicos deixaram de ser apenas uma celebração do esporte e tornaram-se também um espetáculo midiático, um projeto de marketing e uma vitrine de interesses econômicos. Como argumenta Próni (2008), essa transformação foi acompanhada por uma redefinição do discurso oficial do COI, que passou a conciliar os ideais olímpicos com a realidade do mercado globalizado. A *Carta Olímpica*, documento que orienta os princípios do Olimpismo, passou a ser revisada com frequência para acomodar as novas demandas financeiras e organizacionais impostas pelo evento (Mesquita, 2021).

Apesar das mudanças, os Jogos ainda conservam símbolos e rituais que remetem à sua origem e ao idealismo *coubertiniano* — entendido como a crença de que o esporte forma o caráter e contribui para um mundo melhor — como a tocha olímpica, o juramento dos atletas, a bandeira com os cinco anéis e o lema “*Citius, Altius, Fortius*” (“Mais Rápido, Mais Alto, Mais Forte”). No entanto, a distância entre os princípios e a prática real dos Jogos levanta questionamentos sobre sua identidade contemporânea.

Essa tensão entre tradição e transformação constitui o ponto de partida para uma análise crítica mais aprofundada, especialmente no que diz respeito aos impactos que os Jogos geram para as cidades que os sediam. A escolha da sede olímpica, os investimentos realizados, os legados prometidos e os efeitos sociais e urbanos que dela decorrem são temas centrais no debate atual sobre os megaeventos esportivos. Assim, compreender a história dos Jogos não é apenas um exercício de memória, mas uma chave interpretativa fundamental para avaliar suas consequências nas cidades contemporâneas.

#### **1.4. Jogos Olímpicos de Verão: Impactos, Desafios e Legados**

Os Jogos Olímpicos de Verão figuram entre os maiores eventos esportivos do planeta, reunindo milhares de atletas, mobilizando grande público e demandando uma complexa articulação institucional. Além de seu caráter esportivo, os Jogos geram efeitos significativos nas cidades anfitriãs, promovendo alterações em sua estrutura urbana, dinâmicas econômicas e contextos sociais. Conforme observa Roche (2000), trata-se de um acontecimento de alta visibilidade internacional, com forte apelo popular, adquirindo assim uma dimensão global de relevância política e econômica.

A preparação para sediar os Jogos exige aportes financeiros expressivos, tanto de recursos públicos quanto privados, além de intervenções em larga escala na infraestrutura urbana e nos equipamentos esportivos (Hall, 2006). De acordo com Matias (2007), os efeitos gerados por esse tipo de evento são variados, incluindo a modernização de espaços urbanos, a valorização da prática esportiva, o aumento do fluxo turístico e a projeção internacional da cidade-sede. Tais iniciativas também costumam acelerar obras de mobilidade urbana, criar oportunidades de negócio, estimular a capacitação profissional e dinamizar setores da economia local.

No entanto, tais impactos não ocorrem de forma automática. Para que os Jogos deixem um legado positivo e duradouro, é essencial que haja um planejamento estratégico bem estruturado, voltado à sustentabilidade e à inclusão social (Tavares, 2011). A análise de diferentes edições olímpicas permite compreender as variáveis que influenciam o sucesso ou o fracasso dos benefícios esperados.

Um exemplo frequentemente destacado é o de Barcelona, que sediou os Jogos em 1992. A cidade enfrentava, à época, uma conjuntura de dificuldades econômicas e sociais, como altos índices de desemprego e infraestrutura deficiente. A realização dos Jogos possibilitou uma reestruturação urbana abrangente, modernizando áreas

como a orla marítima e o sistema de transporte. Segundo Eguino, Ribeiro e Vercillo (2013), a cidade experimentou um crescimento sustentado no turismo e na economia local, consolidando-se como referência em planejamento olímpico bem-sucedido. Proni *et al.* (2008) destacam que os investimentos giraram em torno de aproximadamente US\$ 8 bilhões, com resultados expressivos na imagem internacional da cidade.

Em contrapartida, os Jogos de Pequim, em 2008, exemplificam um modelo centrado em grandes aportes financeiros e transformações urbanas profundas. Conforme Uvinha (2008), mais de US\$ 40 bilhões foram investidos na ampliação do sistema de transporte, construção de arenas esportivas e revitalização de regiões estratégicas. Apesar de ganhos visíveis no setor imobiliário e turístico, o evento também gerou impactos negativos, como o deslocamento forçado de comunidades, agravando desigualdades sociais (Pomar, 2003; Uvinha, 2008). A subutilização de parte das instalações construídas levantou questionamentos sobre a viabilidade e o planejamento de longo prazo.

No caso brasileiro, os Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro, realizados em 2016, representaram um grande desafio para o país. A proposta de candidatura envolvia promessas de melhorias em mobilidade, segurança e estrutura urbana. De acordo com Lima (2017), a execução do evento exigiu articulação entre esferas governamentais e o setor privado, além do envolvimento de organismos internacionais. Ainda que o Brasil tenha ganhado visibilidade no cenário esportivo global, diversas críticas emergiram no período pós-Olimpíadas.

Proni, Faustino e Silva (2014) relatam que muitas obras realizadas foram pouco aproveitadas após o evento, com os benefícios concentrando-se em setores como a construção civil. A distribuição dos ganhos foi desigual e o impacto econômico mais amplo ficou aquém das expectativas. O legado estrutural e social foi limitado pela ausência de um planejamento eficiente voltado à sustentabilidade e à inclusão.

A literatura econômica que analisa megaeventos como os Jogos Olímpicos sugere que os efeitos sobre o crescimento econômico tendem a ser pontuais e não sustentáveis no longo prazo. Junqueira (2011) conclui, a partir de estudos sobre o Produto Interno Bruto (PIB) das cidades-sede, que o impulso econômico gerado durante o evento não se mantém nos anos subsequentes. Ainda segundo Proni, Faustino e Silva (2014), há uma tendência à superestimação dos benefícios em

projeções prévias (*ex ante*), enquanto as análises posteriores (*ex post*) revelam resultados mais modestos do que os inicialmente projetados.

Além dos impactos econômicos diretos, os Jogos também proporcionam efeitos simbólicos e sociais. Raeder (2009) menciona que a imagem internacional da cidade-sede pode ser fortalecida, ao passo que o evento também contribui para a valorização do capital cultural e social. No entanto, Preuss (2008) alerta que, sem uma estratégia de gestão eficiente, muitas das estruturas construídas correm o risco de se tornarem subutilizadas, gerando custos elevados de manutenção e pouco retorno social — fenômeno comumente chamado de “*Elefantes Brancos*”.

Diante disso, torna-se evidente que o sucesso dos Jogos Olímpicos de Verão depende de fatores que vão além da organização do evento em si. Nos próximos capítulos, será realizada uma análise comparativa entre Barcelona, Pequim e Rio de Janeiro, evidenciando como distintas abordagens podem produzir resultados contrastantes. A presença de políticas públicas bem desenhadas, o envolvimento comunitário e a integração entre os investimentos e as necessidades reais da população são elementos cruciais para transformar os Jogos em uma oportunidade de desenvolvimento efetivo.

## **2. OS JOGOS OLÍMPICOS DE BARCELONA E PEQUIM**

Este capítulo tem como objetivo analisar os impactos econômicos, urbanos e institucionais dos Jogos Olímpicos de Barcelona (1992) e Pequim (2008), destacando como esses megaeventos foram utilizados como estratégias de desenvolvimento e projeção internacional. A abordagem comparativa permite identificar diferentes modelos de planejamento, financiamento e gestão adotados em contextos políticos e sociais distintos.

O capítulo está dividido em duas seções principais. A primeira trata do caso de Barcelona, enfocando a reestruturação urbana, a articulação público-privada, os efeitos no turismo e as transformações institucionais. A segunda seção examina Pequim, evidenciando o uso dos Jogos como ferramenta de inserção global e de fortalecimento do Estado, com ênfase na centralização do planejamento e nos impactos sociais.

Cada caso é analisado a partir de três eixos: financiamento e receita, turismo e impactos estruturais e institucionais, permitindo compreender os legados deixados e os desafios enfrentados. Ao final, o capítulo propõe uma reflexão crítica sobre o papel dos megaeventos na transformação das cidades, considerando suas oportunidades e contradições.

### **2.1. Barcelona: As Olimpíadas como uma Estratégia de Planejamento Urbano para Reposicionamento Global**

A escolha de Barcelona como sede dos Jogos Olímpicos de 1992 foi uma decisão altamente estratégica, ancorada em motivações que extrapolavam o escopo esportivo. A candidatura catalã representou uma aposta em um modelo de transformação urbana que unia planejamento estratégico, articulação entre os setores público e privado e promoção internacional. Desde sua formulação, o projeto olímpico foi concebido como motor de desenvolvimento econômico e reposicionamento global, visando não apenas à requalificação física da cidade, mas também à sua afirmação como um polo competitivo no cenário europeu e mundial.

Naquele momento, Barcelona buscava superar os impactos das crises econômicas das décadas de 1970 e 1980, além de enfrentar desafios territoriais associados à fragmentação urbana e à degradação de áreas industriais e periféricas. A realização dos Jogos foi incorporada a uma estratégia mais ampla de reestruturação urbana, já presente no plano diretor da cidade, acelerando projetos que estavam em

desenvolvimento e garantindo respaldo político e financeiro para sua implementação (Lima, 2015). Como reforça Brunet (2006, p. 226), o evento foi “o pretexto para acelerar uma transformação urbana que a cidade já perseguia”, mostrando-se eficaz como catalisador de investimentos e reordenação territorial.

Nesse contexto, Barcelona adotou uma abordagem empreendedora de gestão urbana, apostando em grandes projetos como forma de estimular o crescimento econômico, atrair investimentos e reforçar sua imagem no circuito das cidades globais (Lima, 2015). A estratégia olímpica foi também um instrumento de afirmação identitária da Catalunha no cenário espanhol, em um momento de recente descentralização política e de busca por maior autonomia cultural e institucional.

Entre 1986 e 1992, a cidade passou por uma remodelação urbana sem precedentes, com investimentos massivos em mobilidade, saneamento, áreas verdes, equipamentos culturais e infraestrutura esportiva. As melhorias executadas abrangeram desde a abertura de novas avenidas e parques até a reconversão de bairros inteiros, como a Vila Olímpica. Segundo Brunet (2006), aproximadamente 85,5% do investimento total foi destinado a obras de infraestrutura e urbanização, o que evidencia a intenção de priorizar transformações permanentes em vez de estruturas efêmeras. Esse foco no legado urbano foi o que consolidou o chamado “*modelo Barcelona*”, que passou a ser referenciado internacionalmente como exemplo de sucesso em planejamento urbano orientado por megaeventos (Harvey, 2005; Monclús, 2010).

Apesar dos méritos reconhecidos do modelo, ele não esteve isento de contradições. A valorização imobiliária durante o período olímpico gerou um expressivo aumento nos preços de imóveis e aluguéis, dificultando o acesso à moradia para parcela significativa da população local. Dados do Observatório DESC (2007) apontam um crescimento de cerca de 240% nos preços dos imóveis novos entre 1986 e 1992, impulsionado pela especulação imobiliária e pela crescente demanda por áreas revalorizadas.

Além disso, aproximadamente 624 famílias foram removidas de áreas afetadas por obras olímpicas, especialmente em bairros populares como Montjuïc e Poblenou, muitas vezes sem garantias de reassentamento adequado (COHRE, 2007; Lima, 2015). Essas remoções revelam os limites do modelo quando o desenvolvimento urbano é realizado à custa de direitos sociais, refletindo uma lógica de produção do espaço centrada na rentabilidade e não na inclusão.

Do ponto de vista econômico, os Jogos Olímpicos impulsionaram setores como a construção civil, telecomunicações, turismo e comércio. O evento gerou, segundo Brunet (2006), um impacto econômico direto de 13,7 bilhões de dólares (valores atualizados), correspondendo a cerca de 2,7% do PIB da Catalunha entre 1987 e 1993, além de ter contribuído para reduzir o desemprego local de 18,4% para 9,6% no mesmo período. Tais números evidenciam o papel da Olimpíada como catalisador de crescimento e estabilização econômica, reforçando sua eficácia enquanto estratégia de reposicionamento urbano.

A nova imagem de Barcelona — vinculada à modernidade, criatividade, organização e qualidade de vida — passou a ser um ativo econômico. A cidade foi convertida em marca global, incorporando o urbanismo como ferramenta de *marketing* territorial (Coaffee, 2010). Contudo, essa reestruturação também abriu caminho para dinâmicas de mercantilização do espaço urbano. O capital imobiliário e turístico passou a exercer papel dominante na produção da cidade, muitas vezes em detrimento das necessidades da população local, especialmente em bairros centrais e litorâneos.

Assim, os Jogos Olímpicos de 1992 representaram, para Barcelona, um divisor de águas. Se, por um lado, alavancaram o prestígio internacional da cidade, posicionando-a como referência de planejamento urbano estratégico e de eficiência institucional, por outro, acentuaram desigualdades internas e impulsionaram processos de gentrificação e exclusão territorial. O caso catalão evidencia que o uso de megaeventos como ferramenta de desenvolvimento urbano pode produzir legados positivos duradouros, desde que ancorado em planejamento integrado e compromisso com justiça social. Sem esse equilíbrio, há o risco de que o crescimento urbano seja apropriado seletivamente, beneficiando interesses econômicos em detrimento de direitos coletivos.

### **2.1.1. Financiamento e Receita**

A cidade de Barcelona é amplamente reconhecida como um dos exemplos mais bem-sucedidos no uso estratégico de um megaevento esportivo para transformação urbana e fortalecimento econômico. A edição dos Jogos Olímpicos de 1992 tornou-se um marco pela forma como articulou um modelo de gestão eficiente, diversificação de receitas e forte integração entre os setores público e privado, o que

resultou em equilíbrio financeiro e efeitos duradouros sobre a economia local (Aguiar, 2012).

Para viabilizar as principais obras de infraestrutura urbana associadas ao evento, foi criada a HOLSA (Barcelona Holding Olímpica S.A.), uma sociedade de economia mista constituída entre o governo central espanhol e a prefeitura da cidade. Coube à HOLSA a responsabilidade pela execução de grandes projetos, como a reurbanização da frente marítima, a construção de 78 quilômetros de vias e a implantação do anel viário. Já a organização direta dos Jogos ficou a cargo do COOB'92 (Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos de Barcelona), responsável por coordenar a logística e as finanças do evento (Aguiar, 2012).

Essa separação de funções entre infraestrutura urbana e organização esportiva contribuiu para a gestão racional dos recursos. Segundo Proni, Araújo e Amorim (2008), o COOB'92 apresentou superávit de aproximadamente 358 milhões de pesetas espanholas (cerca de 42,8 milhões de dólares norte-americanos à época), com arrecadação total de 195,6 bilhões de pesetas e gastos de 195,2 bilhões de pesetas. Tal desempenho contrasta com o histórico deficitário de outras edições dos Jogos Olímpicos.

Grande parte desse sucesso financeiro está relacionada à estrutura robusta de receitas próprias. De acordo com Proni, Araújo e Amorim (2008), 75,2% da receita do comitê organizador teve origem em contratos de patrocínio e na venda de direitos de transmissão televisiva, que somaram, respectivamente, 58,2 bilhões e 54,2 bilhões de pesetas. Parte significativa dos patrocínios (42,5 bilhões de pesetas) foi recebida sob a forma de produtos e serviços, o que demonstra a eficiência do modelo adotado (Proni *et al.*, 2008).

A segmentação do programa de patrocínios — estruturado em categorias como patrocinadores globais, fornecedores oficiais e parceiros locais — permitiu diversificar a base de arrecadação e aumentar a atratividade do evento para empresas de diferentes portes. Esse modelo foi incentivado pela atuação do Comitê Olímpico Internacional (COI), que, na década de 1980, instituiu o TOP (*The Olympic Program*) como plataforma para centralizar e profissionalizar os acordos de patrocínio em escala global (Proni *et al.*, 2008).

Além disso, Barcelona conseguiu atrair investimentos privados significativos para áreas como habitação, turismo, centros empresariais e concessões de infraestrutura. Segundo Aguiar (2012), 32,7% do volume total de investimentos foram

financiados pelo setor privado, sendo que cerca de um terço desse montante teve origem estrangeira. A solidez institucional e a credibilidade do projeto permitiram o estabelecimento de parcerias público-privadas duradouras.

A análise de Brunet (2006) corrobora essa visão ao afirmar que 61,5% dos recursos aplicados entre 1986 e 1993 na preparação olímpica vieram de fontes públicas, enquanto 38,5% foram provenientes do setor privado. Essa proporção é particularmente expressiva considerando o padrão histórico de financiamento de megaeventos, frequentemente dependentes quase exclusivamente de fundos estatais.

No que se refere à composição dos gastos, o COOB'92 manteve uma estrutura administrativa enxuta. Conforme apontam Proni, Araújo e Amorim (2008), 49,9% das despesas foram aplicadas na contratação de serviços, 33,8% em investimentos diretos e apenas 11,2% foram destinados à folha de pagamento. O uso de mão de obra terceirizada e a mobilização de mais de 34 mil voluntários também contribuíram para manter os custos sob controle.

Brunet (2006) reforça essa abordagem ao destacar que a proporção do orçamento destinada à infraestrutura urbana foi amplamente superior ao volume aplicado em instalações esportivas — apenas 9,1% dos investimentos totais estiveram diretamente relacionados às arenas e centros de competição. Essa escolha estratégica indica que os organizadores buscaram maximizar os efeitos duradouros do evento para além de sua realização esportiva.

Apesar de seus efeitos sociais controversos, o êxito do modelo de Barcelona não pode ser dissociado de seu contexto específico. A Espanha vivia um período de estabilidade institucional e buscava maior protagonismo internacional após sua redemocratização. Além disso, a cidade já possuía um plano diretor de desenvolvimento urbano em andamento, que foi acelerado com a conquista da sede olímpica. Como destaca Aguiar (2012), os Jogos foram incorporados a uma estratégia urbana pré-existente, o que permitiu que seus benefícios se estendessem para além do evento esportivo em si.

A análise crítica do caso de Barcelona sugere que a estrutura de financiamento adotada foi bem-sucedida não apenas pelo volume de recursos mobilizados, mas pela lógica de aplicação e pela coerência com um projeto urbano já estruturado. Ao evitar a centralização excessiva de decisões em um único ente governamental e ao promover a participação ativa da iniciativa privada, os organizadores criaram um

modelo de corresponsabilidade que aumentou a eficiência e reduziu riscos fiscais. No entanto, como ressalta Brunet (2006), a replicabilidade desse modelo exige não só capacidade técnica e política, mas também condições institucionais específicas e um compromisso claro com o legado urbano e social a ser deixado após o evento.

Dessa forma, os Jogos de Barcelona exemplificam como uma estrutura de financiamento bem planejada, associada a um projeto urbano consolidado, pode transformar um megaevento esportivo em vetor de requalificação econômica e social. A articulação entre fontes públicas e privadas, a racionalidade nos gastos e o foco em investimentos duradouros colocaram a edição de 1992 como uma referência positiva dentro da literatura sobre megaeventos. Contudo, é necessário cautela ao considerar esse modelo como padrão universal, visto que seu sucesso depende de um alinhamento raro entre planejamento, estabilidade institucional e visão estratégica de longo prazo.

### **2.1.2. Turismo**

A realização dos Jogos Olímpicos de 1992 em Barcelona tornou-se um dos casos mais emblemáticos de como um megaevento pode ser utilizado como instrumento de requalificação urbana, reformulação da imagem internacional e fortalecimento estratégico do setor turístico. Antes da confirmação da cidade como sede olímpica, em 1986, Barcelona apresentava baixa visibilidade no cenário turístico global. A nomeação olímpica, entretanto, foi o ponto de inflexão que impulsionou uma ampla transformação urbana e institucional, cuja consequência direta foi a consolidação do turismo como um dos eixos centrais da economia local (Moragas e Botella, 1996).

Em 1992, durante o ano dos Jogos, Barcelona recebeu aproximadamente 2 milhões de turistas, número expressivo que já demonstrava o potencial do evento como atrativo internacional (Truñó, 2008). No entanto, o impacto mais relevante ocorreu no período pós-olímpico, quando a cidade se consolidou como destino turístico de referência na Europa. A expansão da capacidade hoteleira — com cerca de 5.000 novos quartos — foi acompanhada de melhorias na infraestrutura urbana, como a requalificação da orla marítima, a revitalização de bairros degradados e a construção da Vila Olímpica, posteriormente convertida em área residencial e turística (Brunet, 2006; Mascarenhas, 2008).

Essas intervenções não apenas ampliaram a capacidade de acolhimento da cidade, mas também melhoraram a experiência urbana dos visitantes, integrando transporte, cultura, lazer e paisagem em um modelo urbano planejado. A transformação física da cidade foi acompanhada por uma mudança simbólica: a imagem de Barcelona foi projetada ao mundo como uma cidade moderna, criativa e cosmopolita. Conforme aponta Mascarenhas (2014), os Jogos contribuíram para construir uma estética urbana voltada para o consumo simbólico e a espetacularização do espaço público, o que colaborou para que a cidade se tornasse exemplo de cidade-vitrine no contexto da globalização turística.

Além disso, o evento foi um catalisador para a redefinição da governança turística na cidade. Como relata Duran (2005), o período olímpico motivou a criação do consórcio *Turisme de Barcelona*, em 1993, uma articulação entre o poder público e o setor privado responsável por estruturar estratégias de promoção segmentada do destino. Essa nova abordagem permitiu um posicionamento internacional mais sofisticado, voltado não apenas ao turismo de lazer, mas também ao turismo de negócios, esportes e cruzeiros.

Entre 1990 e 2001, o número de turistas saltou de 1,73 milhão para 3,37 milhões, enquanto os pernoites cresceram de 3,8 milhões para quase 8 milhões, um aumento de 110% (Duran, 2005). A Tabela 1 ilustra essa evolução quantitativa do setor hoteleiro e turístico na cidade.

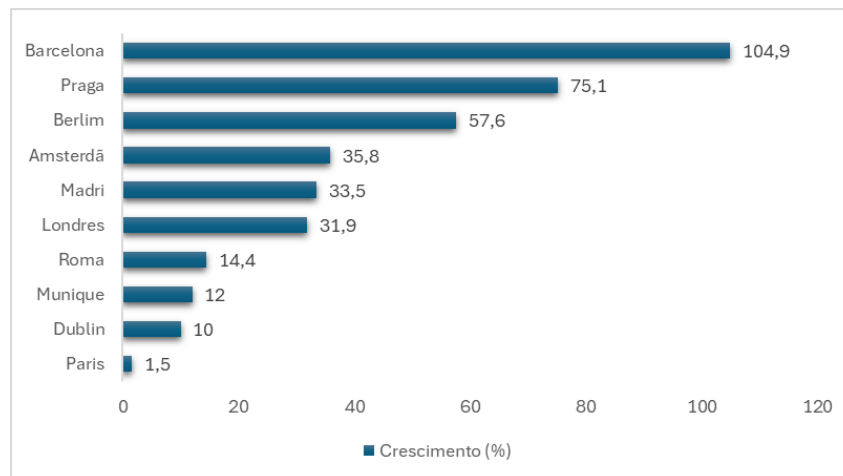
Tabela 1. Evolução da Estrutura Hoteleira e do Turismo em Barcelona

<b>Ano</b>	<b>Número de Hotéis</b>	<b>Quartos</b>	<b>Leitos</b>	<b>Taxa de Ocupação (%)</b>	<b>Turistas</b>	<b>Pernoites</b>
1990	118	10.265	18.569	71	1.732.902	3.795.522
1992	148	13.352	25.055	64	1.874.734	4.333.419
2000	187	16.561	31.338	84	3.141.162	7.777.580
2001	203	18.141	34.303	79	3.378.635	7.969.496

Fonte: Elaboração própria, a partir de Duran (2005, p. 7).

Esse crescimento foi expressivo não apenas em números absolutos, mas também quando comparado a outras capitais europeias. Conforme o Gráfico 1, Barcelona liderou o ranking de crescimento percentual de pernoites entre 1990 e 2001, com um aumento de 104,9%, superando cidades tradicionalmente consolidadas no turismo urbano, como Paris, Roma e Londres.

Gráfico 1. Crescimento percentual de pernoites em cidades europeias (1990-2001)



Fonte: Elaboração própria, a partir de Duran (2005, p. 8).

Esse desempenho se deve, em grande parte, à capacidade de Barcelona de integrar infraestrutura, planejamento urbano e políticas culturais em uma estratégia de desenvolvimento de longo prazo. O turismo passou a representar 14% do PIB local no início dos anos 2000, com um impacto econômico direto de 2,59 bilhões de euros (valores da época) (Duran, 2005).

Outro aspecto crucial foi a mudança no perfil dos visitantes. Em 1990, cerca de 70% dos turistas iam a Barcelona por motivos de negócios. Em 2000, esse número havia caído para 39%, enquanto os turistas de lazer passaram a representar cerca de 60% do total (Duran, 2005). Isso reflete a transição da cidade de um centro industrial para um polo de cultura, lazer e experiências urbanas — como sugere a metáfora de que Barcelona teria deixado de ser a *Manchester* da Europa para tornar-se a *Copacabana* do Mediterrâneo.

A experiência catalã influenciou diretamente outras cidades-sede de megaeventos, como Sydney (2000), Londres (2012) e Rio de Janeiro (2016), que buscaram replicar elementos do chamado *modelo Barcelona* — a combinação entre infraestrutura, *marketing* urbano e desenvolvimento econômico (Raeder, 2009).

Importante destacar ainda que os efeitos do evento não se restringiram às áreas centrais. As intervenções promoveram a valorização de bairros periféricos e incentivaram a descentralização das atividades culturais e turísticas. Romero e Ribeiro (2009) observam que isso contribuiu para a coesão social e para a democratização do acesso à cidade.

O sucesso de Barcelona não foi fruto do acaso, mas resultado de um planejamento estratégico bem coordenado, sustentado por consenso político, cooperação entre os setores público e privado e participação ativa da sociedade civil. O desenvolvimento do turismo, nesse contexto, não pode ser visto como uma consequência secundária dos Jogos Olímpicos, mas como uma construção proposital e estruturada, cujos impactos positivos ainda são evidentes.

### **2.1.3. Impactos Estruturais e Institucionais**

Além das mudanças físicas visíveis e do crescimento do turismo, os Jogos Olímpicos de Barcelona de 1992 geraram impactos menos tangíveis, porém fundamentais para a transformação estrutural da cidade. Esses efeitos indiretos, que se estendem muito além do ciclo olímpico, foram determinantes para a consolidação de Barcelona como um polo urbano moderno e economicamente resiliente. O evento funcionou como uma plataforma de reconfiguração econômica, renovação institucional e reorganização funcional do espaço urbano, consolidando um novo modelo de governança.

Do ponto de vista econômico, os Jogos Olímpicos serviram como impulso para a transição de um modelo industrial tradicional para uma economia baseada em serviços, tecnologia e inovação. A modernização de setores como comunicação, transporte e construção civil, associada à abertura internacional promovida pelo evento, favoreceu o surgimento de novas cadeias produtivas, mais dinâmicas e integradas à economia global. Segundo Aguiar (2012), essa reestruturação setorial foi catalisada pela visibilidade internacional dos Jogos e pela infraestrutura construída, que contribuiu para atrair empresas estrangeiras e capital de risco para a região.

De acordo com Brunet (2006), as obras e a organização dos Jogos Olímpicos de Barcelona geraram um impacto direto significativo no mercado de trabalho local. Entre os anos de 1987 e 1992, estima-se que a média anual de empregos criados tenha sido de aproximadamente 59.328 postos de trabalho. Desse total, cerca de 20.019 empregos se tornaram permanentes, principalmente em setores impulsionados pelas mudanças estruturais promovidas na cidade durante o ciclo olímpico.

Ainda segundo dados analisados por Proni *et al.* (2008), entre novembro de 1986 e julho de 1992, o número de pessoas desempregadas em Barcelona caiu em 66.889. Estima-se que cerca de 88,7% dessa redução esteja diretamente relacionada

ao impacto da realização dos Jogos Olímpicos. A Tabela 2 evidencia de forma clara a relevância dos Jogos na dinamização do mercado de trabalho local.

Tabela 2. Empregados versus desempregados

PEA	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1986-1992(%)	1991-1992
Total	707.772	743.348	728.704	734.746	741.662	722.870	715.774	1	-1,0
Empregados	582.078	624.946	631.697	664.104	675.424	656.575	645.833	11	-1,6
Desempregados	125.694	118.402	97.007	70.642	66.238	66.295	69.941	-44	5,5

*Fonte: Proni et al. (2008)*

Essa ampliação da base produtiva foi acompanhada por um notável aumento da renda e da atividade econômica local. O PIB da cidade cresceu não apenas em função dos investimentos, mas também pela melhoria das condições logísticas, institucionais e da atratividade urbana (Brunet, 2006).

A mobilidade urbana, tradicionalmente um ponto de estrangulamento em grandes metrópoles, foi profundamente modificada pelo projeto olímpico. A construção de vias expressas e a integração das zonas periféricas à malha central não apenas facilitaram o acesso aos equipamentos esportivos, mas também transformaram a lógica de deslocamento da cidade como um todo. A construção das chamadas rondas (vias de circunvalação), por exemplo, aumentou em 15% a malha viária da cidade em relação a 1986, enquanto as áreas verdes cresceram 78% (Brunet, 2006). Essa reorganização territorial reduziu desigualdades de acesso e contribuiu para a inclusão de bairros antes desconectados dos fluxos econômicos e sociais dominantes (Aguiar, 2012).

Outro legado importante foi o fortalecimento da capacidade institucional e da governança local. A articulação entre o governo central, a prefeitura de Barcelona e o governo autônomo da Catalunha deu origem a estruturas inéditas de coordenação, como a HOLSA e o COOB'92, que permitiram acelerar processos decisórios e otimizar o uso dos recursos públicos. Segundo Proni, Araújo e Amorim (2008), essa nova configuração institucional reduziu os custos de transação típicos de projetos públicos de grande escala e criou uma cultura de gestão mais ágil e orientada por resultados, que permaneceu no pós-evento como modelo para outras políticas urbanas.

Brunet (2009) destaca que a separação entre os órgãos de gestão das obras (HOLSA) e os de organização dos Jogos (COOB'92) foi fundamental para o sucesso

do *modelo Barcelona*, pois permitiu autonomia técnica e clareza de objetivos. Esse arranjo institucional inovador gerou um ambiente de governança baseado em consenso político, participação intergovernamental e financiamento híbrido (público-privado), resultando em maior eficiência e transparência na execução dos projetos.

Essas experiências contribuíram para uma inflexão nas políticas públicas locais, marcando o início de um ciclo de urbanismo estratégico, que passou a incorporar de maneira sistemática elementos como planejamento integrado, parcerias público-privadas e gestão por projetos. O próprio aparato estatal foi reformulado a partir dessas práticas, ampliando sua capacidade de coordenação intersetorial e de absorção de investimentos externos. Essa evolução institucional, como destacam Proni *et al.* (2008), foi tão relevante quanto os investimentos em infraestrutura física, pois estabeleceu as bases para a continuidade do desenvolvimento urbano após o encerramento dos Jogos.

Ademais, ao consolidar sua imagem como cidade cosmopolita e eficiente, Barcelona aumentou sua competitividade no cenário internacional. A capacidade de atrair novos eventos, empresas multinacionais e investimentos em inovação foi ampliada, reforçando sua inserção nas redes globais de produção e conhecimento. Em 2010, a cidade já ocupava a 4ª posição entre os centros urbanos mais atrativos da Europa para negócios, superando metrópoles como Amsterdã, Berlim e Milão (Brunet, 2009). Esse reposicionamento, embora iniciado com o evento esportivo, foi sustentado por decisões estratégicas de longo prazo, muitas das quais só foram viabilizadas pela conjuntura favorável criada pelos Jogos Olímpicos (Aguiar, 2012).

Portanto, os Jogos Olímpicos de 1992 devem ser compreendidos não apenas como um evento esportivo bem-sucedido, mas como um marco de reorganização profunda das dinâmicas econômicas, institucionais e territoriais da cidade. O caso de Barcelona mostra que os impactos de um megaevento podem ultrapassar os benefícios imediatos, tornando-se alavanca para transformações estruturais duradouras — desde que inseridos em um projeto urbano pré-existente, sustentado por planejamento, cooperação intergovernamental e visão estratégica de futuro. Como aponta Brunet (2006), o verdadeiro legado de Barcelona não está apenas em sua infraestrutura física, mas na capacidade institucional de dar continuidade ao processo de inovação urbana iniciado com os Jogos.

## 2.2. Pequim: A Olimpíada como Estratégia de Inserção Global da China

A decisão da China em candidatar sua capital, Pequim, para sediar os Jogos Olímpicos de 2008 foi marcada por uma racionalidade estratégica que ultrapassa o campo esportivo. A candidatura representou um esforço articulado para reposicionar o país no cenário internacional, fortalecer a identidade nacional e acelerar o processo de modernização econômica e urbana. De acordo com Borba (2013), Pequim foi escolhida como símbolo de uma nova era, na qual a China buscava consolidar sua imagem como potência emergente — não apenas do ponto de vista econômico, mas também como referência política, cultural e simbólica.

Durante boa parte do século XX, a China esteve à margem da legitimação internacional, frequentemente criticada por sua política de direitos humanos e por seu sistema autoritário. Nesse contexto, os Jogos Olímpicos surgiram como uma oportunidade singular para reconfigurar essa imagem, ao apresentar ao mundo uma China moderna, estável e eficiente. Segundo Borba (2013), os Jogos foram concebidos como uma vitrine de poder e progresso, direcionada tanto ao público externo quanto ao interno, com o objetivo de demonstrar a capacidade do país em executar projetos de altíssima complexidade e impacto global.

Pequim foi, portanto, o palco de um projeto de modernização urbana com profundo simbolismo político e ideológico. A cidade passou por um processo de transformação acelerada que envolveu a reconfiguração do espaço urbano, investimentos maciços em infraestrutura e a adoção de práticas de planejamento alinhadas a padrões internacionais. De acordo com Uvinha (2009), os Jogos Olímpicos catalisaram uma série de reformas que já vinham sendo planejadas, mas que ganharam velocidade e amplitude graças à visibilidade do evento. Foram implementadas melhorias no sistema de transporte, como a expansão da malha metroviária e a renovação de vias expressas, além da construção de novos parques, equipamentos urbanos e complexos esportivos de grande porte.

Essas mudanças urbanas refletiram um esforço não apenas para atender às demandas do evento, mas também para reposicionar a cidade dentro da hierarquia urbana global. A transformação de Pequim foi acompanhada por políticas públicas voltadas à “ocidentalização” de determinados padrões urbanos e comportamentais. O programa *Beijing Speaks Foreign Languages Program* — em tradução livre, “Pequim Fala Línguas Estrangeiras” — é um exemplo dessa estratégia, tendo como meta capacitar cerca de 5 milhões de cidadãos em línguas estrangeiras, especialmente

inglês, com o objetivo de facilitar a interação com visitantes internacionais e promover uma imagem de cidade cosmopolita (BSFLP, 2007).

A Olimpíada também foi utilizada como instrumento de política externa. Conforme Morena (2010), os Jogos ocorreram em um momento crucial da transição da ordem econômica mundial, em que a China buscava se afirmar como um ator global relevante. O evento foi projetado como uma operação diplomática altamente controlada, capaz de fortalecer laços comerciais e políticos com diversos países e projetar uma narrativa de protagonismo pacífico.

Internamente, os Jogos cumpriram papel importante na legitimação do regime e no fortalecimento do nacionalismo. A preparação e execução do evento mobilizaram um forte sentimento de orgulho coletivo, expresso tanto na adesão popular aos símbolos olímpicos quanto na exaltação da capacidade organizativa da nação. Como observa Borba (2013), o espetáculo olímpico serviu como ferramenta simbólica para reforçar a autoridade do Partido Comunista e promover o sentimento de pertencimento à ideia de uma *Nova China*.

Contudo, a magnitude do evento também gerou efeitos colaterais significativos. Embora não seja o foco deste tópico discutir o financiamento — que será abordado em seção específica —, é importante reconhecer que os investimentos em infraestrutura e reestruturação urbana tiveram custos sociais elevados. Segundo Uvinha (2009), cerca de 300 mil pessoas foram deslocadas de suas residências durante o processo de preparação para os Jogos Olímpicos de Pequim, muitas vezes sem acesso a alternativas habitacionais adequadas ou participação nos processos decisórios. Essas remoções, especialmente concentradas em áreas centrais com potencial de valorização imobiliária, ilustram uma dinâmica de produção do espaço urbano orientada por interesses estéticos e funcionais, com baixa preocupação com a inclusão social.

Estimativas mais amplas, como a de Broudehoux (2007), referindo-se ao período de preparação entre 2001 e 2007, indicam que esse número pode ter alcançado até 1,5 milhão de pessoas, considerando todas as intervenções urbanas associadas à reestruturação da cidade para o evento.

Mesmo diante dessas críticas, o evento cumpriu grande parte de seus objetivos estratégicos. A China demonstrou capacidade técnica, organizacional e simbólica para executar um dos maiores eventos esportivos da história moderna. Como aponta Butterworth (2010), as Olimpíadas deixaram claro que, no século XXI, os Jogos não

são apenas competições atléticas, mas também arenas de afirmação de poder, soberania e prestígio nacional.

Assim, os Jogos de Pequim 2008 foram mais do que um espetáculo esportivo: constituíram uma ferramenta de engenharia política e social a serviço da inserção global chinesa. Ao projetar uma imagem de modernidade e eficiência, o país buscou consolidar sua posição na nova ordem mundial — mesmo que, para isso, tenha recorrido a práticas urbanas e sociais que nem sempre dialogam com os princípios democráticos predominantes no Ocidente. A experiência chinesa reforça que os megaeventos podem, de fato, servir como estratégias de desenvolvimento e projeção internacional, mas também evidencia os riscos associados a processos de transformação urbana marcados pela centralização política e pela desigualdade no acesso aos benefícios gerados.

### **2.2.1. Financiamento e Receita**

A realização dos Jogos Olímpicos de Pequim, em 2008, exemplifica um modelo de financiamento fortemente centralizado, característico da economia política chinesa, na qual o Estado desempenha papel dominante na formulação, execução e custeio de projetos estratégicos de grande porte. A condução orçamentária dos Jogos reflete não apenas a capacidade organizacional do país, mas também sua intenção explícita de utilizar o evento como instrumento para fortalecer sua imagem internacional e consolidar seu projeto de desenvolvimento nacional.

Conforme apresentado por Aguiar (2012), os valores oficiais de investimento divulgados pelo BOCOG apontam para um custo total de aproximadamente US\$ 15,88 bilhões. No entanto, diversas fontes independentes estimam que os custos reais tenham ultrapassado US\$ 36 bilhões, evidenciando a dificuldade de acesso a informações públicas confiáveis em regimes marcados por forte controle governamental (Aguiar, 2012). Essa diferença também pode ser explicada pelo fato de que algumas estimativas incluem gastos com infraestrutura urbana que não foram contabilizados oficialmente pelo comitê.

O modelo de financiamento adotado baseou-se predominantemente em recursos públicos. De acordo com Aguiar (2012), 85% do montante total investido nos Jogos foi proveniente de fontes estatais, enquanto o setor privado contribuiu com apenas 15%. Tal configuração está em sintonia com a estrutura institucional da China,

que prioriza o investimento público em empreendimentos considerados estratégicos, mesmo que eles não apresentem retorno financeiro imediato.

Esse aporte de recursos públicos foi operacionalizado por meio do chamado Plano de Ação para as Olimpíadas de Pequim, elaborado em conjunto pelo governo central, pela prefeitura de Pequim e pelo próprio BOCOG. O plano abrangeu investimentos em áreas diversas, incluindo transporte, tecnologia, meio ambiente e infraestrutura administrativa. Uvinha (2009) destaca que esse plano não apenas atendeu às exigências do COI, mas também incorporou objetivos internos do governo chinês, com foco na modernização e integração de sistemas logísticos e tecnológicos.

Um exemplo desse direcionamento foi a destinação de US\$ 3,6 bilhões para infraestrutura tecnológica, com foco na implementação de sistemas inteligentes de controle urbano, segurança, comunicação e informação em tempo real (Aguiar, 2012). Essa dimensão tecnológica não se restringiu ao funcionamento dos Jogos, mas foi planejada como parte da modernização administrativa do Estado, utilizando o evento como catalisador para investimentos de longo prazo em inovação.

Com relação às instalações esportivas, Uvinha (2009) aponta que apenas 13,1% do total investido foi direcionado à construção e adaptação de arenas e estádios. Essa baixa proporção é coerente com a estratégia adotada pelo governo chinês de utilizar o megaevento como justificativa para mobilizar recursos em setores estruturantes, como transporte e tecnologia.

No campo das receitas, os dados disponíveis indicam que a arrecadação foi significativa, mas insuficiente para compensar os elevados custos da realização do evento. De acordo com Proni, Araújo e Amorim (2008), os direitos de transmissão televisiva renderam US\$ 1,73 bilhão, sendo esse o maior valor obtido até então por uma edição dos Jogos Olímpicos. Complementarmente, o programa TOP, coordenado pelo COI e voltado à captação de patrocínios globais, arrecadou cerca de US\$ 866 milhões entre 2005 e 2008, valor este dividido entre o COI, os comitês nacionais e o comitê organizador local (Proni; Araújo; Amorim, 2008).

Esses números demonstram que, embora expressivos, os retornos diretos não foram o foco do modelo chinês de financiamento. A estratégia adotada priorizou os ganhos simbólicos e estruturais — como a projeção internacional do país e a modernização estatal — em detrimento da lucratividade financeira imediata. Uvinha (2009) observa que o retorno esperado pelo governo não era mensurável apenas por

indicadores contábeis, mas principalmente pela consolidação de uma imagem de poder, competência e progresso tecnológico.

A análise crítica desse modelo indica que, em economias centralizadas como a da China, megaeventos não são tratados como empreendimentos com exigência de equilíbrio orçamentário, mas como investimentos políticos e institucionais. A predominância do capital público, o controle sobre dados financeiros e o foco em objetivos estratégicos de longo prazo tornam o caso de Pequim substancialmente diferente de experiências anteriores, como Barcelona 1992, em que houve uma busca clara pelo equilíbrio financeiro por meio da articulação público-privada.

Por fim, o modelo de financiamento adotado para os Jogos Olímpicos de Pequim apresenta importantes lições para o campo da economia do setor público. Ele demonstra como Estados com alta capacidade de mobilização institucional podem utilizar megaeventos como aceleradores de agendas internas, mesmo com retorno financeiro limitado. No entanto, também revela os riscos envolvidos em estruturas altamente centralizadas e com baixa transparência fiscal, especialmente no que diz respeito à mensuração de impactos reais e à responsabilização sobre os custos públicos de grandes empreendimentos.

### **2.2.2. Turismo**

A realização dos Jogos Olímpicos de 2008 em Pequim representou uma oportunidade estratégica para a China inserir sua capital nos circuitos internacionais de turismo, consumo e imagem urbana. Embora o turismo não tenha figurado como eixo central do projeto olímpico chinês, os efeitos do megaevento sobre esse setor foram amplos, tanto do ponto de vista econômico quanto simbólico. O evento foi instrumentalizado como uma vitrine global, promovendo Pequim como uma metrópole moderna, eficiente e capaz de acolher fluxos internacionais de visitantes e capitais (Aguiar, 2012).

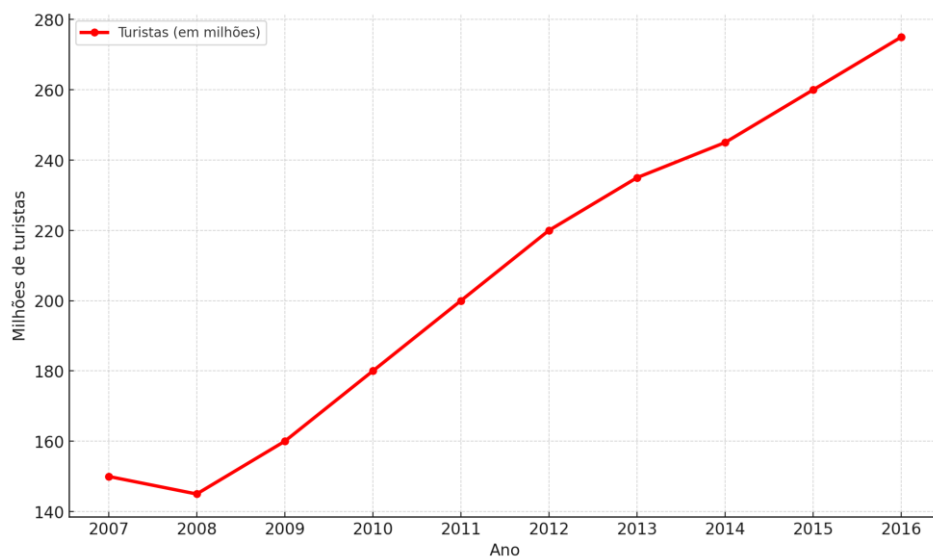
Segundo Aguiar (2012), os Jogos atraíram aproximadamente 600 mil turistas estrangeiros e 2,5 milhões de turistas domésticos, gerando cerca de US\$ 5 bilhões em receitas diretas. Embora esses dados apontem impactos de curto prazo, seu valor estratégico reside no fortalecimento da imagem internacional da cidade e na construção de uma base econômica turística mais robusta nos anos seguintes. Essa projeção positiva também se ancorou na remodelação da estrutura urbana e turística da capital chinesa. Como destaca Uvinha (2009), o processo envolveu tanto a

construção de novos equipamentos urbanos quanto a requalificação de áreas degradadas, integrando-as ao circuito turístico, com destaque para marcos como o Estádio Nacional *Ninho do Pássaro* e o *Cubo d'Água*.

Do ponto de vista econômico, os efeitos dos Jogos tornaram-se mais evidentes nos anos subsequentes. De acordo com dados da *Beijing Tourism Commission* (2017), o número total de turistas — domésticos e internacionais — alcançou cerca de 150 milhões em 2007, mantendo-se estável em 2008 devido à crise financeira global e às restrições logísticas associadas ao evento. Entretanto, entre 2009 e 2012, observou-se uma tendência de crescimento consistente, atingindo 220 milhões de visitantes em 2012.

O Gráfico 2 a seguir apresenta essa evolução nas chegadas turísticas totais em Pequim, destacando a recuperação e a aceleração do crescimento logo após 2008, confirmando os efeitos estruturais e promocionais gerados pelo megaevento.

Gráfico 2. Total de chegadas de turistas em Pequim (2007-2016)

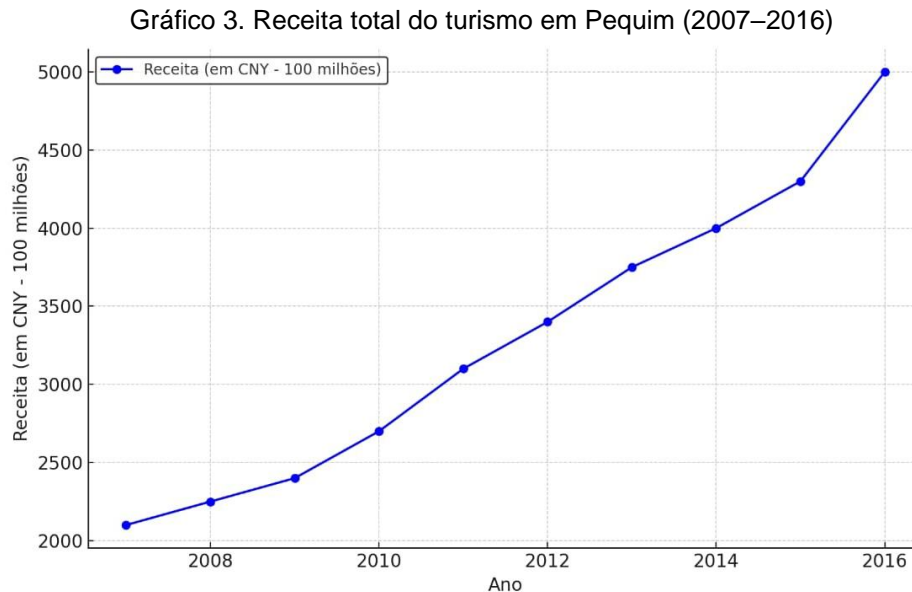


Fonte: Elaboração própria, a partir de *Beijing Tourism Commission* (2017)

A intensificação da demanda turística foi acompanhada por uma expressiva elevação da receita total do setor. Em 2007, Pequim gerou aproximadamente CNY 210 bilhões em receitas turísticas. (CNY, também chamado de RMB – *Renminbi* – é a moeda oficial da China; o símbolo internacional “¥” refere-se ao *yuan*, sua unidade básica). Esse valor subiu para CNY 276 bilhões em 2010, ultrapassou CNY 460 bilhões em 2015 e atingiu CNY 502,1 bilhões em 2016, o equivalente a cerca de US\$

75,5 bilhões, com base na taxa de câmbio de 2015 (*Beijing Tourism Commission, 2017*).

O Gráfico 3 apresenta o crescimento contínuo da receita turística, confirmando que os efeitos dos Jogos Olímpicos transcenderam o evento em si e consolidaram o turismo como um dos pilares da economia urbana.



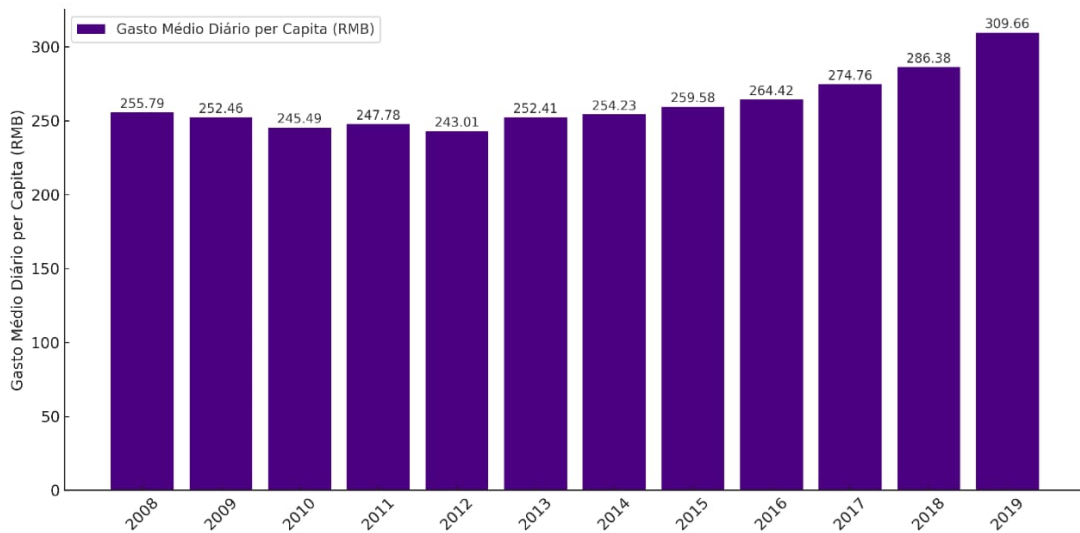
Fonte: *Elaboração própria, a partir de Beijing Tourism Commission (2017)*

Essa expansão revela a importância estratégica do turismo na composição do PIB da cidade, que passou a representar 7,5% do PIB de Pequim em 2015, segundo relatório da Organização Mundial do Turismo das Nações Unidas (UNWTO) e da Federação das Cidades do Turismo Mundial (WTCF) (2017). Do ponto de vista econômico, observa-se que os Jogos Olímpicos catalisaram investimentos públicos e privados, impulsionando não apenas o crescimento de curto prazo, mas a estruturação de uma economia urbana voltada ao setor de serviços e ao consumo internacional.

Complementando a análise de impacto econômico, é relevante observar o comportamento do gasto médio diário por visitante. Segundo dados da CEIC *Data Company* (CEICData) (2020) — plataforma global de dados econômicos —, esse valor era de RMB 255,70 em 2008, sofreu uma queda para RMB 243,01 em 2012, e voltou a crescer nos anos seguintes. A oscilação inicial pode refletir tanto o impacto da crise internacional quanto a entrada de novos perfis de turistas, com menor poder de

consumo, atraídos pela visibilidade global da cidade. O Gráfico 4 ilustra essa evolução do gasto per capita, indicador essencial para avaliar o potencial de geração de renda do setor turístico.

Gráfico 4. Gasto diário médio por visitante em Pequim (2008–2019)



Fonte: *Elaboração própria, a partir de CEICData (2020)*

Além das transformações econômicas diretas, os Jogos Olímpicos impulsionaram reformas institucionais e urbanas. Proni, Araújo e Amorim (2008) destacam que uma das estratégias adotadas para fomentar o setor foi a alteração da legislação que regulava o investimento estrangeiro no setor hoteleiro. A partir da entrada da China na Organização Mundial do Comércio (OMC) em 2001 e da confirmação de Pequim como sede olímpica, passou a ser permitida a participação integral de capital externo em novos empreendimentos, o que resultou na modernização da rede hoteleira e no aumento da capacidade de hospedagem. Essa ampliação da base estrutural foi fundamental para atender à crescente demanda turística nos anos seguintes.

Entretanto, as transformações econômicas e urbanas também geraram efeitos colaterais. Conforme Broudehox (2007), a cidade passou por um “embelezamento seletivo”, com remoções de comunidades inteiras e remodelações que priorizavam a estética internacional em detrimento da diversidade social local. Como observa Mascarenhas (2014), esse processo resultou na construção de uma *cidade-vitrine*: funcional para o visitante global, mas excludente para parte da população residente. Essa lógica de organização do espaço, voltada ao consumo simbólico e à competição

entre cidades globais, frequentemente desconsidera as dinâmicas locais, promovendo homogeneização espacial e reforçando desigualdades pré-existentes.

A análise dos impactos econômicos dos Jogos Olímpicos de 2008 sobre o turismo em Pequim revela que o evento serviu como catalisador de crescimento sustentável no setor. Os dados demonstram aumentos expressivos tanto no número de turistas quanto nas receitas geradas, reforçando o papel estratégico do turismo na reestruturação econômica da cidade. O fortalecimento da imagem internacional, os investimentos em infraestrutura e a abertura ao capital estrangeiro contribuíram para consolidar Pequim como destino turístico global.

Contudo, os efeitos positivos não devem obscurecer as contradições do modelo adotado. O legado urbano, embora economicamente eficaz, promoveu exclusões e reforçou desigualdades, conforme apontado por diversos autores. Assim, o caso chinês ilustra de forma emblemática como o turismo associado a megaeventos pode ser uma ferramenta potente de projeção econômica e simbólica, mas que, sem mecanismos redistributivos e inclusivos, tende a reproduzir assimetrias e favorecer a *cidade-espetáculo* em detrimento da cidade para todos.

### **2.2.3. Impactos Estruturais e Institucionais**

A realização dos Jogos Olímpicos de 2008 em Pequim foi planejada não apenas como um evento esportivo de grande porte, mas como parte de uma estratégia estatal mais ampla de reestruturação urbana, administrativa e simbólica. A Olimpíada foi utilizada como mecanismo para impulsionar reformas que, em condições normais, enfrentariam maior resistência institucional e social. Nesse contexto, os principais impactos não se limitaram ao curto prazo, mas dizem respeito às mudanças na forma como o Estado chinês passou a organizar seu território e sua gestão urbana.

Diferentemente de outras cidades-sede, onde a execução dos Jogos envolveu articulações entre diferentes níveis de governo e setores da sociedade civil, em Pequim o processo foi conduzido sob liderança direta do Partido Comunista Chinês. Segundo Aguiar (2012), o BOCOG operou de forma subordinada às diretrizes do governo central, o que permitiu eliminar obstáculos burocráticos e acelerar decisões estratégicas. Essa estrutura centralizada foi essencial para viabilizar intervenções urbanas em larga escala com rapidez e coordenação.

Esse modelo fortaleceu o que pode ser definido como um urbanismo tecnocrático e autoritário. De acordo com Broudehoux (2007), os Jogos foram

utilizados para transformar a cidade não apenas fisicamente, com novas vias e edificações, mas também como ferramenta de controle social e espacial. Áreas inteiras foram demolidas, comunidades removidas e o ambiente urbano reorganizado com base em critérios estéticos e funcionais definidos pelo Estado. O projeto buscava adequar a cidade a uma imagem moderna e internacionalmente aceitável.

Um exemplo claro dessa tentativa de alinhar comportamento e espaço urbano aos padrões globais foi a chamada “campanha civilizatória”, mencionada por Uvinha (2009). Entre as medidas adotadas estavam a proibição de atitudes como cuspir em público, fumar em locais abertos ou falar alto. Essas ações, promovidas como parte do processo de “educação olímpica”, refletem a intenção de projetar uma imagem de civilidade e ordem para o público internacional, utilizando o evento como vitrine do avanço social e institucional do país.

Ao mesmo tempo, essa padronização da cidade e do comportamento urbano levantou críticas quanto à exclusão de práticas e formas de vida tradicionais. Como explica Mascarenhas (2014), os megaeventos costumam promover um tipo de modernização excludente, em que a eficiência e a estética se sobrepõem à diversidade social e ao direito à cidade.

Além da dimensão urbana, os Jogos também geraram mudanças institucionais. Segundo Aguiar (2012), estruturas administrativas criadas especialmente para a organização do evento foram mantidas no pós-Jogos e reaproveitadas em novos projetos de grande porte, como zonas econômicas especiais e centros de inovação. Isso demonstra que o evento também serviu como laboratório para novas formas de governança e execução de políticas públicas em nível municipal e nacional.

Outro aspecto relevante foi o uso intensivo de tecnologia na gestão da cidade. De acordo com Proni, Araújo e Amorim (2008), Pequim adotou sistemas integrados de monitoramento urbano, controle digital de trânsito e comunicação em tempo real. Esses investimentos, embora justificados inicialmente pela necessidade de organização do evento, passaram a compor a infraestrutura permanente da cidade, sinalizando uma transição para o modelo de *cidade inteligente* — mas com forte ênfase em vigilância e controle.

Do ponto de vista jurídico e normativo, o período olímpico também foi marcado pela flexibilização de normas relacionadas ao uso e à propriedade do solo urbano. Como argumenta Broudehous (2007), o evento criou um ambiente de exceção regulatória, no qual decisões sobre remoções e reestruturações fundiárias foram

tomadas com base em decretos emergenciais e com pouca ou nenhuma possibilidade de contestação por parte da população afetada.

Em termos econômicos, os efeitos também foram expressivos. Segundo dados do *National Bureau of Statistics of China*, citados por Aguiar (2012), os Jogos Olímpicos contribuíram para um acréscimo acumulado de 2,5% no Produto Interno Bruto (PIB) da cidade de Pequim entre 2001 e 2009, o que corresponde a aproximadamente US\$ 39 bilhões. Além disso, foram criados cerca de 2,788 milhões de empregos, houve um crescimento de 20% no setor esportivo nacional e uma valorização de 35% no mercado imobiliário local, demonstrando impactos positivos de médio prazo na economia urbana.

Apesar desses resultados, é importante ressaltar que a utilização de megaeventos como instrumentos de política pública carrega contradições. O caso de Pequim mostra que ganhos em termos de infraestrutura, crescimento econômico e eficiência administrativa muitas vezes vêm acompanhados de custos sociais elevados, como deslocamentos forçados, perda de diversidade urbana e concentração de decisões em esferas pouco transparentes.

Portanto, os impactos estruturais e institucionais dos Jogos Olímpicos de Pequim evidenciam um modelo de planejamento estatal voltado à modernização rápida e ao fortalecimento da imagem nacional, mas que levanta questões importantes sobre o equilíbrio entre eficiência, controle e inclusão. Do ponto de vista econômico, o evento teve efeitos positivos relevantes, mas estes só podem ser compreendidos adequadamente quando analisados em conjunto com os efeitos sociais e institucionais que o acompanharam.

### **3. OS JOGOS OLÍMPICOS DO RIO DE JANEIRO**

O presente capítulo analisa o Rio de Janeiro como cidade-sede dos Jogos Olímpicos de 2016, com o objetivo de avaliar os impactos econômicos, estruturais, institucionais e ambientais decorrentes da realização do evento. A escolha do Rio se justifica por sua relevância no contexto latino-americano e por refletir as dinâmicas típicas das economias emergentes: elevado potencial de atração de investimentos, mas dificuldades em transformar ganhos conjunturais em legados duradouros. O estudo busca compreender de que forma o megaevento influenciou a configuração urbana, a atividade produtiva e o turismo local, destacando as interações entre políticas públicas e planejamento econômico.

A estrutura do capítulo está organizada de forma a aprofundar progressivamente essa análise. O tópico 3.1 aborda as transformações urbanas e as implicações sociais do processo de preparação para os Jogos. O tópico 3.2 analisa o financiamento e a receita do evento, evidenciando o papel das parcerias público-privadas e os efeitos fiscais sobre a economia local. Em seguida, o tópico 3.3 discute o turismo como vetor de desenvolvimento, avaliando a evolução do número e do perfil dos visitantes estrangeiros. Os tópicos 3.4 e 3.5 tratam, respectivamente, dos impactos estruturais e institucionais e da dimensão ambiental do legado olímpico. Por fim, o tópico 3.6 apresenta as considerações finais, nas quais são sintetizados os principais resultados e reflexões sobre o potencial e as limitações dos megaeventos esportivos como instrumentos de crescimento econômico e reconfiguração territorial em economias emergentes.

#### **3.1. Rio de Janeiro: Olimpíadas como Motor Transformações Urbanas e Disputas Sociais**

A seleção do Rio de Janeiro como sede dos Jogos Olímpicos de 2016 foi apresentada à opinião pública como uma conquista nacional e um marco histórico, por se tratar da primeira cidade sul-americana a sediar o evento. Essa escolha, no entanto, extrapolou o campo esportivo: refletiu intenções políticas e econômicas voltadas ao reposicionamento do Brasil e da cidade no cenário internacional. Como destacam Proni, Faustino e Silva (2014), os megaeventos esportivos não se limitam a celebrações atléticas, mas funcionam como instrumentos de promoção política, econômica e simbólica, frequentemente utilizados por países emergentes para demonstrar sua capacidade de inserção global. No caso brasileiro, o ciclo de

crescimento econômico da década de 2000, aliado à ascensão no grupo dos BRICS, reforçou a ideia de que o país estava pronto para organizar eventos de magnitude mundial, tendo já sediado a Copa do Mundo de 2014.

Essa tríplice articulação — município, estado e União — é fundamental para compreender as motivações políticas que sustentaram a escolha do Rio. O discurso oficial apresentava os Jogos como oportunidade de modernização, mas, como observa Vainer (2011), a candidatura expressava a lógica da *cidade-empresa*, em que o espaço urbano é administrado como mercadoria global. A prefeitura assumiu o papel de promotora e articuladora técnica do projeto; o governo estadual buscou legitimar os investimentos em segurança e infraestrutura; e o governo federal forneceu o respaldo político internacional necessário para convencer COI.

A candidatura também foi marcada pela promessa de que os Jogos funcionariam como catalisador de investimentos em transporte, habitação e revitalização urbana. Essa estratégia ecoava experiências anteriores, como Barcelona (1992), em que o evento foi utilizado como instrumento de *rebranding* urbano (Sánchez, 2010). No caso carioca, a proposta apresentada ao COI enfatizou que o Brasil, como potência emergente, estaria preparado para entregar uma edição inovadora, socialmente inclusiva e economicamente viável (Arantes, 2011). O argumento de que seria a primeira Olimpíada da América do Sul teve peso decisivo na construção dessa narrativa e no convencimento final dos membros do comitê.

No plano local, a prefeitura do Rio, sob a liderança de Eduardo Paes (2009–2016), assumiu protagonismo. Paes tornou-se o rosto da campanha junto ao COI, apresentando a cidade como símbolo de diversidade cultural, modernização urbana e capacidade de transformação. De acordo com Colantuono e Campos (2018), o então prefeito construiu a narrativa do “legado olímpico” como instrumento de legitimação das transformações urbanas e conduziu negociações diretas com investidores e organismos internacionais.

No nível estadual, a candidatura contou com o apoio de Sérgio Cabral (2007–2014), que defendeu os Jogos como parte de uma estratégia de reposicionamento econômico e político do estado. Tafakgi (2014) observa que Cabral utilizou a perspectiva do evento para justificar vultosos investimentos em segurança e infraestrutura, reforçando o papel do Rio como vitrine nacional. Após sua renúncia em 2014, o projeto foi herdado por Luiz Fernando Pezão (2014–2018), que manteve a estrutura de apoio e assegurou a continuidade das obras já contratadas.

No âmbito federal, os Jogos foram respaldados pelos governos Lula (2003–2010) e Dilma Rousseff (2011–2016). Lula teve papel decisivo no convencimento do COI, especialmente durante a reta final da campanha de candidatura, quando discursou em Copenhague, em 2009, apresentando o Brasil como potência emergente e sublinhando o caráter histórico de levar as Olimpíadas pela primeira vez à América do Sul. Como destacam Proni, Faustino e Silva (2014), esse discurso reforçou a ideia de que o país havia alcançado um novo patamar de projeção internacional. Dilma Rousseff, por sua vez, assegurou a continuidade dos financiamentos e a execução das obras, garantindo o respaldo da União ao projeto (Colantuono; Campos, 2018).

Essa convergência entre os três níveis de governo foi fundamental para consolidar a candidatura, mas também cristalizou um modelo de governança urbana centrado na negociação direta com interesses corporativos, em detrimento da participação popular (Colantuono; Campos, 2018). Nesse contexto, os Jogos Olímpicos foram apropriados como ferramenta política e urbana para viabilizar intervenções de grande escala, justificadas pelo discurso do “legado olímpico”. O objetivo formal era promover melhorias em infraestrutura, mobilidade e urbanização. Na prática, porém, como aponta Tafakgi (2014), os projetos olímpicos serviram como pretexto para reestruturações urbanas seletivas que beneficiaram o mercado imobiliário, notadamente na Barra da Tijuca, onde foi construído o Parque Olímpico.

As consequências sociais dessas escolhas foram significativas. Estima-se que mais de 20 mil pessoas tenham sido removidas entre 2009 e 2016, muitas vezes de forma arbitrária e com indenizações insuficientes (Tafakgi, 2014). O caso da Vila Autódromo tornou-se emblemático: ainda que existissem alternativas de urbanização com custos menores e participação popular — como o Plano Popular elaborado pelos moradores —, prevaleceu a lógica da remoção. Colantuono e Campos (2018) destacam que a decisão de eliminar a comunidade atendeu prioritariamente às expectativas do mercado imobiliário, e não às necessidades sociais da população.

Diversas políticas anunciadas como parte do legado olímpico também não se concretizaram. O programa *Morar Carioca*, que previa a urbanização de favelas com ampla participação social, foi descontinuado. Tafakgi (2014) evidencia que, em vez de inclusão, houve políticas de “higienização social”, com deslocamento de famílias para áreas periféricas, distantes de centros de emprego e serviços públicos.

Do ponto de vista institucional, a realização dos Jogos foi marcada pelo predomínio de Parcerias Público-Privadas (PPPs). Embora apresentadas como mecanismos de eficiência, essas parcerias implicaram concentração de poder em grupos empresariais, com baixa transparência e limitada participação cidadã. Como destaca Rolnik (2015), esse processo expressa a lógica da financeirização do espaço urbano, em que o valor de troca se sobrepõe ao valor de uso, subordinando o direito à cidade às exigências do capital financeiro. Nesse sentido, a prefeitura de Eduardo Paes atuou como mediadora dos interesses corporativos, transferindo ao setor público grande parte dos custos e riscos das obras (Colantuono; Campos, 2018).

Assim, embora os Jogos de 2016 tenham sido apresentados como oportunidade de modernização, serviram em grande medida para aprofundar desigualdades sociais e consolidar um modelo excludente de urbanização. Vainer (2011) sintetiza essa lógica ao afirmar que a cidade contemporânea, ao ser gerida como corporação, abandona sua função social e passa a operar segundo os imperativos do lucro e da imagem. No caso do Rio, os Jogos funcionaram simultaneamente como estratégia de inserção internacional e como instrumento de reconfiguração interna, privilegiando ganhos financeiros e simbólicos de poucos em detrimento dos direitos sociais de muitos.

### **3.2. Financiamento e Receita**

A realização dos Jogos Olímpicos de 2016 no Rio de Janeiro representou não apenas um marco esportivo, mas sobretudo um fenômeno econômico, político e social de grandes proporções. Ao sediar o maior evento esportivo do mundo, a cidade se inseriu em um seleto grupo de metrópoles globais, mas a um custo que ultrapassou R\$ 40 bilhões, revelando uma engenharia financeira complexa, apoiada em múltiplas fontes de financiamento e com fortes repercussões para a dinâmica fiscal local e nacional (Rocha; Araújo; Codes, 2018). Assim, o tema do financiamento e da receita desses Jogos se insere como eixo fundamental para compreender a real dimensão dos impactos econômicos do megaevento, sobretudo em um país que atravessava uma das maiores crises de sua história contemporânea.

O modelo de financiamento dos Jogos foi desenhado para equilibrar, ao menos no discurso, a participação pública e privada. Três instrumentos centrais serviram como base da governança financeira: a Matriz de Responsabilidades, o Plano de Políticas Públicas – Legado e o Orçamento do Comitê Organizador Rio 2016.

A Matriz contemplou 47 projetos vinculados diretamente à realização das competições, totalizando cerca de R\$ 7 bilhões, com 60% financiados pela iniciativa privada. Já o Plano de Legado incorporou 27 projetos de mobilidade e urbanização — como a construção do VLT, da Linha 4 do Metrô e dos corredores de BRT —, alcançando R\$ 24,6 bilhões, dos quais 43% provenientes de recursos privados. O Comitê Organizador, por sua vez, arcou com os custos operacionais e logísticos, no valor de R\$ 7,4 bilhões, financiados integralmente por patrocínios, bilheteria e direitos de transmissão (IPEA, 2018).

Esse arranjo institucional refletiu, em grande medida, a experiência internacional, na qual cidades-sedes buscam reduzir a exposição direta do Estado aos custos do evento, transferindo parte significativa ao setor privado. Contudo, como apontam Rocha, Araújo e Codes (2018), a participação privada frequentemente esteve condicionada a contrapartidas estatais, como garantias de crédito, renúncias fiscais e concessões urbanísticas — o que relativiza o discurso de “equilíbrio” financeiro. De fato, grandes obras de infraestrutura, como a Linha 4 do Metrô, dependeram majoritariamente de recursos públicos, pressionando ainda mais um orçamento já debilitado pela queda na arrecadação e pela recessão nacional.

Do ponto de vista da receita, os Jogos apresentaram números expressivos. Segundo levantamento da Fundação Getúlio Vargas (FGV, 2018), o impacto econômico total no município do Rio foi de R\$ 99 bilhões em valor bruto da produção, com acréscimo de R\$ 51 bilhões ao PIB, R\$ 5,3 bilhões em arrecadação tributária e a geração de aproximadamente 465 mil empregos.

No âmbito estadual, os números foram ainda maiores: R\$ 134 bilhões em produção bruta, R\$ 69 bilhões de impacto no PIB, R\$ 7,2 bilhões em arrecadação de impostos e 633 mil postos de trabalho. Esses valores são consistentes com as estimativas oficiais do IPEA (2018) e da FGV Projetos (2018). A Tabela 3 a seguir sintetiza os principais resultados desses impactos econômicos.

Tabela 3. Impactos Econômicos dos Jogos Rio 2016 no Rio de Janeiro

<b>Indicador</b>	<b>Município do Rio</b>	<b>Estado do Rio</b>
Valor Bruto da Produção	R\$ 99 bilhões	R\$ 134 bilhões
Impacto no PIB	R\$ 51 bilhões	R\$ 69 bilhões
Arrecadação tributária	R\$ 5,3 bilhões	R\$ 7,2 bilhões
Empregos gerados	465 mil	633 mil

Fonte: FGV Projetos (2018); IPEA (2018).

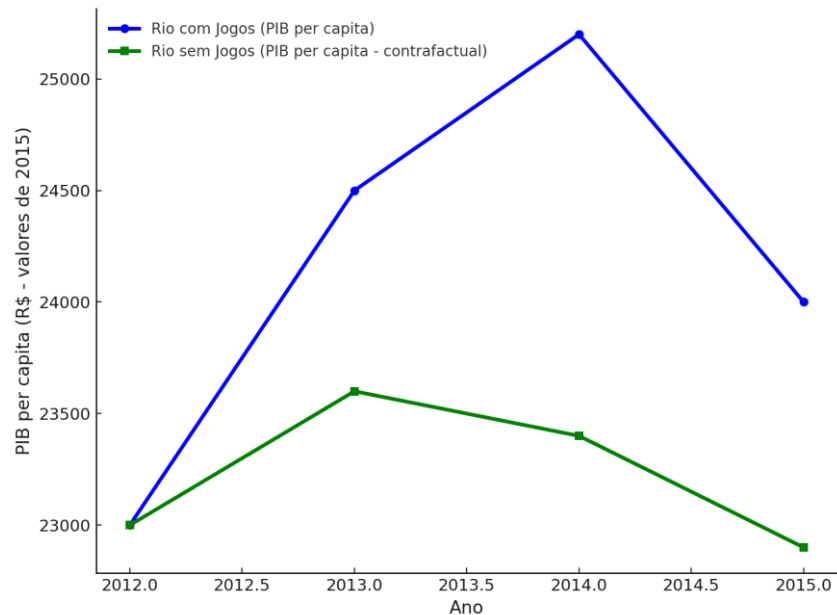
Esses dados mostram que os Jogos funcionaram como um choque de demanda positiva, estimulando diversos setores da economia local, especialmente turismo, serviços e construção civil. Todavia, é importante destacar que boa parte desses empregos foi temporária e que a arrecadação adicional não foi suficiente para reverter o quadro de crise fiscal enfrentado pelo estado e pelo município à época (Mendonça; Oliveira, 2019).

Outra dimensão relevante da análise é o desempenho do PIB per capita durante o ciclo olímpico. Cabe ressaltar que os principais impactos econômicos dos Jogos não se concentraram apenas em 2016, ano de sua realização, mas sobretudo no período de preparação, quando ocorreram os maiores investimentos em obras de infraestrutura e mobilidade urbana.

Por isso, estudos do IPEA (2018) utilizaram o intervalo de 2012 a 2015 para avaliar os efeitos do evento, aplicando o método de controle sintético, que compara o desempenho do Rio de Janeiro com um cenário contrafactual — isto é, como teria sido a evolução do PIB sem os Jogos. Os resultados indicam que, nesse período, o PIB per capita do município foi, em média, 7,5% superior ao que teria ocorrido na ausência do megaevento, o que correspondeu a um ganho aproximado de R\$ 3.694,76 por habitante ao ano (Rocha, Araújo e Codes, 2018).

A seguir, o Gráfico 5 apresenta a evolução do PIB per capita do município do Rio de Janeiro entre 2012 e 2015, destacando a diferença positiva entre o cenário real e o cenário estimado sem a realização dos Jogos Olímpicos.

Gráfico 5. Evolução do PIB per capita do Rio de Janeiro (2012–2015)

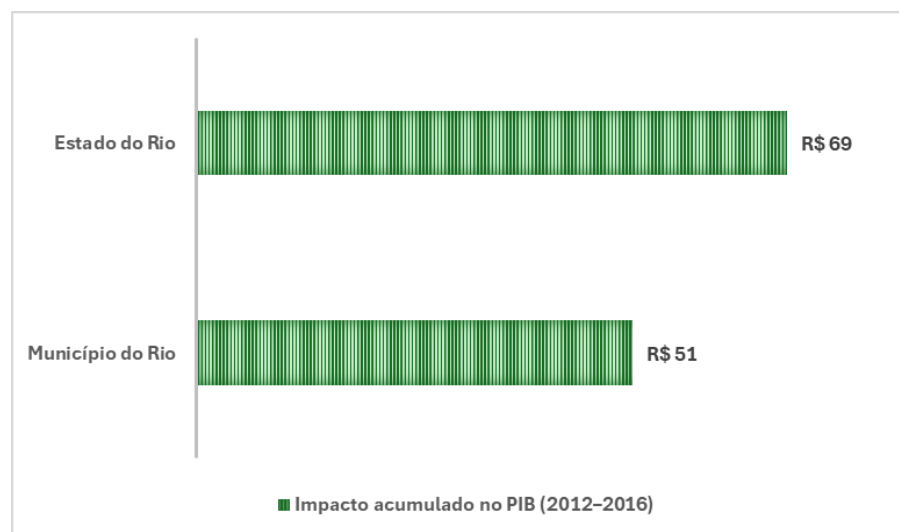


Fonte: Elaboração própria, a partir de IPEA (2018).

Observa-se que, mesmo diante da recessão nacional, os Jogos atuaram como um amortecedor econômico, atenuando a queda da atividade local. Ainda assim, trata-se de um efeito conjuntural, vinculado principalmente ao ciclo de investimentos que antecedeu o evento, sem garantias de manutenção a longo prazo.

Os impactos no PIB agregado também evidenciam o peso do megaevento. A seguir, o Gráfico 6 compara os efeitos no município e no estado, destacando a maior amplitude dos impactos no território estadual.

Gráfico 6. Impacto dos Jogos Rio 2016 no PIB (em bilhões de R\$)

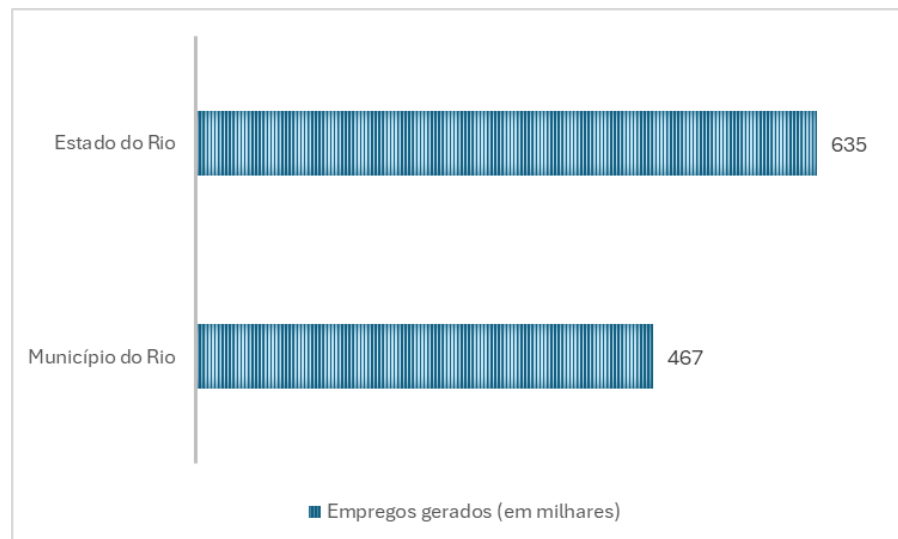


Fonte: Elaboração própria, a partir de FGV Projetos (2018).

Esse resultado reforça o argumento de que os efeitos econômicos extrapolaram os limites municipais, alcançando cadeias produtivas de toda a região metropolitana. No entanto, a análise crítica sugere que tais efeitos foram heterogêneos e concentrados em setores de alta rotatividade, sem promover transformações estruturais duradouras.

Outro aspecto central refere-se à geração de empregos. A seguir, o Gráfico 7 apresenta o saldo de postos de trabalho criados no ciclo olímpico, tanto no município quanto no estado do Rio de Janeiro, com destaque para o caráter temporário da maioria dessas vagas.

Gráfico 7. Impacto dos Jogos Rio 2016 na geração de empregos (2012-2016)



Fonte: *Elaboração própria, a partir de FGV (2018).*

Grande parte dessas ocupações concentrou-se nos setores de construção e serviços, ambos fortemente dependentes do ciclo do evento. Após 2016, muitos desses postos foram extintos, revelando a fragilidade do legado trabalhista do megaevento. Essa dinâmica confirma a crítica de que os Jogos geram ondas de crescimento efêmero, mas dificilmente consolidam efeitos permanentes no mercado de trabalho (Preuss, 2019).

No contexto histórico de 2016, essa discussão se torna ainda mais relevante. O Brasil vivia uma profunda crise política e econômica, marcada pela recessão, pelo impeachment da presidente Dilma Rousseff e pela deterioração das finanças públicas. O estado do Rio, em especial, enfrentava grave crise fiscal, decorrente da queda na arrecadação de royalties do petróleo e do endividamento crescente.

Assim, embora os Jogos tenham proporcionado ganhos econômicos de curto prazo, deixaram como herança uma pesada conta de manutenção de infraestrutura e dívidas públicas, evidenciando a contradição entre espetáculo global e crise local (Mendonça e Oliveira, 2019).

Em síntese, o financiamento e a receita dos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro em 2016 revelam a ambivalência dos megaeventos esportivos. De um lado, geraram ganhos expressivos de PIB, arrecadação e empregos, atenuando os efeitos da recessão. De outro, deixaram passivos fiscais e estruturais, com legados questionáveis e de difícil aproveitamento. O caso brasileiro se alinha ao padrão observado em outras sedes, como Pequim 2008, confirmando que, embora o impacto imediato seja positivo, a sustentabilidade de longo prazo permanece duvidosa (Preuss, 2019).

Portanto, mais do que vitrine internacional, os Jogos do Rio funcionaram como espelho das contradições da economia brasileira: entre a busca pela modernização e a persistência de desequilíbrios estruturais.

### **3.2.1. Custos Ocultos e Renúncias Fiscais**

Ao analisar o financiamento dos Jogos Olímpicos de 2016 no Rio de Janeiro, é necessário ir além dos números oficiais da Matriz de Responsabilidades ou do orçamento do Comitê Organizador Rio 2016. Diversos estudos apontam que, paralelamente às fontes de recursos declaradas, houve a presença de custos ocultos, como isenções tributárias, garantias de crédito e despesas adicionais não previstas, que exerceram impacto significativo sobre as finanças públicas (Rocha; Araújo; Codes, 2018).

Um dos principais elementos nesse sentido foi a política de renúncias fiscais. O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2018) estima que o governo federal tenha renunciado aproximadamente R\$ 3,8 bilhões em receitas tributárias, abrangendo impostos como IR, PIS/Cofins e IPI, a fim de atrair patrocinadores e empresas para o evento. Embora justificadas como incentivo à participação privada, essas medidas representaram perda de arrecadação em um contexto de forte recessão econômica, quando o PIB brasileiro registrou queda de 3,3% em 2016 (IBGE, 2017).

Esse cenário reforça o dilema do custo de oportunidade: ao optar por conceder benefícios fiscais ao megaevento, o Estado deixou de investir em áreas sociais

prioritárias, como saúde e educação — especialmente em um momento de grave crise fiscal no estado do Rio de Janeiro.

Outro mecanismo que caracterizou custos ocultos foram as garantias oferecidas pela União para a execução de grandes obras de infraestrutura, como a Linha 4 do Metrô e o VLT Carioca. Essas garantias reduziram os riscos para investidores e construtoras, mas implicaram a transferência da responsabilidade final ao poder público em caso de inadimplência. Como observam Mendonça e Oliveira (2019), esse arranjo evidencia que, embora a participação privada tenha sido numericamente expressiva, ela foi fortemente condicionada à intervenção estatal, o que relativiza a narrativa de equilíbrio entre os setores público e privado.

Além disso, os Jogos também geraram despesas adicionais não previstas inicialmente, sobretudo nas áreas de segurança, logística e manutenção de estruturas temporárias. Esses custos, ainda que necessários para assegurar a realização do evento, ficaram a cargo do poder público e não constavam na Matriz de Responsabilidades. Essa prática é recorrente em Olimpíadas e foi amplamente observada em outros casos, como Atenas 2004, quando a explosão de gastos extras contribuiu para agravar a crise fiscal grega nos anos seguintes (Preuss, 2019).

Do ponto de vista crítico, esses elementos demonstram que parte relevante dos custos do megaevento foi socializada, recaindo sobre a sociedade por meio de renúncias fiscais e compromissos financeiros assumidos pelo Estado. Em contrapartida, os ganhos imediatos concentraram-se em setores específicos — como construção civil, turismo e hotelaria —, que se beneficiaram da injeção de recursos no curto prazo.

Assim, a análise dos custos ocultos e das renúncias fiscais amplia a compreensão sobre o impacto financeiro dos Jogos, revelando que o ônus do evento ultrapassou o apresentado nos balanços oficiais, deixando um legado fiscal de difícil sustentação.

### **3.3. Turismo**

O turismo constitui uma das atividades mais dinâmicas da economia do Rio de Janeiro, articulando setores produtivos diversos e gerando efeitos multiplicadores expressivos sobre o comércio, os serviços e a arrecadação fiscal. Historicamente, a cidade consolidou-se como o principal destino turístico do Brasil, tanto pelo valor

simbólico de sua paisagem — reconhecida pela UNESCO como Patrimônio Mundial — quanto pela concentração de infraestrutura hoteleira e de serviços especializados.

De acordo com o Anuário do Turismo Carioca (Secretaria Municipal de Turismo, 2024), o setor responde por cerca de 8% do PIB municipal, reafirmando sua relevância estratégica na matriz econômica local. Essa participação decorre de uma estrutura de oferta que combina atrativos naturais e culturais de alto valor agregado com a presença de grandes eventos e investimentos públicos voltados à revitalização urbana.

A trajetória recente do turismo carioca, contudo, evidencia a coexistência de avanços e fragilidades. Segundo pesquisa conduzida pela ESPM (2016), durante a alta temporada dos Jogos Olímpicos, o Rio de Janeiro registrou níveis inéditos de ocupação hoteleira e aumento expressivo na presença de turistas estrangeiros. Entretanto, o estudo indicava que o perfil dos visitantes era majoritariamente concentrado em lazer e eventos, com tempo médio de permanência reduzido e gasto diário inferior ao de grandes capitais internacionais. Esses resultados apontam para uma estrutura de demanda dependente de estímulos conjunturais, como os megaeventos, sem a consolidação de um padrão autônomo de crescimento.

Dados mais recentes reforçam esse diagnóstico. O Anuário do Turismo Carioca (2024) mostra que, após um período de retração entre 2017 e 2021, o setor voltou a apresentar tendência de recuperação, impulsionado pela reabertura das fronteiras e pela retomada do turismo interno e internacional. Em 2023, o Rio de Janeiro recebeu 1,47 milhão de turistas estrangeiros, superando as projeções de anos anteriores, enquanto o número total de visitantes domésticos ultrapassou cinco milhões.

Esse desempenho, contudo, permanece fortemente concentrado em períodos sazonais — especialmente o verão e o carnaval — e em regiões turísticas tradicionais, como a Zona Sul e o Centro. Assim, embora os indicadores apontem retomada, ainda persiste uma concentração espacial e temporal da atividade turística, o que limita a difusão dos benefícios econômicos e a diversificação territorial do turismo na cidade.

Do ponto de vista econômico, o turismo no Rio de Janeiro apresenta características típicas de um setor com elasticidade-renda positiva, fortemente influenciado por expectativas, imagem e condições macroeconômicas. O Anuário do Turismo Carioca (2024) mostra ainda que o gasto médio diário por visitante internacional foi de US\$ 92,00, valor relativamente modesto quando comparado a destinos urbanos globais como Lisboa e Barcelona.

Essa diferença evidencia a necessidade de políticas públicas voltadas à qualificação da oferta turística e à ampliação do tempo de permanência dos visitantes — fatores determinantes para o efeito multiplicador sobre a renda local. A literatura econômica reforça que, em economias urbanas fortemente terceirizadas, como a do Rio, o turismo pode atuar como vetor de reativação cíclica, desde que articulado a investimentos contínuos em mobilidade, segurança e infraestrutura (Silva, 2023).

Portanto, o turismo carioca mantém-se como um dos pilares da economia urbana, mas sua consolidação como vetor de desenvolvimento sustentável depende de avanços estruturais. A recuperação observada após a pandemia demonstra a capacidade de resiliência do setor, mas essa retomada ainda é limitada por fatores como concentração espacial, dependência de eventos e ausência de políticas permanentes de diversificação da oferta.

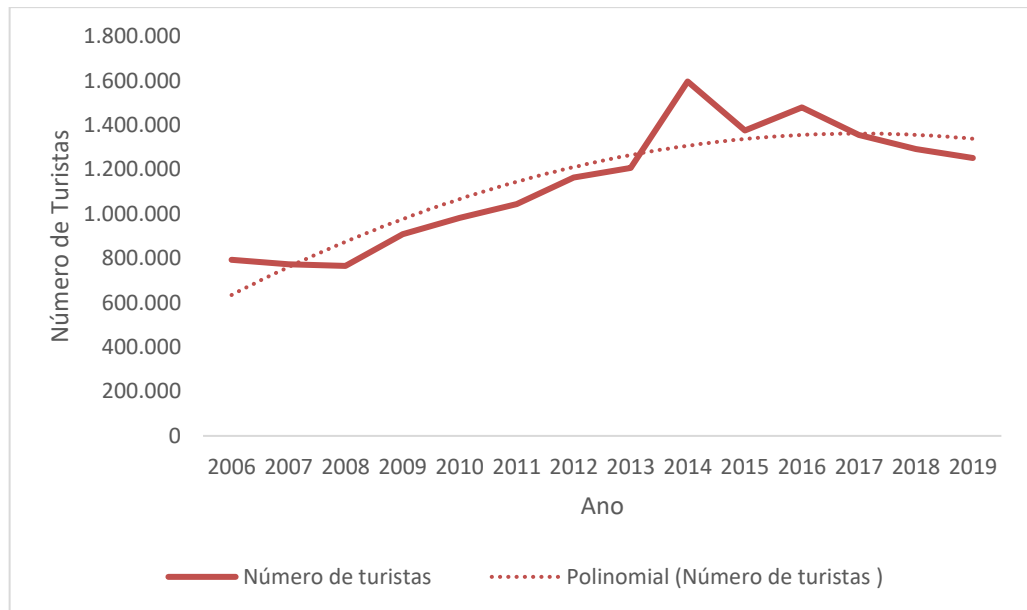
A análise das subseções a seguir aprofunda esse diagnóstico, observando tanto a evolução do número de visitantes quanto o perfil socioeconômico dos turistas, a fim de compreender a real dimensão do legado e os desafios do turismo contemporâneo no Rio de Janeiro.

### **3.3.1. Evolução do número de turistas estrangeiros no município do Rio de Janeiro**

O turismo internacional constitui um importante indicador de desempenho econômico e de inserção global de uma cidade, expressando sua capacidade de atrair fluxos de capital, consumo e visibilidade externa. No caso do Rio de Janeiro, a evolução do número de turistas estrangeiros entre 2006 e 2019 reflete o impacto direto da realização de megaeventos esportivos — especialmente os Jogos Olímpicos de Verão de 2016, foco central desta análise. A observação desse período permite discutir se as Olimpíadas geraram um legado econômico duradouro para o turismo carioca ou se seu efeito foi apenas conjuntural.

O gráfico 8 mostra a evolução do número de turistas estrangeiros no município do Rio de Janeiro entre 2006 e 2019, com base nos dados do Ministério do Turismo (IBGE/SIDRA, Tabela 2673). O período abrange tanto os anos que antecederam quanto os posteriores aos megaeventos, permitindo identificar o padrão de crescimento e de desaceleração do turismo internacional.

Gráfico 8. Evolução do número de turistas estrangeiros no município do Rio de Janeiro (2006-2019)



Fonte: *Elaboração própria, a partir de Ministério do Turismo (IBGE/SIDRA, Tabela 2673, 2024).*

Ao analisarmos o gráfico 8, entre 2006 e 2013, o fluxo de turistas estrangeiros apresentou crescimento contínuo, passando de aproximadamente 794 mil para 1,2 milhão de visitantes. Esse aumento foi impulsionado por um contexto econômico favorável, pela valorização cambial e pelo fortalecimento da imagem internacional do Brasil na década anterior aos megaeventos.

A partir de 2014 observam-se as maiores variações, diretamente associadas à Copa do Mundo FIFA e, posteriormente, aos Jogos Olímpicos de 2016. Em 2014, o número de turistas alcançou 1,59 milhão, o maior da série histórica, resultado da forte mobilização global em torno do futebol e da capacidade do evento de atrair visitantes de diversas nacionalidades.

Em 2016, durante os Jogos Olímpicos, o fluxo de turistas estrangeiros atingiu 1,48 milhão, o segundo maior volume do período. Apesar de expressivo, o impacto olímpico foi mais concentrado em delegações, atletas, equipes técnicas e imprensa, que movimentam intensamente a economia local, mas possuem perfil distinto do turista tradicional — aquele com permanência mais longa e consumo mais diversificado.

Após 2016, o número de visitantes passou a diminuir gradualmente, chegando a cerca de 1,25 milhão em 2019. Essa redução, no entanto, não representa necessariamente um declínio estrutural do turismo, pois é um comportamento amplamente esperado após megaeventos. A literatura sobre cidades-sede demonstra que o aumento do fluxo turístico tende a ser concentrado nos anos do evento e, portanto, os picos registrados em 2014 e 2016 configuram efeitos extraordinários, não sustentados no longo prazo. Assim, a queda posterior reflete o retorno a um patamar mais próximo da tendência real do setor.

A linha de tendência polinomial evidencia visualmente esse movimento: ela sugere uma trajetória de crescimento até meados da década, seguida por uma desaceleração e leve queda, indicando que a expansão observada não foi linear, mas fortemente marcada pelos choques temporários provocados pelos megaeventos esportivos.

Para complementar essa análise, a tabela 4 apresenta o número total de chegadas de turistas estrangeiros ao município do Rio de Janeiro entre 2006 e 2019, destacando tanto a trajetória ascendente até 2014 quanto o subsequente declínio após 2016.

Tabela 4. Número total de chegadas de turistas estrangeiros no município do Rio de Janeiro (2006–2019)

<b>Ano</b>	<b>Número de turistas</b>
2006	794.109
2007	773.932
2008	766.083
2009	908.667
2010	982.538
2011	1.044.931
2012	1.164.187
2013	1.207.800
2014	1.597.153
2015	1.375.978
2016	1.480.121
2017	1.355.616
2018	1.293.342
2019	1.252.267

*Fonte: Elaboração própria, com base em dados do Ministério do Turismo (IBGE/SIDRA, Tabela 2673, 2024).*

Dessa forma, os dados apresentados na tabela 4 confirmam que a trajetória do turismo internacional no período analisado foi fortemente condicionada por eventos

específicos, e não por um crescimento estrutural do setor. O comportamento da série reflete choques exógenos e conjunturais — sobretudo os megaeventos esportivos — que alteraram temporariamente o fluxo turístico, distorcendo a tendência de longo prazo. Em termos econômicos, o turismo internacional no Rio de Janeiro mostrou-se altamente elástico e sensível aos incentivos associados à realização de megaeventos, sem consolidar um padrão autônomo de expansão nos anos subsequentes. Essa interpretação reforça a hipótese central desta pesquisa: embora provoquem aumentos temporários na demanda turística, os megaeventos não foram suficientes para gerar um legado econômico duradouro para o município.

Essa dinâmica indica que o setor apresentou alta elasticidade de curto prazo, reagindo rapidamente aos investimentos e à visibilidade internacional, mas sem consolidar um novo patamar de desenvolvimento no longo prazo. A trajetória pós-2016 evidencia a ausência do chamado *momentum legado*, conceito proposto por Macrury (2008) para descrever a capacidade de uma cidade-sede de transformar o impulso gerado por um megaevento em benefícios econômicos e sociais permanentes. No caso do Rio de Janeiro, o efeito econômico das Olimpíadas foi intenso, mas efêmero, não resultando em aumento contínuo do fluxo de turistas estrangeiros.

Essa conclusão reforça a análise de Rodrigues (2013), segundo a qual a efetividade dos legados de megaeventos depende de uma governança articulada entre os diferentes níveis de governo e da continuidade das políticas públicas de fomento ao turismo após o término das competições. No contexto brasileiro, essa coordenação foi insuficiente: as ações concentraram-se na fase pré-evento, sem mecanismos que garantissem a manutenção dos ganhos obtidos. De modo convergente, Romano *et al.* (2019) apontam que, apesar do êxito organizacional da Copa do Mundo e das Olimpíadas, as metas de expansão turística previstas pelo Plano Nacional de Turismo 2013–2016 não se concretizaram, revelando a distância entre o sucesso operacional dos eventos e sua conversão em desenvolvimento econômico sustentável.

Sob a ótica econômica, o comportamento do turismo internacional no Rio de Janeiro demonstra que as Olimpíadas de 2016 não consolidaram um legado duradouro. O crescimento observado durante o evento foi impulsionado por uma conjuntura excepcional, não por um fortalecimento estrutural do setor. Faltaram estratégias de longo prazo para aproveitar a infraestrutura criada, diversificar a oferta turística e manter o interesse internacional no destino. Dessa forma, o efeito

multiplicador foi restrito ao período do evento, esgotando-se com o fim do ciclo olímpico.

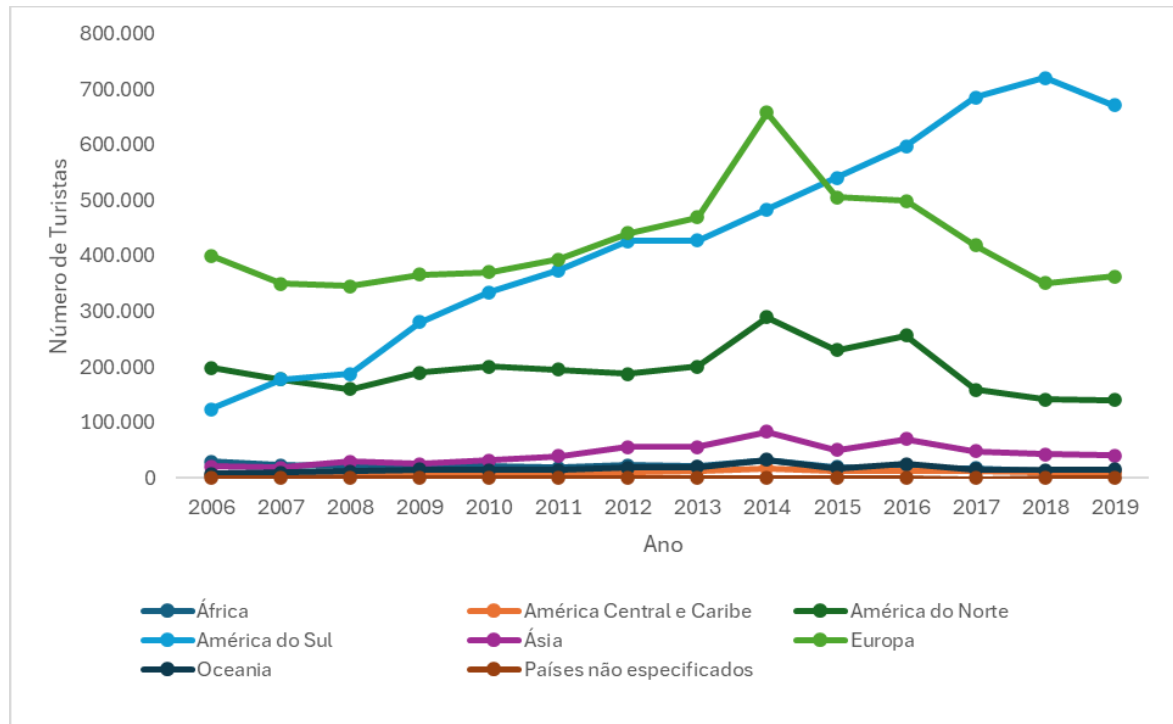
Portanto, a análise dos dados confirma que, embora a Copa do Mundo de 2014 tenha gerado o maior pico de visitantes — impulsionada por um esporte de alcance global e forte apelo popular —, foram as Olimpíadas de 2016 que evidenciaram, de forma mais clara, o desafio brasileiro de transformar um megaevento em um impulso duradouro para o turismo. A redução gradual do número de visitantes após 2016 sugere que os efeitos positivos do período olímpico foram mais concentrados no curto prazo, indicando que parte do potencial turístico criado não se converteu plenamente em ganhos contínuos. Assim, o caso do Rio de Janeiro mostra que o impacto transformador dos megaeventos depende menos do brilho excepcional do evento e mais da continuidade das políticas públicas e da capacidade de gestão das oportunidades que ele abre.

#### **3.3.1.1. Origem dos visitantes estrangeiros por continentes**

A análise do fluxo de turistas estrangeiros por continente de origem aprofunda a compreensão dos impactos econômicos dos megaeventos esportivos sobre o turismo no município do Rio de Janeiro. Essa leitura permite observar como os efeitos da Copa do Mundo de 2014 e dos Jogos Olímpicos de 2016 se manifestaram de maneira desigual entre as regiões, refletindo diferentes elasticidades de demanda, condições econômicas e níveis de integração internacional. Além disso, evidencia a dificuldade do Brasil em converter a visibilidade global adquirida nesses períodos em um legado turístico de longo prazo, conforme a definição de Preuss (2004), que entende o legado olímpico como a capacidade de sustentar benefícios econômicos e sociais após o encerramento dos eventos.

O gráfico 9 demonstra a evolução do número de visitantes estrangeiros no Rio de Janeiro entre 2006 e 2019, destacando o comportamento distinto entre os continentes. É possível identificar dois grandes picos de crescimento: o primeiro, em 2014, impulsionado pela Copa do Mundo, e o segundo, em 2016, decorrente dos Jogos Olímpicos. Após esse período, observa-se queda gradual até 2019, sinalizando a natureza temporária desses aumentos. O gráfico também revela que Europa e América do Norte concentraram os maiores fluxos durante a Copa, enquanto a América do Sul foi a única região a manter crescimento contínuo no pós-evento, configurando-se como exceção estrutural em meio à retração global.

Gráfico 9. Evolução do número de turistas estrangeiros no Rio de Janeiro, por continentes (2006–2019)



Fonte: Elaboração própria, a partir de Ministério do Turismo (IBGE/SIDRA, Tabela 2673, 2024)

Para aprofundar a análise, a tabela 5 apresenta o número absoluto de visitantes estrangeiros por continente em anos selecionados, permitindo visualizar a magnitude dos impactos dos megaeventos sobre cada mercado emissor. Ressalta-se que, a versão completa da tabela encontra-se no anexo A deste trabalho.

Tabela 5. Número de visitantes estrangeiros por continente (anos selecionados, 2006–2019)

Continentes	2006	2013	2014	2015	2016
África	29.752	21.053	32.394	19.805	16.713
América Central e Caribe	4.463	13.750	18.106	12.110	13.815
América do Norte	198.231	200.621	289.078	230.802	256.904
América do Sul	124.114	427.220	483.060	540.441	597.780
Ásia	21.400	56.502	83.385	50.142	70.788
Europa	399.969	469.228	658.365	504.991	499.184
Oceania	8.281	19.400	32.721	17.667	24.922
Países não especificados	229	26	44	20	15
<b>Total</b>	<b>786.439</b>	<b>1.207.800</b>	<b>1.597.153</b>	<b>1.375.978</b>	<b>1.480.121</b>

Fonte: Elaboração própria, a partir de Ministério do Turismo (IBGE/SIDRA, Tabela 2673, 2024)

Os dados da tabela 5 mostram que, entre 2006 e 2016, a Europa e a América do Norte se consolidaram como as principais origens de visitantes estrangeiros no Rio de Janeiro, com volumes absolutos sempre superiores a 250 mil turistas nos anos de pico. Em 2014, ano da Copa do Mundo, o número de turistas provenientes da Europa atingiu 658.365, o maior registro da série, enquanto a América do Norte somou 289.078 visitantes. Esse resultado demonstra o forte apelo internacional do evento e a capacidade de mobilização dos mercados maduros, cujos fluxos respondem rapidamente à ampliação da visibilidade midiática e à melhoria temporária das condições de infraestrutura.

Durante as Olimpíadas de 2016, entretanto, observa-se uma redução desses fluxos: os visitantes europeus caíram para 499.184, enquanto os norte-americanos permaneceram praticamente estáveis, com 256.904 entradas. Essa diminuição, mesmo em um ano de megaevento global, sugere que o perfil do público olímpico foi mais restrito, composto majoritariamente por delegações, equipes técnicas e profissionais da mídia — grupos que geram alto impacto setorial, mas não necessariamente um aumento significativo de turistas de lazer ou de consumo diversificado.

A América do Sul, por sua vez, apresentou um comportamento estruturalmente diferente. O número de turistas provenientes da região saltou de 124.114 em 2006 para 597.780 em 2016, o que representa o maior crescimento absoluto entre todos os continentes. Esse resultado evidencia o fortalecimento do turismo intrarregional, impulsionado por fatores como a proximidade geográfica, a expansão das companhias aéreas de baixo custo, a integração via Mercosul e a desvalorização cambial do real, que tornou o Brasil mais competitivo. O aumento consistente dos visitantes sul-americanos demonstra que essa demanda é menos sensível a choques conjunturais e mais sustentada por vínculos econômicos e culturais permanentes.

Os números relativos à Ásia e à Oceania também chamam atenção pelo crescimento expressivo em termos proporcionais, embora partindo de bases muito menores. O fluxo asiático aumentou de 21.400 visitantes em 2006 para 70.788 em 2016, enquanto o da Oceania passou de 8.281 para 24.922 no mesmo intervalo. Esses dados indicam o início de uma diversificação geográfica dos fluxos turísticos internacionais para o Rio, potencialmente estimulada pela exposição midiática global dos megaeventos. No entanto, o impacto econômico agregado ainda é limitado devido ao baixo volume absoluto desses contingentes. Por outro lado, a África e a América

Central e Caribe mantiveram participação reduzida no total de visitantes. A África, por exemplo, registrou queda de 29.752 turistas em 2006 para 16.713 em 2016, refletindo a escassez de voos diretos e os altos custos de deslocamento. Já a América Central e o Caribe mantiveram fluxos modestos, variando entre 4.463 e 13.815 visitantes, sem mudanças estruturais significativas.

De modo geral, os resultados absolutos confirmam que os megaeventos esportivos geraram incrementos pontuais no turismo internacional, mas concentrados em mercados tradicionais e de curta duração. A única região que apresentou trajetória contínua de crescimento foi a América do Sul, cuja dinâmica está associada a fatores regionais e estruturais, e não apenas à visibilidade proporcionada pelos eventos de 2014 e 2016.

A tabela 6 apresenta as variações percentuais relativas de crescimento dos turistas por continente, comparando os períodos de 2013–2014 (Copa do Mundo), 2015–2016 (Olimpíadas) e 2013–2019 (pós-evento).

Tabela 6. Variação percentual (relativa) por continente

<b>Continentes</b>	<b>2013-2014</b>	<b>2015-2016</b>	<b>2013-2019</b>	<b>2006-2019</b>
<b>África</b>	53,87%	-15,61%	-40,96%	-58,22%
<b>América Central e Caribe</b>	31,68%	14,08%	-36,61%	95,29%
<b>América do Norte</b>	44,09%	11,31%	-29,72%	-28,87%
<b>América do Sul</b>	13,07%	10,61%	57,10%	440,76%
<b>Ásia</b>	47,58%	41,18%	-27,71%	90,86%
<b>Europa</b>	40,31%	-1,15%	-22,60%	-9,20%
<b>Oceania</b>	68,66%	41,07%	-22,95%	80,50%
<b>Países não especificados</b>	69,23%	-25,00%	-73,08%	-96,94%
<b>Total</b>	<b>32,24%</b>	<b>7,57%</b>	<b>3,68%</b>	<b>59,23%</b>

Fonte: *Elaboração própria, a partir de Ministério do Turismo (IBGE/SIDRA, Tabela 2673, 2024).*

A tabela 6 mostra que, durante os Jogos Olímpicos de 2016, o comportamento regional do turismo internacional se tornou mais heterogêneo. A América do Sul registrou crescimento de 10,61%, percentual inferior ao da Ásia (41,18%) e da Oceania (41,07%), mas manteve a liderança em número absoluto de visitantes, sendo responsável pela maior parcela do fluxo estrangeiro total. Esse contraste evidencia que, embora algumas regiões tenham apresentado variações percentuais mais elevadas, foram os países sul-americanos que sustentaram o volume mais expressivo de chegadas. Assim, os dados indicam que os megaeventos ampliaram

momentaneamente o alcance global do Rio de Janeiro, atraindo novos mercados, mas o fortalecimento efetivo do turismo ocorreu principalmente dentro da própria região, favorecido pela proximidade geográfica e pela integração econômica no âmbito do Mercosul.

Ao observar o total consolidado, nota-se que o número global de turistas estrangeiros cresceu apenas 3,68% entre 2013 e 2019, o que confirma a natureza conjuntural dos picos de 2014 e 2016. A estagnação no total, combinada à queda expressiva em mercados tradicionais — como Europa (–22,60%) e América do Norte (–29,72%) —, evidencia que o impulso olímpico não se converteu em expansão sustentada do turismo internacional. O crescimento acumulado de longo prazo, concentrado na América do Sul (440,76%) e na América Central e Caribe (95,29%), reforça o caráter regional do turismo carioca e a ausência de diversificação estrutural. Dessa forma, a análise da tabela 6 demonstra que, apesar da ampliação temporária da visibilidade internacional, os Jogos de 2016 consolidaram sobretudo a importância econômica da América do Sul, sem alterar de maneira duradoura a composição e o volume total de visitantes estrangeiros.

Para dimensionar essas variações, a tabela 7 apresenta as mudanças absolutas (em número de visitantes) nos mesmos períodos analisados.

Tabela 7. Variação absoluta do número de turistas estrangeiros por continente

<b>Continentes</b>	<b>2013 -2014</b>	<b>2015-2016</b>
<b>África</b>	11.341	-3.092
<b>América Central e Caribe</b>	4.356	1.705
<b>América do Norte</b>	88.457	26.102
<b>América do Sul</b>	55.840	57.339
<b>Ásia</b>	26.883	20.646
<b>Europa</b>	189.137	-5.807
<b>Oceania</b>	13.321	7.255
<b>Países não especificados</b>	18	-5
<b>Total</b>	<b>389.353</b>	<b>104.143</b>

Fonte: Elaboração própria, a partir de Ministério do Turismo (IBGE/SIDRA, Tabela 2673, 2024).

Os valores absolutos confirmam que a Copa do Mundo gerou o maior incremento da série, com 389.353 turistas estrangeiros, majoritariamente provenientes da Europa e da América do Norte. Durante as Olimpíadas, o aumento foi de aproximadamente 104.143 visitantes, concentrados principalmente na América do

Sul (57.339) e nas regiões da Ásia e Oceania (27.901 somadas). Esse padrão revela a natureza distinta dos dois eventos: enquanto a Copa promoveu um turismo de massa global, as Olimpíadas estimularam um fluxo mais especializado e segmentado, com menor efeito multiplicador sobre o consumo local.

Nos continentes de menor participação, os resultados foram heterogêneos. A Ásia, embora ainda com base reduzida, apresentou avanço expressivo de 41,18% em 2016, sinalizando potencial de crescimento futuro se houver políticas de integração e facilitação de acesso. A Oceania registrou comportamento semelhante 41,07%, impulsionada por campanhas de visibilidade e rotas aéreas temporárias criadas durante os Jogos. Todavia, em ambos os casos, a falta de continuidade nas ações de promoção e conectividade impediu a transformação desses avanços pontuais em fluxos estáveis. Já a África apresentou o pior desempenho como apresentado na tabela 6, onde apesar do aumento de 53,87% em 2014, sofreu queda de 15,61% em 2016 e acumulou retração de 58,2% até 2019. Essa tendência negativa pode ser explicada por fatores estruturais, como a escassez de voos diretos, altos custos de viagem e a ausência de acordos bilaterais de turismo, além de elementos conjunturais, como a crise econômica e a deterioração da imagem internacional do país após 2016.

A leitura conjunta dos resultados revela que o turismo internacional no Rio de Janeiro reagiu de forma altamente elástica a estímulos de curto prazo, mas não consolidou uma trajetória sustentável. As regiões de longa distância — Europa e América do Norte — apresentaram fortes reações iniciais seguidas de retração acentuada, já as emergentes — Ásia e Oceania — demonstraram potencial, porém carecem de estrutura e políticas de manutenção e a África retraiu-se diante de barreiras logísticas e econômicas. A América do Sul, única região a manter expansão contínua, mostra a importância do turismo regional como elemento estabilizador, ainda que desvinculado das políticas de legado.

Sob o ponto de vista econômico, os megaeventos esportivos funcionaram como choques positivos de demanda, deslocando temporariamente o consumo turístico, mas sem promover alterações significativas na oferta agregada do setor. O aumento do fluxo de visitantes gerou ganhos momentâneos de receita e emprego, mas não produziu encadeamentos produtivos de longo prazo. Segundo Spiller e Montero (2016), esse padrão é recorrente em países latino-americanos, onde a falta de governança e planejamento intertemporal impede a consolidação de legados econômicos. A análise de Romano *et al.* (2019) corrobora essa constatação ao

demonstrar que o Plano Nacional de Turismo 2013–2016 não cumpriu suas metas de expansão, em razão da ausência de mecanismos de acompanhamento e integração das ações pós-evento.

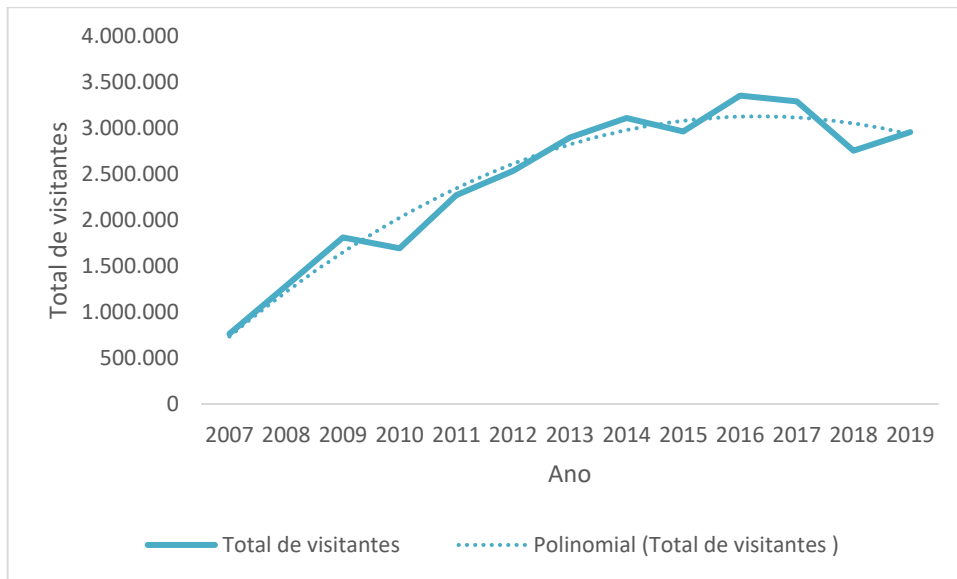
Em síntese, os dados confirmam a hipótese central desta pesquisa: os megaeventos esportivos tiveram impacto expressivo sobre o turismo internacional no Rio de Janeiro, mas seus efeitos foram temporários e concentrados. O crescimento da América do Sul destaca-se como exceção, sustentado por fatores estruturais e regionais, enquanto as demais regiões evidenciam a dificuldade do país em transformar a visibilidade momentânea em vantagem competitiva. O legado turístico dos Jogos Olímpicos foi, portanto, limitado e desigual, restrito a ganhos conjunturais e regionais, sem gerar um processo de desenvolvimento econômico sustentável no longo prazo.

### **3.3.2. Dinâmica da visitação total no Parque Nacional da Tijuca**

A evolução do número total de visitantes no Parque Nacional da Tijuca (PNT) entre 2007 e 2019 evidência, de forma clara, como os megaeventos esportivos — em especial os Jogos Olímpicos de 2016 — influenciaram o comportamento do turismo urbano no Rio de Janeiro. Considerado uma das maiores florestas urbanas do mundo e símbolo da identidade ambiental da cidade, o PNT é um importante termômetro da dinâmica turística local, refletindo tanto variações conjunturais, como picos de demanda associados a grandes eventos, quanto oscilações estruturais relacionadas à renda, ao câmbio e às políticas públicas de visitação. A análise desse período permite identificar se as Olimpíadas foram capazes de gerar um legado duradouro para o turismo ou se seus efeitos se limitaram a um ciclo efêmero de crescimento.

O gráfico 10 a seguir apresenta o comportamento do número de visitantes no PNT entre 2007 e 2019, conforme dados consolidados da Tabela 3665 do portal DATA.RIO (2020), que registra o total de entradas por mês e setor de controle. Com o propósito, de representar visualmente a trajetória do turismo ecológico na cidade, destacando a fase de expansão contínua anterior aos megaeventos, os picos observados em 2014 e 2016 e a retração verificada nos anos posteriores.

Gráfico 10. Evolução do número total de visitantes no Parque Nacional da Tijuca (2007–2019)



Fonte: Elaboração própria, a partir de DATA.RIO (Tabela 3665, 2020)

O gráfico 10 mostra três momentos distintos. O primeiro, de 2007 a 2013, foi marcado por crescimento progressivo, impulsionado por um cenário econômico favorável, pela valorização da imagem internacional do Brasil e pelo fortalecimento do turismo interno, fatores apontados por Barros, Lima e Pimenta (2014) como determinantes do desenvolvimento do setor na década anterior aos megaeventos. O segundo momento corresponde aos picos de 2014 e 2016, anos da Copa do Mundo e dos Jogos Olímpicos, que se configuraram como choques positivos de demanda. O fluxo de visitantes passou de 2,9 milhões em 2013 para 3,11 milhões em 2014 e, posteriormente, para 3,36 milhões em 2016, sendo o maior número da série histórica. Esse comportamento confirma o impacto direto dos megaeventos sobre o turismo local, impulsionado pela maior visibilidade internacional, pela cobertura midiática e pela intensificação das políticas de promoção do destino. O terceiro momento, pós-2016, caracteriza-se por retração: o número de visitantes caiu para 2,76 milhões em 2018, recuperando-se parcialmente em 2019 (2,96 milhões). Essa desaceleração demonstra que o impulso proporcionado pelos megaeventos não se manteve de forma sustentável, retornando a níveis próximos à tendência anterior.

Para detalhar numericamente essa trajetória, a tabela 8 apresenta o total anual de visitantes no Parque Nacional da Tijuca no período de 2007 a 2019, considerando a soma das entradas registradas em todos os setores de controle. A inclusão da tabela

possibilita observar com clareza a magnitude das variações e o tamanho dos picos de visitação.

Tabela 8. Número total de visitantes no Parque Nacional da Tijuca (2007–2019)

<b>Ano</b>	<b>Total de visitantes</b>
2007	764.381
2008	1.286.822
2009	1.814.639
2010	1.696.210
2011	2.274.498
2012	2.536.549
2013	2.899.972
2014	3.113.913
2015	2.965.908
2016	3.357.403
2017	3.294.300
2018	2.757.208
2019	2.959.444

*Fonte: Elaboração própria, a partir de DATA.RIO (Tabela 3665, 2020)*

Os dados mostram que o crescimento constante até 2013 foi interrompido apenas pelo ciclo dos megaeventos. Em 2014, a Copa do Mundo gerou forte influxo de turistas, especialmente estrangeiros, beneficiando atrativos de alta visibilidade e fácil acesso, como o PNT. Já em 2016, durante as Olimpíadas, o parque atingiu seu maior patamar histórico, refletindo o alcance global do evento e o aumento expressivo de visitantes domésticos e internacionais. Segundo Uvinha (2016), a magnitude dos Jogos Olímpicos no Rio de Janeiro extrapolou o campo esportivo, produzindo efeitos diretos sobre a mobilidade urbana, a oferta de serviços e a economia do turismo, com repercussões imediatas sobre a demanda por lazer e espaços naturais. Entretanto, esses efeitos mostraram-se circunstanciais: após 2016, a visitação voltou a cair, confirmando a ausência de um legado sustentável.

Sob a ótica microeconômica, a demanda turística pelo PNT apresenta elevada elasticidade-renda e elasticidade-imagem. Em períodos de forte visibilidade e confiança econômica, a procura aumenta rapidamente, já em momentos de retração ou desinteresse internacional, o fluxo diminui. A oferta do parque, por sua vez, é inelástica no curto prazo: sua capacidade física, os limites de conservação ambiental e a logística de acesso restringem o aumento expressivo de visitantes sem

comprometer a qualidade e a sustentabilidade da experiência. Assim, nos picos de procura — como em 2014 e 2016 —, o parque opera próximo ao limite de sua capacidade de atendimento, sem que sua infraestrutura acompanhe o ritmo da demanda.

Do ponto de vista macroeconômico, os megaeventos esportivos funcionaram como choques positivos de demanda agregada, deslocando temporariamente a curva de demanda agregada para a direita, o que elevou o produto e o emprego no setor turístico. Contudo, na ausência de políticas públicas capazes de ampliar a oferta agregada — por meio de investimentos contínuos, integração logística e diversificação da oferta turística —, o impacto multiplicador foi de curta duração. Esse comportamento reflete o padrão observado em economias latino-americanas, identificado por Sanchez (2021), segundo o qual o “efeito vitrine” dos megaeventos é intenso, mas raramente sustentado, devido à falta de coordenação entre os níveis de governo e de políticas intertemporais que convertam a visibilidade em ganhos estruturais.

A literatura brasileira reforça esse diagnóstico. Barros, Lima e Pimenta (2014) destacam que a eficácia de um megaevento depende não apenas de sua execução, mas também da capacidade de articulação pós-evento, da manutenção da infraestrutura e da continuidade das estratégias de promoção turística. No caso do Rio de Janeiro, as ações concentraram-se majoritariamente na fase pré-olímpica, com foco em mobilidade urbana e revitalização de áreas estratégicas. No entanto, houve lacunas de governança e integração após 2016, comprometendo a consolidação dos resultados obtidos. A análise dos dados do PNT reflete precisamente essa descontinuidade: o parque foi beneficiado pela exposição internacional, mas perdeu ritmo logo após o encerramento das competições.

Economicamente, essa dinâmica caracteriza a ausência de efeitos de *histerese* — conceito que descreve a capacidade de um choque positivo se manter ao longo do tempo, alterando o nível natural de produto ou de demanda. No caso da visita ao PNT, o choque representado pelos Jogos Olímpicos não gerou memória econômica duradoura: a curva de demanda retornou ao ponto original e o sistema voltou ao equilíbrio anterior. Em termos macroeconômicos, isso significa que a elevação temporária do PIB turístico e do emprego no setor não se traduziu em aumento de produtividade ou encadeamentos de longo prazo.

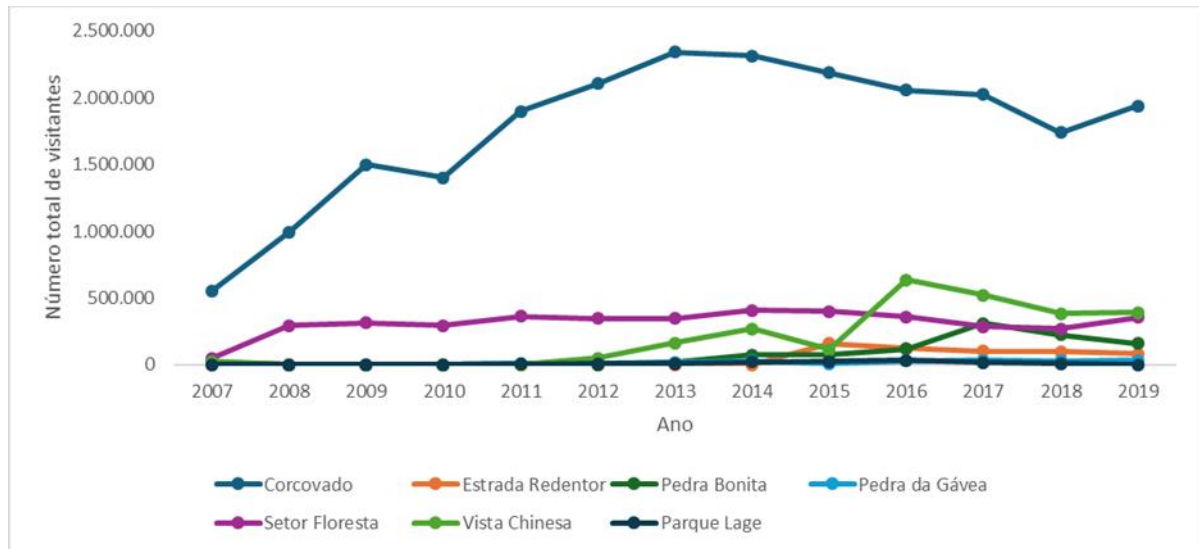
Em síntese, a trajetória de visitação ao Parque Nacional da Tijuca entre 2007 e 2019 confirma a hipótese central desta pesquisa: os megaeventos esportivos impactaram significativamente o turismo carioca, mas de forma temporária. O crescimento registrado nos anos de 2014 e 2016 representou um choque conjuntural de demanda, não uma expansão estrutural do setor. A pesquisa do PNT ilustra de modo claro que, embora as Olimpíadas tenham impulsionado a visibilidade global e o consumo turístico, o legado econômico foi limitado e desigual, restrito a ganhos de curto prazo. Assim, o verdadeiro desafio para a economia do turismo no Rio de Janeiro não é apenas atrair eventos de grande porte, mas converter visibilidade em competitividade, por meio de políticas de legado que integrem desenvolvimento urbano, sustentabilidade ambiental e diversificação da oferta de longo prazo.

### **3.3.2.1. Setores de visitação do Parque Nacional da Tijuca**

A análise dos setores de visitação do Parque Nacional da Tijuca (PNT) permite compreender de forma mais precisa como se distribuiu a demanda turística durante os anos de realização dos megaeventos, especialmente os Jogos Olímpicos de 2016. O desdobramento da série por atrativos possibilita identificar se o aumento registrado naquele período foi generalizado ou concentrado em determinados setores, além de permitir avaliar se esse crescimento representou o início de um novo ciclo de expansão ou apenas um choque conjuntural de curta duração.

O gráfico 11 apresenta a evolução do número de visitantes entre 2007 e 2019, discriminando os principais setores de controle do PNT: Corcovado, Estrada Redentor, Pedra Bonita, Pedra da Gávea, Setor Floresta, Vista Chinesa e Parque Lage. O objetivo é evidenciar as mudanças na composição interna do fluxo de visitantes durante o ciclo olímpico, destacando quais atrativos foram mais impactados pelo aumento de visibilidade internacional proporcionado pelos Jogos.

Gráfico 11. Número total de visitantes por setor de controle no Parque Nacional da Tijuca (2007–2019)



Fonte: Elaboração própria, a partir de DATA.RIO (Tabela 3665, 2020)

O gráfico 11 demonstra que o Corcovado manteve, ao longo de todo o período, a maior participação absoluta no total de visitantes, reafirmando seu papel estrutural na dinâmica turística da cidade. No entanto, observa-se que o pico de 2016, ano das Olimpíadas, não foi liderado por esse atrativo. O Corcovado apresenta crescimento até 2013, mas leve retração nos anos seguintes, evidenciando saturação da capacidade de atendimento e limitações de infraestrutura. Em contrapartida, atrativos como Vista Chinesa, Pedra Bonita e Pedra da Gávea registraram crescimento expressivo justamente em 2016, indicando que o aumento da visitação olímpica foi sustentado pela diversificação dos fluxos turísticos e não pela expansão do principal ícone. Essa redistribuição espacial da demanda confirma o argumento de Uvinha (2016), segundo o qual os megaeventos provocam deslocamentos temporários de turistas, mas raramente alteram de forma permanente o padrão de consumo turístico.

Para detalhar numericamente essa transformação, a tabela 9 apresenta o número absoluto de visitantes por setor nos anos selecionados. Ressalta-se que a versão completa da tabela, com todos os anos da série, encontra-se no anexo B deste trabalho.

Tabela 9. Número de visitantes por setor de controle (anos selecionados, 2007–2016)

<b>Parque Nacional da Tijuca</b>	<b>2007</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>
Corcovado	555.403	2.342.711	2.312.829	2.185.335	2.057.231
Estrada Redentor	1.356	0	0	160.569	123.262
Pedra Bonita	16.427	17.396	73.120	73.235	117.640
Pedra da Gávea	3.191	18.924	30.663	8.429	29.745
Setor Floresta	49.374	347.541	406.211	399.430	360.533
Vista Chinesa	24.601	162.643	271.382	114.297	634.090
Parque Lage	0	10.757	19.708	24.613	34.902
<b>Total</b>	<b>650.352</b>	<b>2.899.972</b>	<b>3.113.913</b>	<b>2.965.908</b>	<b>3.357.403</b>

*Fonte: Elaboração própria, a partir de DATA.RIO (Tabela 3665, 2020)*

Os dados da tabela 9 confirmam que, embora o Corcovado tenha mantido elevada representatividade, os maiores incrementos relativos e absolutos durante o ciclo olímpico ocorreram em atrativos secundários. A Vista Chinesa, por exemplo, saltou de 162.643 visitantes em 2013 para 634.090 em 2016, um aumento de quase 290%. A Pedra Bonita também apresentou crescimento expressivo, passando de 17.936 visitantes em 2013 para 117.640 em 2016, o que demonstra o avanço do ecoturismo e dos esportes de aventura, amplamente promovidos na divulgação internacional dos Jogos. A Pedra da Gávea e o Setor Floresta também registraram variações positivas, ainda que mais moderadas.

A Copa do Mundo de 2014, embora relevante como evento preparatório, teve impacto mais abrangente em termos de volume, mas menos concentrado geograficamente. Realizada em doze cidades brasileiras, e não exclusivamente no Rio de Janeiro, a Copa dispersou o fluxo de visitantes pelo território nacional, o que reduziu a intensidade do turismo local e a exploração direta dos pontos turísticos cariocas. Em contraste, os Jogos Olímpicos de 2016 foram sediados integralmente no Rio de Janeiro, com arenas e instalações situadas próximas a áreas de forte apelo turístico, como a Barra da Tijuca, o Maracanã e a zona de Copacabana. Essa concentração espacial favoreceu uma interação maior entre o público visitante e os atrativos urbanos, atraindo um perfil ligeiramente mais diversificado — incluindo famílias, delegações e turistas interessados em lazer e cultura. Ainda assim, o impacto foi predominantemente conjuntural, gerando efeitos econômicos localizados e de curta duração sobre a demanda turística (Uvinha, 2016).

A Tabela 10, a seguir, mostra as variações percentuais relativas por setor, comparando os períodos 2013–2014 (Copa), 2015–2016 (Olimpíadas), 2013–2019

(pós-evento) e 2007–2019 (longo prazo). O objetivo é medir a intensidade do impacto de cada evento e observar a permanência — ou ausência — do crescimento nos médio e longo prazos.

Tabela 10. Variação relativa percentual por setor de controle (períodos selecionados)

<b>Parque Nacional da Tijuca</b>	<b>2013-2014</b>	<b>2015-2016</b>	<b>2013-2019</b>	<b>2007-2019</b>
Corcovado	-1%	-6%	-17%	249%
Estrada Redentor	0%	-23%	N/A	5856%
Pedra Bonita	320%	61%	815%	869%
Pedra da Gávea	62%	253%	80%	969%
Setor Floresta	17%	-10%	2%	619%
Vista Chinesa	67%	455%	140%	1485%
Parque Lage	83%	42%	-100%	0%
<b>Total</b>	<b>7%</b>	<b>13%</b>	<b>2%</b>	<b>355%</b>

Fonte: Elaboração própria, a partir de DATA.RIO (Tabela 3665, 2020)

A Tabela 10 evidencia que o impacto dos Jogos Olímpicos de 2016 sobre o Parque Nacional da Tijuca foi expressivo, mas concentrado em setores específicos. Entre 2015 e 2016, destacaram-se os aumentos de visitação na Vista Chinesa (455%), Pedra da Gávea (253%) e Pedra Bonita (61%), revelando a preferência dos visitantes por atrativos de natureza, contemplação e esportes ao ar livre — perfis de consumo turístico que se intensificaram durante o ciclo olímpico. Em contraste, o Corcovado (–6%) apresentou leve retração, sugerindo um efeito de substituição, no qual parte dos turistas evitou pontos saturados e buscou experiências alternativas dentro do mesmo parque. Esse padrão mostra que o impulso olímpico provocou uma redistribuição interna do fluxo de visitação, estimulando atrativos secundários e diversificando temporariamente o uso do espaço turístico.

No período pós-2016, o comportamento dos setores confirma o caráter passageiro desse impulso: a maioria registrou queda ou estagnação entre 2016 e 2019, refletindo a ausência de estratégias de manutenção da demanda. Ainda assim, quando se observa o longo prazo (2007–2019), nota-se um crescimento acumulado significativo em todos os setores — com destaque para a Estrada Redentor (5.856%), a Vista Chinesa (1.485%) e a Pedra da Gávea (969%) —, o que indica que os megaeventos funcionaram como catalisadores temporários dentro de uma tendência estrutural de valorização do ecoturismo urbano. Assim, os dados demonstram que os Jogos Olímpicos ampliaram momentaneamente a visibilidade dos atrativos naturais

do Rio de Janeiro, mas sem consolidar uma base sustentável de crescimento contínuo da visitação.

A tabela 11, a seguir, apresenta as variações absolutas de visitantes, em número total de pessoas, para os períodos 2013–2014 e 2015–2016. Essa perspectiva complementa a análise percentual, ao permitir dimensionar a contribuição efetiva de cada setor para o crescimento total do parque durante o ciclo olímpico.

Tabela 11. Variação absoluta do número de visitantes por setor de controle (2013–2014 e 2015–2016)

<b>Parque Nacional da Tijuca</b>	<b>2013-2014</b>	<b>2015-2016</b>
Corcovado	-29.882	-128.104
Estrada Redentor	0	-37.307
Pedra Bonita	55.724	44.405
Pedra da Gávea	11.739	21.316
Setor Floresta	58.670	-38.897
Vista Chinesa	108.739	519.793
Parque Lage	8.951	10.289
<b>Total</b>	<b>213.941</b>	<b>391.495</b>

*Fonte: Elaboração própria, a partir de DATA.RIO (Tabela 3665, 2020)*

Os resultados absolutos da tabela 11 demonstram que, entre 2015 e 2016, o aumento total de visitantes do parque — cerca de 391.495 pessoas — foi impulsionado principalmente pela Vista Chinesa, responsável por mais de 519.793 novos visitantes, seguida pela Pedra Bonita (44.405) e pela Pedra da Gávea (21.316). Em contrapartida, o Corcovado reduziu sua visitação em 128.104 pessoas no mesmo período. Esses números evidenciam que o recorde histórico de 2016 resultou não de um crescimento homogêneo, mas de uma redistribuição interna da demanda, concentrada em pontos de maior visibilidade midiática e acessibilidade.

Sob a ótica econômica, os dados sugerem que o ciclo olímpico de 2016 gerou um choque positivo de demanda agregada, impulsionando temporariamente o produto turístico local. No entanto, tal aumento não foi acompanhado por um deslocamento correspondente da oferta agregada. A infraestrutura do PNT permaneceu praticamente inalterada, com restrições de acesso, limitações de transporte interno e ausência de novos investimentos em manutenção e conectividade. Como resultado, o efeito multiplicador sobre o emprego e a renda do setor foi elevado no curto prazo, mas rapidamente dissipado, caracterizando a ausência de *histerese* no pós-2016.

Esse comportamento confirma a tendência apontada pelos autores anteriormente citados Barros, Lima e Pimenta (2014), onde observam que a permanência dos ganhos derivados de um megaevento depende da coordenação intergovernamental, da continuidade das políticas públicas e do planejamento de legado voltado à integração entre infraestrutura, promoção turística e sustentabilidade ambiental. No caso do Rio de Janeiro, essas condições não foram plenamente atendidas. O planejamento concentrou-se na fase pré-olímpica, com foco na execução de obras e na promoção da imagem internacional, mas houve desarticulação das ações no pós-evento, o que comprometeu a consolidação de um crescimento turístico sustentável.

A ausência de políticas de continuidade explica, portanto, por que o impulso de 2016 não se transformou em legado. O turismo carioca experimentou um pico de visibilidade e fluxo, mas sem criar bases estruturais que garantissem a manutenção desses resultados. O caso do PNT ilustra essa realidade: embora o parque tenha sido amplamente divulgado nas campanhas promocionais dos Jogos, não houve investimento consistente em acessos, infraestrutura, sinalização e manejo ambiental capaz de sustentar o novo patamar de demanda. Assim, o crescimento foi intenso, porém passageiro, retornando nos anos seguintes a níveis próximos aos anteriores ao ciclo olímpico.

Em síntese, a análise setorial da visita ao Parque Nacional da Tijuca confirma a hipótese central desta pesquisa: os Jogos Olímpicos de 2016 geraram um impacto significativo, mas não duradouro, sobre o turismo no Rio de Janeiro. O evento provocou uma expansão temporária e concentrada da visita, sem consolidar um legado econômico sustentável. A comparação com a Copa do Mundo de 2014 reforça esse diagnóstico, evidenciando que, embora ambos os eventos tenham impulsionado o turismo no curto prazo, nenhum deles promoveu transformações estruturais de longo prazo. O legado olímpico, portanto, mostrou-se circunstancial e efêmero, limitado à conjuntura de 2016 e enfraquecido pela falta de integração entre gestão pública, planejamento turístico e política ambiental.

### **3.4. Impactos Estruturais e Institucionais**

Os Jogos Olímpicos de 2016 deixaram marcas relevantes no Rio de Janeiro, tanto em termos de transformação urbana quanto no campo institucional. A análise

desses efeitos é essencial para compreender como investimentos de grande porte em megaeventos podem ou não gerar legados duradouros para a cidade.

No plano estrutural, o Parque Olímpico da Barra da Tijuca tornou-se símbolo das contradições do legado. Construído no terreno do antigo Autódromo de Jacarepaguá, o projeto buscava consolidar um polo esportivo multifuncional. Entretanto, conforme mostra Sanchez (2019), parte significativa das arenas permanece ociosa, revelando dificuldades de integração à dinâmica urbana. Tal situação relaciona-se ao conceito de custo fixo, em que as despesas de manutenção persistem independentemente do nível de uso (Varian, 2014). Em termos práticos, a ociosidade elevou o custo médio por evento e reduziu o retorno social do investimento.

Outro exemplo é a Vila dos Atletas, planejada desde o início para ser convertida em condomínio residencial de alto padrão, o Ilha Pura. De acordo com Sanchez (2019), esse arranjo, viabilizado por parceria público-privada, assegurou a entrega no prazo e atraiu investidores privados. No entanto, concentrou os ganhos em segmentos de maior renda, oferecendo baixa integração com o entorno. Esse caso ilustra uma externalidade negativa, definida por Stiglitz (2000) como o efeito adverso de uma decisão econômica sobre terceiros. Embora financiada com recursos de interesse público, a coletividade não se apropriou de forma significativa dos benefícios.

Em contraste, a região de Deodoro apresentou continuidade mais consistente no uso de algumas instalações. Pesquisas de Silva e Reis (2018) apontam que equipamentos sob gestão militar mantiveram treinos e competições em função da previsibilidade orçamentária. A experiência remete ao papel da governança, entendida por Ostrom (1990) como o conjunto de regras e instituições que estruturam interações sociais. No caso brasileiro, Abrucio (2005) destaca que a coordenação federativa é decisiva para a sustentabilidade das políticas públicas. Assim, onde houve governança estável, como em Deodoro, verificou-se maior aproveitamento; já em outros casos prevaleceu a ociosidade.

A Arena do Futuro tornou-se exemplo das dificuldades de planejamento. Silva (2022) registra que a proposta era desmontar a estrutura temporária e reaproveitá-la como quatro escolas públicas. Contudo, a desmontagem só ocorreu em 2022, e as escolas foram efetivamente entregues apenas em 2024. O atraso comprometeu a eficiência, conceito definido por Musgrave (1980) como a capacidade de atingir objetivos com o menor uso de recursos. Assim, o adiamento elevou custos e retardou a materialização dos benefícios sociais esperados.

No campo institucional, a criação da Autoridade Pública Olímpica (APO) visava integrar União, Estado e Município na coordenação das obras. Conforme analisa Silva (2022), a APO atuou como elo entre governos e o Comitê Olímpico Internacional, mas sua extinção logo após os Jogos revelou a fragilidade em transformar experiências emergenciais em capacidades institucionais permanentes. Paralelamente, o Comitê Organizador Rio 2016, entidade privada sem fins lucrativos, assumiu a operação do evento. Embora esse arranjo tenha gerado agilidade logística, apresentou baixa *accountability*, conceito definido por Hood (1991) como a obrigação de prestar contas sobre decisões e resultados. No contexto brasileiro, Pires (2011) reforça que a *accountability* continua sendo um desafio estrutural, marcado pela baixa transparência institucional.

Para sistematizar os achados, o Quadro 1 sintetiza os impactos estruturais e institucionais observados, articulando-os a conceitos econômicos.

Quadro 1. Evidências e implicações dos impactos estruturais e institucionais (Rio-2016)

<b>Evidência</b>	<b>Implicação econômica/institucional</b>	<b>Exemplo</b>
Custos fixos elevados	Ociosidade aumenta custo médio por uso	Parque Olímpico
Externalidades negativas	Benefícios concentrados em poucos grupos	Vila dos Atletas
Governança estável	Sustenta uso e reduz risco de abandono	Deodoro
Eficiência comprometida	Atrasos elevam custos e reduzem benefícios	Arena do Futuro
Baixa accountability	Reduz transparência e controle	Comitê Rio 2016

*Fonte: Elaboração própria*

Além disso, os diferentes modelos de gestão das arenas permitem avaliar os limites e potencialidades de cada arranjo. O Quadro 2 sintetiza essas experiências.

Quadro 2. Modelos de gestão de equipamentos olímpicos (Rio-2016)

<b>Modelo de gestão</b>	<b>Benefícios esperados</b>	<b>Limitações</b>	<b>Exemplo</b>
Gestão pública direta	Alinhamento a objetivos sociais; acesso amplo	Vulnerável a cortes e instabilidade	Parte de Deodoro
PPP/conversão imobiliária	Entrega rápida; manutenção privada	Captura privada de valor; baixa função social	Vila dos Atletas
Gestão militar/autarquia	Orçamento previsível; rotina assegurada	Acesso restrito; pouca integração	Deodoro
Estrutura temporária com reuso	Evita custos fixos de longo prazo	Risco de atrasos e execução parcial	Arena do Futuro
Comitê privado	Agilidade e eficiência operacional	Falta de accountability e transparência	Comitê Rio 2016

*Fonte: Elaboração própria, a partir de Sanchez (2019); Silva e Reis (2018); Silva (2022)*

Em síntese, o legado estrutural e institucional do Rio-2016 demonstra que grandes obras e arranjos de gestão não asseguram, por si só, os benefícios sociais duradouros. Custos fixos sem demanda estável, externalidades negativas em empreendimentos privados e baixa *accountability* comprometeram a eficiência dos investimentos. Por outro lado, iniciativas com governança estável e planejamento de reuso apontaram alternativas mais sustentáveis. Isso evidencia que megaeventos podem gerar externalidades positivas, mas apenas quando acompanhados de instituições sólidas, mecanismos de controle eficazes e estratégias consistentes de longo prazo.

### **3.5. Sustentabilidade e Legado Ambiental**

A sustentabilidade se tornou um dos temas centrais quando se fala em megaeventos esportivos. Desde o final do século XX, especialmente após o Relatório Brundtland de 1987 e a Conferência Eco-92 no Rio de Janeiro, a ideia de desenvolvimento sustentável passou a orientar políticas públicas e a forma como grandes eventos eram planejados (Costa, 1999; Escobar, 1996). No caso dos Jogos Olímpicos, o Comitê Olímpico Internacional oficializou essa preocupação ao aprovar

a Agenda 21 Olímpica em 1999, o que obrigou as cidades candidatas a assumirem compromissos ambientais (Soares, 2012). No entanto, entre discurso e prática existe uma distância que fica clara quando comparamos as edições de Barcelona-1992, Pequim-2008 e Rio de Janeiro-2016.

O Rio de Janeiro é o caso que merece mais atenção, não só por ter sido a primeira cidade da América do Sul a sediar os Jogos, mas também porque sua candidatura prometeu transformar a edição de 2016 em um marco de sustentabilidade. O dossiê falava em neutralidade de carbono, uso de energias renováveis, conservação da água e gestão de resíduos (Silva, 2012). Além disso, o Plano de Gestão de Sustentabilidade seguiu a norma ABNT NBR ISO 20121, o que dava uma aparência de rigor técnico e institucional (COB, 2015). Houve, de fato, avanços: a criação dos corredores de BRT e do VLT ajudou na mobilidade urbana, algumas arenas receberam soluções de captação de água da chuva e ventilação natural e até houve ações de compensação de carbono, ainda que limitadas (Mascarenhas; Oliveira, 2018).

Por outro lado, as contradições se destacaram. O saneamento da Baía de Guanabara foi o maior fracasso, já que a poluição continua praticamente a mesma mesmo após vultosos investimentos. A coleta seletiva foi ampliada, mas não atingiu a escala prometida, e o campo de golfe construído em área de proteção ambiental virou símbolo das incoerências entre discurso e realidade (Barreto, 2022). Além disso, as remoções de comunidades em áreas estratégicas para obras reforçam que justiça social e ambiental ficaram em segundo plano. Assim, o Rio ilustra bem o problema de alinhar compromissos internacionais com condições institucionais frágeis: no papel, as promessas eram ousadas; na prática, os resultados foram parciais.

Ao comparar com Barcelona (1992), percebe-se outra lógica. Os Jogos catalães não tinham um discurso ambiental forte, já que na época o tema ainda não era central. Mesmo assim, a cidade usou o evento como oportunidade para um processo de reurbanização amplo. Apenas 9% do orçamento foi para arenas esportivas, enquanto 42% foram destinados a transportes e requalificação urbana (Eguino, Ribeiro e Vercillo, 2013). O resultado foi uma transformação duradoura: integração de modais, recuperação do litoral e valorização do espaço público. Apesar de não falar em pegada de carbono ou neutralidade, Barcelona conseguiu deixar um legado consistente que ainda hoje é referência (Mascarenhas e Oliveira, 2018).

Pequim-2008, por sua vez, foi anunciada como a “Olimpíada Verde” e talvez por isso seja o caso mais interessante para refletir sobre sustentabilidade. A cidade enfrentava graves problemas de poluição do ar e aproveitou os Jogos como vitrine para mostrar ao mundo sua capacidade de adotar medidas ambientais. Durante o evento, o governo impôs restrições severas: controle de circulação de automóveis, fechamento temporário de indústrias poluentes e investimento pesado em transporte público, como a expansão da rede de metrô (Fernandes, 2012). Essas medidas tiveram efeito imediato, estudos registraram quedas significativas nos níveis de NO<sub>2</sub> (dióxido de nitrogênio) e SO<sub>2</sub> (dióxido de carbono) no período olímpico (Barreto, 2022). Além disso, várias arenas receberam tecnologias de eficiência energética e certificações ambientais, o que reforçava a imagem de inovação. No entanto, os efeitos não se sustentaram no longo prazo, já que as restrições eram temporárias e logo após o fim dos Jogos a poluição voltou a níveis críticos. Ou seja, a sustentabilidade em Pequim teve muito mais a ver com a projeção de uma imagem internacional de modernidade do que com mudanças estruturais na cidade.

Para organizar melhor essa comparação, o Quadro 3 mostra, de forma sintética, as principais diferenças entre os três casos.

Quadro 3. Comparação dos impactos ambientais de Barcelona-1992, Pequim-2008 e Rio-2016

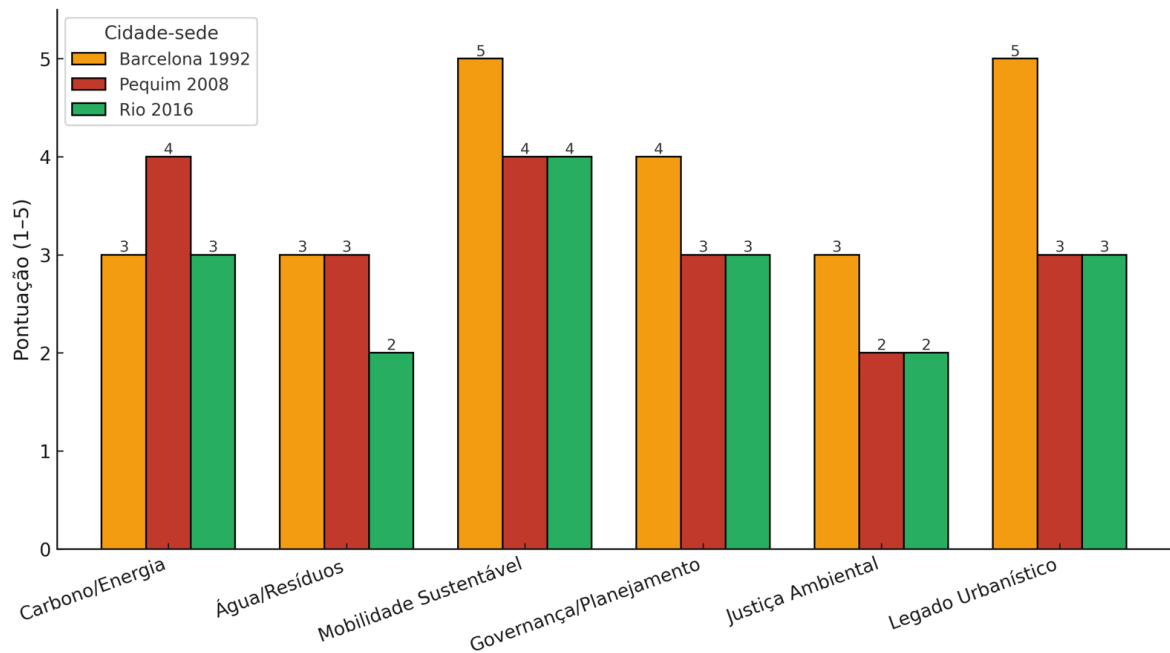
<b>Dimensão</b>	<b>Barcelona-1992</b>	<b>Pequim-2008</b>	<b>Rio-2016</b>
Carbono/Energia	Ganhos indiretos via mobilidade.	Redução temporária de emissões.	Metas de neutralidade, execução parcial.
Água/Resíduos	Pouco estruturado.	Reuso em arenas, mas pontual.	Gestão planejada, mas insuficiente.
Mobilidade	Integração de modais duradoura.	Expansão do metrô e restrições temporárias.	BRT e VLT como legados, mas com falhas de operação.
Governança	Planos estratégicos e PPPs.	Centralização estatal de curto prazo.	Normas robustas, mas falhas de implementação.
Justiça social	Gentrificação localizada.	Discurso verde contrastando com desigualdades.	Remoções e conflitos ambientais.
Legado	Elevado e duradouro.	Parcial e insustentável no longo prazo.	Misto: avanços em mobilidade, falhas em saneamento.

*Fonte: Elaboração própria*

O quadro 3 ajuda a perceber que Barcelona transformou os Jogos em um projeto urbano de longo prazo, Pequim produziu avanços ambientais de imediato, mas pouco duradouros, e o Rio combinou conquistas e contradições, sem conseguir atingir os objetivos mais ambiciosos.

Essa comparação também pode ser visualizada na Gráfico 12, que apresenta uma matriz qualitativa de pontuação (escala de 1 a 5) por dimensão.

Gráfico 12. Matriz qualitativa de sustentabilidade por cidade-sede (1–5)



*Nota explicativa: As pontuações apresentadas foram definidas e atribuídas por autoria própria, com base nos critérios comparativos do Quadro 3. O gráfico foi elaborado com o objetivo de sintetizar visualmente as diferenças de desempenho ambiental entre as cidades-sede.*

Fonte: Elaboração própria, com base no Quadro 3

Como mostra o gráfico 12, Barcelona atinge as maiores notas em mobilidade e legado urbanístico, enquanto Pequim se destaca em carbono/energia durante o evento, mas cai bastante em justiça ambiental. Já o Rio aparece em posição intermediária: avança em mobilidade e governança, mas apresenta notas baixas em água/resíduos e justiça social, o que confirma o descompasso entre ambição e entrega. O gráfico é importante porque sintetiza a análise e permite visualizar as diferenças de forma imediata, além de reforçar a crítica de que a sustentabilidade se materializou de forma desigual em cada cidade.

Em síntese, o estudo mostra que o legado ambiental dos Jogos depende menos do discurso formal do COI e mais da capacidade institucional das cidades. Barcelona demonstra como a integração com planos urbanos de longo prazo pode gerar benefícios permanentes. Pequim revela o poder da sustentabilidade como vitrine internacional, mas também seus limites quando baseada em medidas temporárias e pouco estruturais. O Rio de Janeiro, por fim, ilustra o dilema dos países emergentes: um projeto ousado em teoria, mas limitado na prática por falhas de execução,

governança e justiça social. Para a economia urbana, essa análise reforça a importância de pensar os megaeventos não apenas como espetáculo, mas como oportunidade de investimentos estruturais que só se tornam sustentáveis quando planejados e executados com visão de longo prazo.

### **3.6. Considerações Finais**

A análise desenvolvida ao longo deste trabalho demonstra que os impactos de um megaevento esportivo dependem profundamente das condições estruturais presentes no território que o recebe. A comparação entre Barcelona (1992), Pequim (2008) e Rio de Janeiro (2016) evidencia que os Jogos Olímpicos se comportam menos como um motor automático de desenvolvimento e mais como um catalisador cuja eficácia varia conforme o grau de preparação institucional, a clareza do projeto urbano e a capacidade de coordenação das políticas públicas.

Barcelona conseguiu transformar os Jogos Olímpicos em um vetor de reestruturação urbana por meio de um processo contínuo e integrado de planejamento territorial. Os investimentos foram articulados a um projeto de cidade capaz de reposicionar Barcelona no sistema econômico europeu e consolidá-la como polo turístico internacional. Em Pequim, por outro lado, os Jogos operaram como instrumento estratégico de projeção geopolítica e afirmação do poder estatal, resultando em modernização tecnológica e grandes obras, embora com efeitos distribuídos de forma desigual entre a população e os setores da economia.

No caso do Rio de Janeiro, os impactos positivos concentraram-se nos anos imediatamente anteriores e posteriores ao evento, especialmente nas áreas de mobilidade urbana, turismo e imagem internacional. Contudo, a capacidade de converter esses ganhos em transformações permanentes foi limitada por fatores como instabilidade fiscal, baixa continuidade administrativa e fragilidade das instituições responsáveis pela gestão do legado. Assim, os Jogos funcionaram como impulso temporário, não como base para um novo ciclo de desenvolvimento econômico ou urbano.

Com o objetivo de sintetizar as diferenças centrais observadas nas três experiências, apresenta-se a seguir o Quadro 4, que reúne os elementos mais relevantes do legado olímpico de cada cidade, permitindo visualizar como distintos modelos de governança e estratégias de planejamento moldaram resultados igualmente distintos.

Quadro 4. Comparativo entre cidades-sede olímpicas (Barcelona, Pequim e Rio de Janeiro)

Dimensão	Barcelona (1992)	Pequim (2008)	Rio de Janeiro (2016)
<b>Contexto econômico</b>	Estabilidade macroeconômica e integração europeia; uso dos Jogos como estratégia de revitalização urbana.	Expansão econômica acelerada e centralização estatal; Jogos como instrumento de projeção internacional.	Crise fiscal e desaceleração econômica; megaevento utilizado como vitrine global e tentativa de atração de investimentos.
<b>Modelo de gestão</b>	Planejamento de longo prazo e parceria público-privada com foco na reestruturação territorial.	Forte controle governamental e investimento estatal em infraestrutura e imagem.	Gestão fragmentada, dependente de recursos públicos e marcada por descontinuidade administrativa.
<b>Infraestrutura e urbanismo</b>	Requalificação portuária, ampliação da mobilidade e valorização imobiliária sustentável.	Modernização do transporte e expansão urbana com custos sociais elevados.	Melhoria pontual da mobilidade e revitalização central sem manutenção posterior.
<b>Impactos econômicos diretos</b>	Aumento duradouro do turismo, geração de emprego e diversificação produtiva.	Efeitos concentrados e temporários em setores específicos.	Ganhos de curto prazo em serviços e construção civil, seguidos de retração pós-evento.
<b>Legado turístico</b>	Consolidação como destino global e referência em turismo urbano.	Turismo de elite concentrado em grandes centros.	Expansão temporária do fluxo internacional sem consolidação estrutural.
<b>Sustentabilidade e governança</b>	Uso contínuo das instalações e integração ao plano urbano.	Manutenção onerosa e subutilização das arenas esportivas.	Falta de continuidade institucional e baixa reutilização das estruturas olímpicas.

Fonte: Elaboração própria

A leitura comparativa do quadro 4 permite observar que o fator decisivo para o sucesso de um megaevento não reside no montante investido, mas na coerência entre o projeto urbano, as estratégias econômicas de longo prazo e a capacidade de sustentar institucionalmente as ações iniciadas no ciclo olímpico. Barcelona incorporou o evento ao seu projeto de modernização; Pequim utilizou-o para afirmar sua posição global e acelerar investimentos estratégicos; o Rio de Janeiro, porém, enfrentou obstáculos estruturais que impediram a plena materialização das oportunidades geradas.

Assim, as considerações finais deste estudo reforçam que um megaevento só produz legados duradouros quando é planejado como parte de uma estratégia maior de desenvolvimento urbano e produtivo. Sem continuidade administrativa, coordenação federativa e estabilidade fiscal, seus impactos tendem a permanecer restritos ao curto prazo — como demonstrado pela experiência carioca.

## CONCLUSÃO

A análise dos impactos econômicos e urbanos dos Jogos Olímpicos de Verão revelou que a compreensão do caso do Rio de Janeiro só se torna completa quando observada em perspectiva comparada. Este trabalho demonstrou que Barcelona (1992), Pequim (2008) e Rio de Janeiro (2016) representam três modelos distintos de utilização de um megaevento como instrumento de desenvolvimento — e que as diferenças entre eles esclarecem por que seus legados foram tão desiguais.

Barcelona constitui o exemplo mais consolidado de integração entre megaevento e projeto urbano. A cidade utilizou os Jogos como parte de uma estratégia pré-existente de modernização, requalificação territorial e abertura econômica. A continuidade administrativa, a forte coordenação institucional e a clareza dos objetivos permitiram transformar o evento em uma plataforma de desenvolvimento de longo prazo, sobretudo por meio da consolidação do turismo e da revitalização de áreas estratégicas.

Pequim adotou um modelo distinto: os Jogos funcionaram como instrumento de afirmação nacional, modernização tecnológica e projeção geopolítica. O evento ampliou a infraestrutura, reforçou a imagem internacional do país e consolidou a narrativa do crescimento chinês no cenário global. Embora os benefícios tenham sido distribuídos de maneira desigual, a estratégia chinesa demonstrou uma capacidade elevada de vincular o megaevento aos projetos centrais do Estado.

O Rio de Janeiro, em contraste, apresentou avanços relevantes durante o ciclo olímpico — especialmente na mobilidade urbana, na visibilidade internacional e na ativação econômica de curto prazo —, mas encontrou dificuldades para converter esses impulsos em legados permanentes. Diferentemente de Barcelona e Pequim, o Rio não conseguiu sustentar as ações iniciadas, em razão de restrições fiscais, descontinuidade administrativa e baixa coordenação entre os níveis de governo. Assim, os Jogos funcionaram como um estímulo temporário, mas não como um vetor de transformação estrutural.

A comparação entre as três cidades evidencia que os resultados de um megaevento não decorrem do evento em si, mas da forma como ele é planejado, governado e incorporado às estratégias locais de desenvolvimento. Barcelona obteve um legado duradouro porque articulou o evento a um projeto de cidade; Pequim reforçou sua posição global ao integrar os Jogos à agenda nacional de modernização;

já o Rio não conseguiu consolidar um modelo institucional capaz de sustentar o ciclo olímpico no longo prazo.

Esse contraste permite destacar o principal achado da pesquisa: o legado dos Jogos Olímpicos depende fundamentalmente da capacidade de governança, da continuidade das políticas públicas e da integração do evento às necessidades estruturais da cidade. Quando esses elementos estão presentes, os megaeventos podem impulsionar transformações significativas; quando ausentes, seus efeitos se limitam ao curto prazo.

Em síntese, os Jogos Olímpicos de 2016 representaram um momento de projeção internacional e investimentos relevantes para o Rio de Janeiro, mas não produziram legados econômicos estruturais comparáveis aos observados em Barcelona ou às estratégias de modernização adotadas em Pequim. A análise comparativa demonstra que megaeventos só se convertem em instrumentos de desenvolvimento sustentável quando inseridos em um contexto institucional robusto e orientado por planejamento de longo prazo. Esse entendimento reforça a necessidade de repensar o papel dos megaeventos na política urbana brasileira e abre caminho para futuras investigações sobre como integrar tais eventos a projetos permanentes de inclusão, inovação e sustentabilidade.

## REFERÊNCIAS

ABRUCIO, Fernando Luiz. **A coordenação federativa no Brasil: a experiência do período FHC e os desafios do governo Lula.** Revista de Sociologia e Política, Curitiba, n. 24, p. 41–67, jun. 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/7zWs4By9mFRYQPskSGLSDjb/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 3 set. 2025.

BARRETO, Matheus Teixeira. **Sustentabilidade no movimento olímpico: entre discursos e práticas.** Boletim Campineiro de Geografia, [S. l.], v. 12, n. 1, p. 85–105, 2022. DOI: 10.54446/bcg.v12i1.2838. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/boletim-campineiro/article/view/2838>. Acesso em: 2 set. 2025.

BORBA, Cibele Reschke de. **O impacto da cobertura das Olimpíadas de Beijing na construção da nova identidade internacional da China.** 2013. 131 f. Monografia (Graduação em Comunicação Social – Jornalismo) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <https://pantheon.ufrj.br/bitstream/11422/1167/3/CRBorba.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2025.

BRASIL. Ministério do Esporte. **Legado dos megaeventos esportivos.** Brasília: Ministério do Esporte, 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/236431/LegadosMegaeventosEsportivos.pdf?sequence=1>. Acesso em: 16 mar. 2025.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Estatísticas e indicadores do turismo brasileiro.** Brasília: Ministério do Turismo, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/turismo>. Acesso em: 27 set. 2025.

BRUNET, Ferran. **Análisis del impacto económico de los Juegos Olímpicos.** In: Mosaico Olímpico: Investigación multidisciplinar y difusión de los estudios olímpicos. Barcelona: Centre d’Estudis Olímpics – Universitat Autònoma de Barcelona, 2011. p. 219–239. Disponível em: <https://www.uab.cat/Document/668/232/JJOOBrunet.pdf>. Acesso em: 31 maio 2025.

BRUNET, Ferran (Org.). **An economic analysis of the Barcelona’92 Olympic Games: resources, financing and impacts.** Barcelona: Universitat Autònoma de Barcelona, 2006. Disponível em: [https://ceo.uab.cat/en/b/brunet-economy-1992-barcelona-olympic-games/b\\_economie/?utm\\_source=chatgpt.com](https://ceo.uab.cat/en/b/brunet-economy-1992-barcelona-olympic-games/b_economie/?utm_source=chatgpt.com). Acesso em: 10 jun. 2025.

BRUNET, Ferran. **Ocupación i activitat econòmica, 1963-1992.** Barcelona: Ajuntament de Barcelona - Barcelona Activa, S.A., 1993a. Disponível em: <https://www.scribd.com/document/57233761/Official-Report-of-the-Games-of-the-XXV-Olympiad-Barcelona-1992-Volume-II>. Acesso em: 15 abr. 2025.

BRUNET, Ferran. **Economy of the 1992 Barcelona Olympic Games.** Lausanne: International Olympic Committee, 1993b. Disponível em:

[https://openlibrary.org/works/OL719156W/Economy of the 1992 Barcelona olympic Games](https://openlibrary.org/works/OL719156W/Economy_of_the_1992_Barcelona_olympic_Games). Acesso em: 20 mai. 2025.

BUTTERWORTH, Michael L. **Do you believe in nationalism? American patriotism and Olympic consciousness**. Journal of Sport and Social Issues, v. 34, n. 2, p. 175-194, 2010.

CEICData. **Average daily visitor spending in Beijing (2008–2019)**. 2020. Disponível em: <https://www.ceicdata.com/en/china/daily-average-visitor-spending-in-beijing>. Acesso em: 08 jun. 2025.

COAFFEE, J. **Urban regeneration and renewal**. In: GOLD, J. R.; GOLD, M. (Org.). **Olympic cities: city agendas, planning and the world's games, 1896-2016**. London and New York: Routledge, 2010.

COHRE – Centre on Housing Rights and Evictions. **Fair play for housing rights: mega-events, Olympic Games and housing rights**. Genebra: COHRE, 2007. Disponível em: <https://www.cohre.org/store/attachments/COHRE's%20Olympics%20Report.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2025.

COLANTUONO, Andréa Cristina dos Santos; CAMPOS, Gustavo Henrique Leal. **A Olimpíada de 2016 no Rio de Janeiro: uma discussão sobre o legado deixado à Vila Autódromo após os jogos**. Desenvolvimento em Questão, v. 16, n. 45, p. 135-153, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.21527/2237-6453.2018.45.135-153>. Acesso em: 18 ago. 2025.

COMITÊ OLÍMPICO BRASILEIRO (COB). **Programa de sustentabilidade do COB**. In: **Curso Avançado de Gestão Esportiva – CAGE**. Rio de Janeiro: COB, [s.d.]. p. 276-281. Disponível em: <https://cev.org.br/media/biblioteca/4041051.pdf#page=271>. Acesso em: 2 set. 2025.

COSTA, Fernando Nogueira da. **Economia do Futebol**. Campinas: Instituto de Economia da UNICAMP, 2023. Disponível em: <https://www.economia.unicamp.br/images/arquivos/artigos/TD/TD452.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2025.

DAL BOSCO, Daniel. **O legado esportivo dos Jogos Olímpicos Rio 2016: entre promessas e realidades**. 2024. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Educação Física) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Desportos, Departamento de Educação Física, Florianópolis, 2024. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/267257>. Acesso em: 3 set. 2025.

DURAN, Pere. **The impact of the Games on tourism: Barcelona: the legacy of the Games, 1992-2002**. Barcelona: Centre d'Estudis Olímpics UAB, 2005. Disponível em: <http://olympicstudies.uab.es/pdf/wp083.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2025.

EGUINO, Huascar; RIBEIRO, Paulo; VERCILLO, Maria Helena. **Grandes eventos esportivos e planejamento de desenvolvimento urbano: documentos de referência e discussão**. Brasília: Banco Interamericano de Desenvolvimento, jul.

2013. Disponível em: <https://publications.iadb.org/en/grandes-eventos-esportivos-e-planejamento-de-desenvolvimento-urbano-documentos-de-referencia-e>. Acesso em: 30 ago. 2025.

ESCOLA SUPERIOR DE PROPAGANDA E MARKETING (ESPM). **Estudo da Demanda Turística na Cidade do Rio de Janeiro: Alta Temporada 2015/2016**. Rio de Janeiro: ESPM, 2016. Disponível em: <https://www.espm.br>. Acesso em: 6 nov. 2025.

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS (FGV). **Impactos econômicos dos Jogos Olímpicos Rio 2016**. Rio de Janeiro: FGV Projetos, 2016. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/17528>. Acesso em: 18 ago. 2025.

FURTADO, L.; SANTOS, M.; RIBEIRO, A. **Evidence of the 2016 Rio Olympic Games**. *Intangible Capital*, v. 16, n. 3, p. 173-189, 2020. Disponível em: <https://www.intangiblecapital.org/index.php/ic/article/download/1360/771>

. Acesso em: 11 nov. 2025.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. Tradução de Carlos Szlak. São Paulo: Annablume, 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Tabela 2673 – Chegadas de turistas internacionais, por país de residência**. Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA). Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/2673>. Acesso em: 6 nov. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Tabela 3665 – Produto Interno Bruto dos Municípios, a preços correntes, segundo as atividades econômicas**. Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA). Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/3665>. Acesso em: 6 nov. 2025.

JUNQUEIRA, Luiz Alberto Rocha. **Impactos econômicos dos megaeventos: uma abordagem econométrica**. 2011. Insper Instituto de Ensino e Pesquisa, Programa de Mestrado Profissional em Economia. São Paulo. Disponível em: <https://repositorio-api.insper.edu.br/server/api/core/bitstreams/a2c1a325-2ba6-4631-ba0f-7925d9417d4c/content>. Acesso em: 25 set. 2024.

HOOD, Christopher. **A Public Management for All Seasons?** *Public Administration*, v. 69, n. 1, p. 3–19, 1991. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1467-9299.1991.tb00779.x>. Acesso em: 3 set. 2025.

LIMA, Ernandy Luis Vasconcelos de. **Nas tramas e falácias do planejamento urbano estratégico: marketing urbano, modelo Barcelona e megaeventos**. Oxford: University of Oxford, maio/ago. 2015. Disponível em: [https://www.researchgate.net/profile/Ernandy-Vasconcelos-De-Lima/publication/282463936\\_NAS\\_TRAMAS\\_E\\_FALACIAS\\_DO\\_PLANEJAMENTO\\_URBANO ESTRATEGICO MARKETING URBANO MODELO BARCELONA E MEGAEVENTOS/links/65f1aa57286738732d3e0229/NAS-TRAMAS-E-FALACIAS-DO-](https://www.researchgate.net/profile/Ernandy-Vasconcelos-De-Lima/publication/282463936_NAS_TRAMAS_E_FALACIAS_DO_PLANEJAMENTO_URBANO ESTRATEGICO MARKETING URBANO MODELO BARCELONA E MEGAEVENTOS/links/65f1aa57286738732d3e0229/NAS-TRAMAS-E-FALACIAS-DO-)

PLANEJAMENTO-URBANO-ESTRATEGICO-MARKETING-URBANO-MODELO-BARCELONA-E-MEGAEVENTOS.pdf. Acesso em: 20 mar. 2025.

LIMA, Marcos Jorge de. **Jogos Olímpicos e Jogos Paralímpicos Rio 2016: impacto do evento em indicadores socioeconômicos do país e da cidade-sede**. 2017. 139 f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) – Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa, Brasília, 2017. Disponível em: [https://repositorio.idp.edu.br/bitstream/123456789/2362/1/Dissertação\\_Marcos%20Jorge%20de%20Lima.pdf](https://repositorio.idp.edu.br/bitstream/123456789/2362/1/Dissertação_Marcos%20Jorge%20de%20Lima.pdf). Acesso em: 27 fev. 2025.

MARSHALL, Alfred. **Principles of Economics**. 8. ed. London: Macmillan, 1920. Disponível em: <https://oll.libertyfund.org/titles/marshall-principles-of-economics-8th-ed>. Acesso em: 3 set. 2025.

MASCARENHAS, Gilmar. **Cidade mercadoria, cidade-vitrine, cidade turística: a espetacularização do urbano nos megaeventos esportivos**. Caderno Virtual de Turismo, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 52–65, nov. 2014. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/1154/115437784005.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2025.

MASCARENHAS, Gilmar; OLIVEIRA, Leandro Dias de. **Crise olímpica, crise ambiental**. Mercator, Fortaleza, v. 17, e17018, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mercator/a/wgGVY6fB6m6zZBfNtkF77Xz/?lang=pt>. Acesso em: 2 set. 2025.

MATIAS, Marlene. **Os efeitos dos megaeventos esportivos nas cidades**. 2007. Disponível em: <https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/50415182/12934-42749-1-PB-libre.pdf>. Acesso em: 11 mar. 2025.

MESQUITA, Flavio Agnelli. **A história dos jogos olímpicos modernos: entre a tradição e as pressões comerciais**. 2021. Disponível em: [https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as\\_sdt=0%2C5&q=A+historia+dos+jogos+ol%C3%ADmpicos+modernos%3A+entre+a+tradi%C3%A7%C3%A3o+e+as+press%C3%B5es+comerciais+&btnG=#:~:tex=PDF%5D%20A%20HIST%20DOS%20JOGOS%20OL%C3%8DMPICOS%20MODERNOS](https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&q=A+historia+dos+jogos+ol%C3%ADmpicos+modernos%3A+entre+a+tradi%C3%A7%C3%A3o+e+as+press%C3%B5es+comerciais+&btnG=#:~:tex=PDF%5D%20A%20HIST%20DOS%20JOGOS%20OL%C3%8DMPICOS%20MODERNOS). Acesso em: 17 mar. 2025.

MONCLÚS, F. J. **Barcelona 1992**. In: GOLD, J. R.; GOLD, M. (Org.). **Olympic cities: city agendas, planning and the world's games, 1896-2016**. London and New York: Routledge, 2010.

MUSGRAVE, Richard A.; MUSGRAVE, Peggy B. **Public Finance in Theory and Practice**. 3. ed. New York: McGraw-Hill, 1980. Disponível em: [https://openlibrary.org/books/OL19837882M/Public\\_finance\\_in\\_theory\\_and\\_practice](https://openlibrary.org/books/OL19837882M/Public_finance_in_theory_and_practice). Acesso em: 3 set. 2025.

OLIVEIRA, Alberto. **A economia dos megaeventos: impactos setoriais e regionais**. Revista Paranaense de Desenvolvimento, Curitiba, n. 120, p. 257-275, jan./jun. 2011. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=3990167>. Acesso em: 01 jun. 2025.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO (UNWTO); WORLD TOURISM CITIES FEDERATION (WTCF). **City Tourism Performance Research: Beijing Case Study**. Madrid: UNWTO; WTCF, fev. 2018. Disponível em: <https://pre-webunwto.s3.eu-west-1.amazonaws.com/s3fs-public/2019-11/beijingcasestudy.pdf?VersionId=1PdKld6PzDXfXBxtq6sVaS8TJI5JbXeZ>. Acesso em: 09 jun. 2025.

OSTROM, Elinor. **Governing the Commons: The Evolution of Institutions for Collective Action**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/books/governing-the-commons/7AB7AE11BADA84409C34815CC288CD79>. Acesso em: 3 set. 2025.

PAMPUCH, Marcelo; ALMEIDA, Bárbara Schausteck de; MARCHI JÚNIOR, Wanderley. **Os legados estruturais dos Jogos Olímpicos (1992 – 2008): uma revisão de literatura**. 2017. Disponível em: <https://portaldeperiodicos.unibrazil.com.br/index.php/cadernoseducacaoehumanidades/article/download/2094/1668>. Acesso em: 25 set. 2024.

PIGOU, Arthur Cecil. **The Economics of Welfare**. 4. ed. London: Macmillan, 1932 (1ª ed. 1920). Disponível em: <https://oll.libertyfund.org/titles/pigou-the-economics-of-welfare>. Acesso em: 3 set. 2025.

PIRES, Roberto Rocha C. **Estilos de implementação e resultados de políticas públicas: fiscais do trabalho e o cumprimento da lei trabalhista no Brasil**. Dados – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 52, n. 3, p. 735–769, 2009. Disponível em: <https://dados.iesp.uerj.br/es/artigos/?id=833>. Acesso em: 3 set. 2025.

PRÍNCIPE, Vitor Ayres. **Diretrizes para projetos de vilas olímpicas segundo parâmetros da sustentabilidade**. 2013. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013. Disponível em: [https://ole.uff.br/wp-content/uploads/sites/461/2018/10/microsoft\\_word\\_-\\_dissertacao\\_completavitorayres.pdf](https://ole.uff.br/wp-content/uploads/sites/461/2018/10/microsoft_word_-_dissertacao_completavitorayres.pdf). Acesso em: 2 set. 2025.

PRONI, Marcelo Weishaupt; FAUSTINO, Raphael Brito; SILVA, Leonardo Oliveira da. **Impactos econômicos de megaeventos esportivos**. Campinas: UNICAMP, 2014. p. 91-127. Disponível em: [https://ludopedio.org.br/wp-content/uploads/173044\\_Proni,\\_Faustino\\_e\\_Silva\\_\(L\)\\_-\\_Impactos\\_Economicos\\_de\\_Megaeventos\\_Esportivos.pdf](https://ludopedio.org.br/wp-content/uploads/173044_Proni,_Faustino_e_Silva_(L)_-_Impactos_Economicos_de_Megaeventos_Esportivos.pdf). Acesso em: 25 set. 2024.

PRONI, Marcelo Weishaupt. **A reinvenção dos Jogos Olímpicos: um projeto de marketing**. Ano 3, n. 9, jul./out. 2008. Disponível em: [http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos\\_teses/EDUCACA/O\\_FISICA/artigos/Marcelo\\_Weishaupt\\_Proni.pdf](http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos_teses/EDUCACA/O_FISICA/artigos/Marcelo_Weishaupt_Proni.pdf). Acesso em: 10 fev. 2025.

PRONI, Marcelo Weishaupt; ARAUJO, Lucas Speranza; AMORIM, Ricardo L. C. **Leitura econômica dos Jogos Olímpicos: financiamento, organização e resultados**. Rio de Janeiro: IPEA, ago. 2008. Disponível em: [https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1533/1/TD\\_1356.pdf](https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1533/1/TD_1356.pdf). Acesso em: 6 fev. 2025.

RIBEIRO, João Pedro de Almeida. **A utilização dos Jogos Olímpicos modernos como ferramenta geopolítica**. 2019. 107 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Ciências Aplicadas, Universidade Estadual de Campinas, Limeira, 2019. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/1242878>. Acesso em: 10 abr. 2025.

RIO DE JANEIRO (Estado). Secretaria de Estado de Turismo. **Relatórios e indicadores turísticos do Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: SETUR-RJ, 2023. Disponível em: <https://www.turismorj.com.br>. Acesso em: 14 out. 2025.

ROCHA, Bruno de Oliveira; ARAÚJO, Vinícius Botelho; CODES, Ana Luíza Matos de. **Impactos econômicos dos Jogos Olímpicos Rio 2016: uma aplicação do método de controle sintético**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Texto para Discussão n. 2380, Brasília, 2018. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=33887](https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=33887). Acesso em: 18 ago. 2025.

ROCHA, Glauter; ARAÚJO, Herton Ellery; CODES, Ana Luiza Machado de. **Impactos econômicos dos Jogos Rio 2016 no município e na região metropolitana do Rio de Janeiro**. Brasília: IPEA, dez. 2018. Disponível em: [https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDs/190107\\_td\\_2438.pdf](https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDs/190107_td_2438.pdf). Acesso em: 20 abr. 2025.

ROCHE, M. **Mega events and urban policy**. Annals of Tourism Research, Nova York: Pergamon Tress, v. 21, p. 1-19, 1994.

SANCHEZ, Renata Latuf de Oliveira. **Desenhando o urbano: legado das Olimpíadas Rio 2016 na Barra da Tijuca**. In: **ACSA International Conference Proceedings**. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2021. Disponível em: <https://www.acsa-arch.org/proceedings/International%20Proceedings/ACSA.Intl.2021/ACSA.Intl.2021.120.pdf>. Acesso em: 3 set. 2025.

SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO DO RIO DE JANEIRO (SMTUR-RIO). **Anuário do Turismo Carioca – Ano Base 2024**. Rio de Janeiro: SMTUR-RIO, 2024. Disponível em: <https://www.visit.rio/observatorio>. Acesso em: 6 nov. 2025.

SILVA, Bruno de Oliveira; RUIZ, Thays Cristina Domareski. **Principais legados dos Jogos Olímpicos de Verão do Novo Milênio**. 2018. Disponível em: [https://scholar.google.com.br/scholar?cluster=2511986803898971483&hl=pt-BR&as\\_sdt=0,5#d=gs\\_qabs&t=1727300587254&u=%23p%3Dqizuj2XjAn8J](https://scholar.google.com.br/scholar?cluster=2511986803898971483&hl=pt-BR&as_sdt=0,5#d=gs_qabs&t=1727300587254&u=%23p%3Dqizuj2XjAn8J). Acesso em: 25 set. 2024.

SILVA, Cléber Soares da; FERREIRA, João Alberto; SILVA, Elmo Rodrigues da. **Análise da evolução histórica dos temas meio ambiente e sustentabilidade nos Jogos Olímpicos: uma contribuição para os Jogos de 2016 no Rio de Janeiro**. In: **CONGRESSO BRASILEIRO DE GESTÃO AMBIENTAL, 1., 2010, Bauru. Anais [...]**. Bauru: IBEAS – Instituto Brasileiro de Estudos Ambientais, 2010. Disponível em: <http://memoriadasolimpiadas.rb.gov.br/jspui/handle/123456789/1186>. Acesso em: 30 ago. 2025.

SILVA, Cléber Soares da. **Sustentabilidade na gestão de resíduos dos Jogos Olímpicos de 2016 no Rio de Janeiro**. 2012. Dissertação (Mestrado em Engenharia Ambiental) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <https://www.bdt.d.uerj.br:8443/handle/1/10906>. Acesso em: 2 set. 2025.

SILVA, Gabriela Costa da. **O legado de equipamentos olímpicos: uma análise dos usos no período pós-jogos no Rio de Janeiro**. 2022. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, Porto Alegre, 2022. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/257361>. Acesso em: 3 set. 2025.

SILVA, Gabriela; REIS, Antônio Tarcísio. **Uma análise exploratória sobre a localização de equipamentos olímpicos e seus usos pós-jogos do Rio de Janeiro 2016**. Urbana: Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Cidade, v. 19, p. 30-49, 2018. Disponível em: [https://urbanauapp.org/wp-content/uploads/3\\_Silva2.pdf](https://urbanauapp.org/wp-content/uploads/3_Silva2.pdf). Acesso em: 3 set. 2025.

STIGLITZ, Joseph E. **Economics of the Public Sector**. 3. ed. New York: W. W. Norton & Company, 2000. Disponível em: [https://books.google.com/books/about/Economics\\_of\\_the\\_Public\\_Sector.html?id=dW e1QgAACAAJ](https://books.google.com/books/about/Economics_of_the_Public_Sector.html?id=dW e1QgAACAAJ). Acesso em: 3 set. 2025.

TAFACKI, Mariana. **Copa e Olimpíadas para quem? Uma etnografia sobre os impactos sociais e as mobilizações coletivas no processo de preparação do Rio de Janeiro como sede de megaeventos esportivos**. Revista Ensaio, v. 7, jul./dez. 2014. Disponível em: <http://memoriadasolimpiadas.rb.gov.br/jspui/bitstream/123456789/650/1/TAFACKI.COPA.2016.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2025.

TAVARES, Otavio. **Megaeventos esportivos**. Universidade Federal do Paraná, 2011. Disponível em: <http://www.pgedf.ufpr.br/Otavio%20Tavares%20DORA%202.pdf>. Acesso em: 5 mar. 2025.

UVINHA, Ricardo Ricci. **Os megaeventos esportivos e seus impactos: o caso das Olimpíadas da China**. Universidade de São Paulo – EACH/USP, 2009. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivencia/article/view/2175-8042.2009n32-33p104/14115>. Acesso em: 20 fev. 2025.

VARIAN, Hal R. **Intermediate Microeconomics: a modern approach**. 9. ed. New York: W. W. Norton & Company, 2014. Disponível em: [https://books.google.com/books/about/Intermediate\\_Microeconomics\\_9th\\_Edition.html?id=jwK5ngEACAAJ](https://books.google.com/books/about/Intermediate_Microeconomics_9th_Edition.html?id=jwK5ngEACAAJ). Acesso em: 3 set. 2025.

ZOTTICH, Daniel Gonçalves; COSTA, Maria Albertina Pires Maranhense. **Análise comparativa qualitativa da inclusão da agenda ambiental nos grandes eventos esportivos: certificação ambiental e inovações tecnológicas nos estádios sede.** Revista Brasileira de Ciências Ambientais, Brasília, n. 26, p. 44-59, dez. 2012. Disponível em: [https://www.rbciamb.com.br/Publicacoes\\_RBCIAMB/article/view/308](https://www.rbciamb.com.br/Publicacoes_RBCIAMB/article/view/308). Acesso em: 2 set. 2025.

## ANEXO

ANEXO A – Tabela 5. Número de visitantes estrangeiros por continente (anos selecionados, 2006–2019)

Continentes	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
África	29.752	23.073	21.228	22.668	22.013	18.911	22.629	21.053	32.394	19.805	16.713	17.725	12.555	12.430
América Central e Caribe	4.463	9.501	8.611	8.850	9.270	9.352	10.472	13.750	18.106	12.110	13.815	11.950	11.541	8.716
América do Norte	198.231	178.265	160.650	189.659	200.283	195.467	187.930	200.621	289.078	230.802	256.904	158.575	141.989	141.001
América do Sul	124.114	177.737	187.978	280.757	334.862	374.053	426.388	427.220	483.060	540.441	597.780	684.881	720.125	671.156
Ásia	21.400	18.656	29.528	25.290	31.438	39.150	56.595	56.502	83.385	50.142	70.788	48.067	42.723	40.845
Europa	399.969	349.597	345.832	365.965	370.425	393.951	441.339	469.228	658.365	504.991	499.184	418.624	350.467	363.165
Oceania	8.281	10.466	12.166	15.429	14.204	14.002	18.788	19.400	32.721	17.667	24.922	15.794	13.934	14.947
Países não especificados	229	270	90	49	43	45	46	26	44	20	15	-	8	7
<b>Total</b>	<b>786.439</b>	<b>767.565</b>	<b>766.083</b>	<b>908.667</b>	<b>982.538</b>	<b>1.044.931</b>	<b>1.164.187</b>	<b>1.207.800</b>	<b>1.597.153</b>	<b>1.375.978</b>	<b>1.480.121</b>	<b>1.355.616</b>	<b>1.293.342</b>	<b>1.252.267</b>

ANEXO B – Tabela 9. Número de visitantes por setor de controle (anos selecionados, 2007–2016)

Parque Nacional da Tijuca	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Corcovado	555.403	993.222	1.498.731	1.400.130	1.896.851	2.106.124	2.342.711	2.312.829	2.185.335	2.057.231	2.023.974	1.740.094	1.940.327
Estrada Redentor	1.356	0	0	0	0	0	0	0	160.569	123.262	103.669	98.419	80.758
Pedra Bonita	16.427	0	0	0	9.928	0	17.396	73.120	73.235	117.640	309.112	225.117	159.204
Pedra da Gávea	3.191	0	0	0	10.789	14.637	18.924	30.663	8.429	29.745	32.738	30.267	34.096
Setor Floresta	49.374	293.600	315.908	296.080	363.259	348.214	347.541	406.211	399.430	360.533	286.655	269.650	355.082
Vista Chinesa	24.601	0	0	0	0	49.183	162.643	271.382	114.297	634.090	521.380	384.261	389.977
Parque Lage	0	0	0	0	3.599	8.463	10.757	19.708	24.613	34.902	16.772	9.400	0
<b>Total</b>	<b>650.352</b>	<b>1.286.822</b>	<b>1.814.639</b>	<b>1.696.210</b>	<b>2.284.426</b>	<b>2.526.621</b>	<b>2.899.972</b>	<b>3.113.913</b>	<b>2.965.908</b>	<b>3.357.403</b>	<b>3.294.300</b>	<b>2.757.208</b>	<b>2.959.444</b>